



APS

Administração
dos Portos de Sines
e do Algarve S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2015

Versão aprovada em reunião do Conselho
de Administração de 12 de maio de 2016

INDICE

A. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Principais Indicadores
2. Síntese da Atividade
3. Movimentação Portuária
4. Recursos Humanos
5. Investimento
6. Análise Económica e Financeira
7. Proposta de Aplicação de Resultados
8. Perspetivas de Desenvolvimento Futuro

B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVOS ANEXOS

- I. Balanço
- II. Demonstração de Resultados por Natureza
- III. Demonstração de Resultados por Funções
- IV. Demonstração das Variações do Capital Próprio
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto
- VI. Notas Anexas Às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015

C. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

D. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

E. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Nota: Complementarmente ao Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2015 é apresentado de forma autónoma o Relatório de Governo Societário

PARTE A

Relatório de Gestão

1. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores de Atividade	Unid.	2015	2014	var. %
Escalas de Navios:				
- Sines	nº	2.187	2.003	9,2
- Portimão	nº	70	46	52,2
- Faro	nº	85	79	7,6
Carga Movimentada Total				
- Sines	Mil.Ton.	43.966	37.583	17,0
- Faro	Mil.Ton.	396	367	7,9
Movimento de Contentores - Sines	TEU	1.332.200	1.227.694	8,5
Movimento de Passageiros - Portimão	nº	14.786	14.634	1,0
Indicadores Económico-financeiros	Unid.	2015	2014	var. %
Volume de Negócios	Mil.€	44.592	40.848	9,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	Mil.€	4.413	4.275	3,2%
Gastos com Pessoal	Mil.€	8.986	9.238	-2,7%
Resultado Líquido	Mil.€	16.675	13.316	25,2%
EBITDA ajustado (*)	Mil.€	26.473	22.752	16,4%
Endividamento Bancário	Mil.€	-	-	-
Autonomia Financeira	%	63,0	70,8	-11,0%
ROACE	%	6,4	5,5	17,7%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	4,7	3,9	20,8%
Investimento	Mil.€	13.160	1.850	611,4
Trabalhadores (em 31/Dez.)	nº	182	184	-1,1

(*) corresponde ao EBITDA contabilístico deduzido da amortização dos subsídios, do reconhecimento de rendimentos provenientes dos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades. O valor de 2014 difere do apresentado no relatório desse exercício, pois na altura não se deduziam as provisões e as imparidades.

2. SÍNTESE DA ATIVIDADE

O ano de 2015 correspondeu ao primeiro exercício completo depois da publicação do DL nº 144/2014, de 20 de março, que integrou os portos de Faro e de Portimão no âmbito de gestão da então redenominada APS – Administração do Porto de Sines, SA. Tratou-se de uma mudança estrutural com repercussão em todas as áreas da empresa, seja em termos financeiros e de gestão de áreas dominiais, seja em áreas como os sistemas de informação, a gestão de recursos humanos, a manutenção de infraestruturas, a exploração e a segurança portuária.

A movimentação de mercadorias registou, tal como vinha acontecendo nos anos anteriores, um novo máximo de movimentação anual no Porto de Sines que atingiu 44 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 17% face a 2014. Para este resultado contribuíram os acréscimos de movimentação verificados em todos os segmentos de carga.

Nos granéis líquidos destacaram-se as movimentações de ramas e de refinados, reflexo de um elevado nível de atividade da Refinaria de Sines que se traduziu também num novo máximo de movimentação para o Terminal de Granéis Líquidos, as quais compensaram largamente a diminuição verificada no GPL e nos outros granéis líquidos, estes últimos influenciados negativamente pela paragem de produção da unidade petroquímica da Artlant.

Quanto aos granéis sólidos, tipo de carga onde prevalece a importação de carvão para as centrais termoelétricas de Sines e do Pego, o movimento superou 5,5 milhões de toneladas, crescendo cerca de um milhão de toneladas comparativamente a 2014.

Em termos de carga geral, assume particular destaque a carga contentorizada. Em 2015 foram movimentados 1,33 milhões de TEU, significando também aqui um novo máximo de movimentação, correspondentes a 16,5 milhões de toneladas, mais de 2 milhões de toneladas acima do valor de 2014. O ano de 2015 terminou com 19 serviços de linha regular a escalar o porto de Sines, dos quais 15 são operados pela MSC (3 deles partilhados com a MAERSK) e 4 são operados pela Sitank/WEC, cobrindo as principais regiões do globo.

Relativamente aos portos comerciais de Faro e de Portimão, em 2015 registaram-se aumentos de 7,9% nas mercadorias movimentadas (Faro) e de 1,0% no tráfego de passageiros (Portimão).

No que diz respeito ao Porto de Recreio de Sines é de referir que em 2015 se verificou um ligeiro decréscimo na taxa de ocupação face ao verificado nos dois anos anteriores (83% em 2015 e 85% em 2013 e 2014).

O crescimento da atividade teve expressão direta nos resultados da empresa e o exercício encerrou com um **resultado líquido positivo de aproximadamente 16,7 milhões de euros**. Por sua vez, o resultado operacional antes de depreciações, juros e impostos (EBITDA¹) atingiu 26,5 milhões de euros, mais 16,4% do que em 2014.

O Investimento anual ascendeu a 13,2 milhões de euros, dos quais 11 milhões relativos a investimentos em Sines e 2,2 milhões referentes ao urgente incremento das condições de operacionalidade e segurança dos portos do Algarve, investimento cofinanciado pelo FEDER através do PO Algarve 21 com uma taxa de comparticipação de aproximadamente 60%. No investimento realizado em Sines, deverá realçar-se a regularização dos fundos junto ao Terminal XXI, projeto que ascendeu a 9,6 milhões de euros e que garante as condições de máxima operacionalidade em termos de fundos ao Terminal XXI na sua atual configuração e mesmo naquela que corresponderá a uma terceira fase de desenvolvimento do mesmo. O investimento em tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente no que se refere à extensão aos portos do Algarve dos sistemas existentes em Sines e no que se refere ao desenvolvimento dos sistemas eletrónicos de despacho de navios, continuou a ter um peso significativo no investimento total da empresa.

(1) Se considerado o EBITDA real ou ajustado, ou seja, retirando aos 41,6 milhões de euros do EBITDA contabilístico o reconhecimento anual dos subsídios ao investimento, a imputação dos rendimentos provenientes dos bens reversíveis das concessionárias, as provisões e as imparidades, proporcionando, assim, uma mais correta avaliação dos meios gerados pela atividade da empresa. O valor de 2014 difere do apresentado no relatório desse exercício, pois na altura não se deduziam as provisões e as imparidades.

No que se refere à participação em projetos europeus, a APS coordenou o consórcio nacional que desenvolveu os projetos-piloto do ANNA – *Advanced National Networks for Administrations*, com o IMT, relativos à receção das listas de tripulantes e passageiros nos novos formatos europeus de mensagens eletrónicas. Os projetos-piloto, desenvolvidos sobre a plataforma JUP – Janela Única Portuária, permitiram a Portugal cumprir os seus compromissos neste projeto europeu.

No seio da APP - Associação dos Portos de Portugal, a APS enquanto coordenadora do Grupo de Trabalho para os Sistemas de Informação, desenvolveu as bases para o arranque do processo de evolução da JUP para a nova geração desta plataforma, implementou o mecanismo de envio de elementos estatísticos para a AGEPOR, conforme protocolo celebrado para o efeito, e preparou uma candidatura comunitária com vista à implementação da *Logistic Single Window* (LSW).

A APS integrou também o projeto CALLSSIBA, o qual tem por objetivo melhorar a interoperabilidade no Corredor Logístico Lisboa-Setúbal-Sines-Badajoz, através do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação inovadoras, nomeadamente a extensão da janela Única Logística (JUL) a todo o corredor, de forma a garantir a fluidez da informação ao longo de toda a cadeia de transporte, designadamente do transporte marítimo, porto, transporte terrestre e porto seco ferroviário. Este projeto foi candidatado ao Programa de Cooperação INTERREG VA Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, em parceria com a APL - Administração do Porto de Lisboa, a APSS - Administração do Porto de Setúbal e a Plataforma Logística do Sudoeste Europeu (PLSWE).

A gestão de áreas dominiais continuou a ser uma das áreas centrais da atividade da empresa, não só porque se traduz na sua principal fonte de rendimentos mas também porque com a integração dos portos do Algarve se assistiu a um exponencial aumento e diversificação da tipologia de contratos e licenciamentos existentes, com repercussões muito expressivas, não tanto em termos do valor associado mas sobretudo na complexidade do seu acompanhamento. Apostou-se fortemente na regularização de processos de licenciamento e de outros assuntos pendentes associados às áreas afetas aos portos comerciais do Algarve, onde se procedeu à atribuição de novas licenças de ocupação para grande parte dos mais de 300 titulares de usos privativos de áreas dominiais dos portos comerciais de Faro e de Portimão. Em Sines, a APS atribuiu uma nova concessão de uso privativo de uma parcela dominial para exploração do Setor 1 da pedreira de Monte Chãos à PEDREC – Pedreiras e Construções, S.A..

No âmbito da atividade das concessionárias, relativamente ao Terminal XXI deve destacar-se a conclusão pela PSA Sines, no início de 2015, das obras relativas à Fase 2 de desenvolvimento do terminal, no fim das quais este ficou com um cais com 940 m de comprimento, um terraplino com 36,4 hectares, 9 pátios de cais e uma capacidade de 1.7 milhões de TEU/ano. Continuando o projeto de desenvolvimento do Terminal XXI, a PSA Sines decidiu posteriormente implementar um investimento que permite aumentar a capacidade do terminal de 1,7 para quase 2,5 milhões de TEU anuais. Assim, ainda em 2015, a concessionária deu início às obras associadas a uma nova fase, designada como Fase 2+, a qual compreende a construção de um cais acostável com extensão útil de mais 200 metros para navios *feeder* no extremo NW do terminal. Nesta fase está igualmente prevista a aquisição de um pátio de cais, duas gruas móveis e quatro gruas de parque, bem como o aumento de dois hectares no parque de armazenagem.

Por sua vez, a empresa Ecoslops Portugal, S.A., subconcessionária da Gestão Integrada de Resíduos e Fornecimento de Utilidades concluiu em 2015 os trabalhos de remodelação da estação de tratamento de águas de lastro, com o objetivo de melhorar e tornar mais eficiente o tratamento das referidas águas, e iniciou a operação da nova unidade de tratamento do *slops*, a partir da qual é produzido combustível para fornecimento a navios.

O ano de 2015 representou o sétimo ano completo de comercialização e atividade da ZALSINES – Zona Intraportuária. O principal destaque vai para a constituição de um direito de superfície de 25% do Lote A6 a favor da FrioPuerto Sines, para a construção de uma nave logística. Nota também para o investimento realizado pela SITANK, superficiária do Lote A3, na criação de uma zona refrigerada dentro da sua nave, potenciando assim a sua oferta logística.

No que respeita à **gestão das licenças de atividade condicionada** – registo de agentes de navegação e licenciamento de empresas de estiva – não se verificaram novas entradas em 2015. No porto de Sines mantiveram-se 18 agentes de navegação em atividade, no porto de Faro 5 e no porto de Portimão 6.

No âmbito do **sistema integrado da qualidade, ambiente e segurança** realizaram-se com sucesso auditorias pela Lloyd's Register Quality Assurance para manutenção das certificações dos sistemas da qualidade (ISO9001:2008), de ambiente (ISO14001:2004), de segurança e saúde no trabalho (OHSAS18001:2007) e de acompanhamento do de segurança da informação (ISO/IEC 27001:2013) este último com o alargamento do âmbito aos portos de Faro e de Portimão e transição da versão da norma de 2005 para 2013. A manutenção destes certificados contou com um trabalho permanente de auditoria e de monitorização dos sistemas implementados através do recurso à bolsa de auditores internos da empresa.

Por sua vez, a gestão e o controlo ambiental das atividades portuárias, designadamente, a movimentação de navios e de mercadorias e de acidentes ambientais é conseguida através de uma monitorização dos diferentes ambientes marinhos, efetuada por entidade exterior com o financiamento da APS e sob coordenação do Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora, destacando-se neste últimos anos o MAPSi – Monitorização dos Ambientes Marinhos 2015-2017 que dá continuação ao de 2012-2014.

Para além das monitorizações referidas são ainda efetuadas outras, nomeadamente ao ar e ao ruído ambiente à qualidade da água balnear e à qualidade microbiológica das areias da praia Vasco da Gama. Tal permitiu candidatar mais uma vez a Praia Vasco da Gama ao Programa Bandeira Azul, galardão atribuído novamente em 2015 a esta infraestrutura de lazer e ao Porto de Recreio. A Praia Vasco da Gama foi ainda distinguida pela 4ª vez consecutiva com a “Qualidade de Ouro” pela Quercus, a qual é baseada apenas na avaliação da qualidade da água da praia e tem como objetivo premiar as praias que ao longo de vários anos (cinco neste caso), apresentam sistematicamente boa qualidade ou qualidade excelente, e que, nesse sentido, oferecem uma maior fiabilidade no que respeita à qualidade da água. Esta praia obteve ainda, como também já vem sendo usual, a distinção de “Praia Acessível Para Todos”, por esta praia reunir um conjunto de condições que a tornam acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

Relativamente a registos de acidentes/incidentes de segurança e ambientais, incluindo eventuais derrames, não foram registadas ocorrências significativas no ano de 2015.

O **Fórum de Simplificação de Procedimentos (FSP)** manteve a sua atividade regular no ano de 2015, continuando a assumir-se como uma estrutura de concertação e de estreitamento de relações de colaboração entre diversas entidades públicas e privadas com a atividade no porto. Na ação do FSP em 2015 manteve-se a relevância da troca de informações entre os diversos *stakeholders* do negócio portuário, visando a melhoria e simplificação dos procedimentos operacionais e documentais das transações, com base em tecnologias de interoperabilidade informacional, que contribuíram decisivamente para o aumento da competitividade do porto de Sines. Continuaram a constituir alvo prioritário das preocupações e reflexões do FSP as carências de meios expressas pelas diversas autoridades públicas ligadas ao funcionamento do porto, acrescidas pelo aumento de atividade do porto, as quais comportam um risco de redução de competitividade que poderá transformar-se num obstáculo à sua expansão.

Durante o ano de 2015 foram utilizadas diversas ferramentas no âmbito da **estratégia de comunicação da APS**, destacando-se, para este efeito as ferramentas de Publicidade, *Sponsorship*, Relações Públicas e Internet.

O ano ficou marcado pela entrada em produção do novo portal institucional da APS que agrega informação sobre a empresa e apresenta um sítio na internet para cada um dos portos (Sines, Faro e Portimão) com informação comercial e de regulamentação. A internet é cada vez mais o primeiro ponto de contacto da empresa para os diversos públicos-alvo, que assim podem obter a informação pretendida de forma muito mais rápida e direcionada.

Foram desenvolvidas ações comerciais e institucionais, nomeadamente através da participação em Feiras/Exposições, com o objetivo de, por um lado, aumentar a notoriedade da APS e por outro lado, promover os diversos segmentos de negócio da empresa, com destaque para o mercado dos cruzeiros. No que respeita à publicidade, destacam-se as inserções publicitárias nos principais OCS do setor, nacionais e

internacionais. Também o *sponsorship* foi utilizado com frequência, através do patrocínio dos congressos e seminários mais relevantes, assim como através do apoio a entidades promotoras de ações de impacto social localizadas nas áreas de influência dos portos sob jurisdição da APS, nomeadamente o apoio às corporações de bombeiros.

No âmbito das relações públicas, destaca-se a continuidade da comemoração do “Dia do Porto de Sines”, que tem por objetivo mostrar as diversas atividades desenvolvidas no porto à comunidade local, assim como a organização de diversas visitas diplomáticas, institucionais e comerciais, com a finalidade de promover as características desta infraestrutura portuária e fomentar a criação de novos negócios.

Em termos de recursos humanos, o efetivo global da APS diminuiu face ao ano anterior por efeito das saídas por aposentação. No final do ano de 2015 o efetivo total da APS era de 182 pessoas (134 homens e 48 mulheres), sendo que no porto de Sines o efetivo total era de 147 pessoas (105 homens e 42 mulheres). A progressiva diminuição do número de trabalhadores, se descontado o efeito da integração dos portos do Algarve, conjugado com o contínuo aumento da atividade, vem criando notórias dificuldades de que apenas a dedicação dos seus colaboradores vem colmatando. Apesar da permanente aposta na automatização de processos e no recurso às tecnologias de informação, impõe-se urgentemente o reforço e rejuvenescimento do quadro de pessoal.

Uma referência especial para a figura do **Provedor do Cliente do Porto de Sines** que tem como função a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes desta infraestrutura. O Cte. Luís Gaivoto foi o primeiro Provedor do Cliente do Porto de Sines, exercendo funções desde 2010 com o elevado profissionalismo e empenho que sempre caracterizaram o seu percurso ligado ao setor portuário. Apesar do seu desaparecimento físico em 8 de agosto de 2015 perdurará a marca deixada no desenvolvimento de muitos dos projetos estruturantes do porto.

Os resultados obtidos no ano de 2015 não teriam sido possíveis de alcançar sem o papel imprescindível dos trabalhadores dos portos de Sines e do Algarve e sem o apoio e colaboração prestados pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. Destaque-se, ainda, a colaboração proporcionada ao longo do ano pelos parceiros institucionais, ao nível local e regional, dos portos de Sines, Faro e Portimão, bem como por todos os clientes, fornecedores, concessionários, licenciados e entidades bancárias.

3. MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA

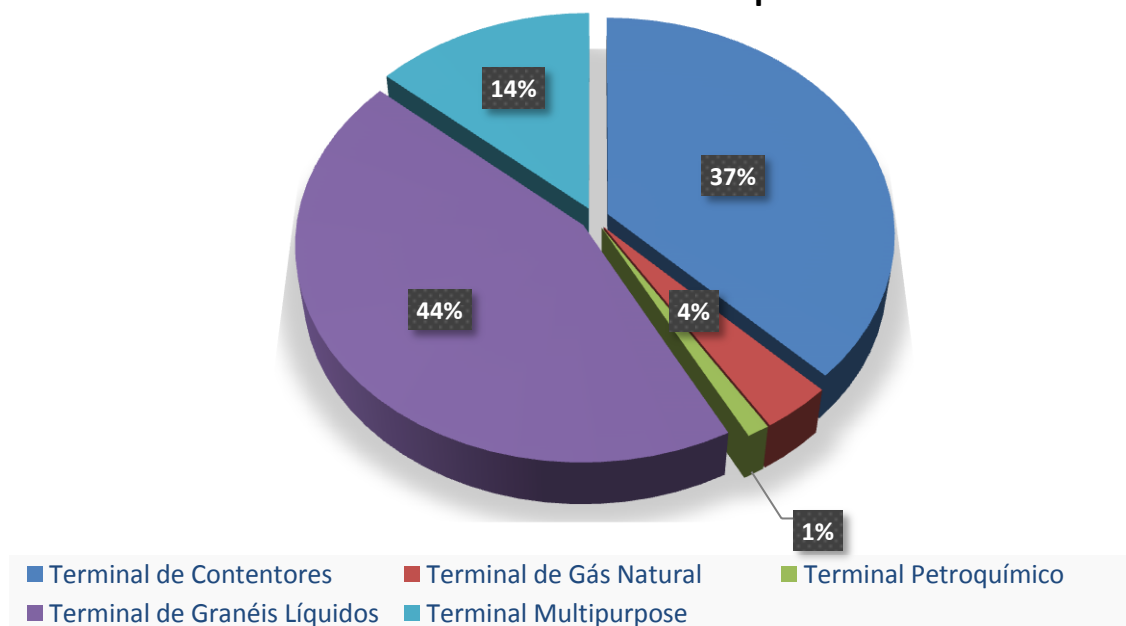
O Porto de Sines registou, em 2015, um novo máximo no movimento de mercadorias aproximando-se de 44 milhões de toneladas (43.966 milhares de toneladas), a exemplo do que vinha acontecendo nos últimos anos. Este registo representou um crescimento de quase 17%, face ao ano anterior, com todos os segmentos de carga a demonstrar uma evolução positiva, tendo para tal contribuído os terminais de Granéis Líquidos, Multipurpose, de Contentores e de Gás Natural.

Movimento de Mercadorias no Porto de Sines – por terminais

Unid.: mil.ton.

TERMINAL	2014	2015	Var. (%)
Terminal de Contentores	14.476	16.460	14%
Terminal de Gás Natural	1.432	1.603	12%
Terminal Petroquímico	530	517	-2%
Terminal de Granéis Líquidos	16.111	19.412	20%
Terminal Multipurpose	5.035	5.974	19%
Total	37.583	43.966	17%

Movimento de Mercadorias 2015 - por terminais



O Terminal de Granéis Líquidos continua a ser o que detém a maior fatia do tráfego total do porto, subindo mesmo ligeiramente o seu peso face a 2014 (44% face a 43%) enquanto que o Terminal de Contentores representou 37% desse tráfego. Ainda assim, apesar do seu grande crescimento no ano em análise (14%), viu o seu peso no total do tráfego global do porto descer de 39% para 37% por força dos maiores crescimentos no ano em análise do Terminal de Granéis Líquidos (20%) e do Terminal Multipurpose (19%). Este último representou 14% do total (13% em 2014), enquanto que o Terminal de Gás Natural manteve a sua quota estável nos 4% ao apresentar um crescimento de 12%. O Terminal Petroquímico foi o único que apresentou

uma ligeira redução na movimentação (-2%) mas o seu tráfego representa pouco mais de 1% do movimento do porto.

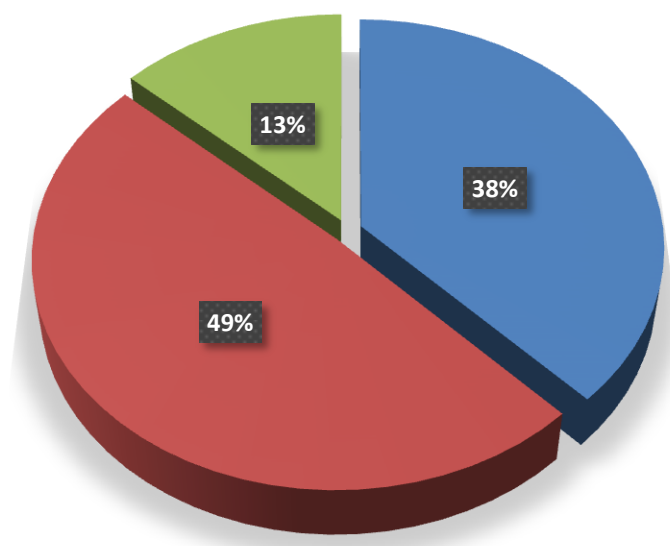
O detalhe da movimentação por tipologia de carga acompanha de perto a análise efetuada para os terminais. Os granéis líquidos, correspondendo ao somatório das movimentação dos terminais de granéis líquidos, petroquímico e de GNL representam quase metade da movimentação do porto (49%). A carga geral, quase exclusivamente contentorizada, ascende a 38% enquanto que os granéis sólidos, na sua maioria carvão para abastecimento das centrais termoelétricas, são responsáveis pelos restantes 13%.

Movimento de Mercadorias no Porto de Sines – por tipologia de carga

Unid.: mil.ton.

TIPOLOGIA	2014	2015	Var. (%)
Carga Geral	14.611	16.579	13%
Contentorizada	14.474	16.460	14%
Fracionada	137	118	-14%
Ro-Ro	-	1	-
Granéis Líquidos	18.077	21.537	19%
Granéis Sólidos	4.895	5.850	20%
Total	37.583	43.966	17%

Movimento de Mercadorias 2015 - por tipologia de carga



■ Carga Geral

■ Granéis Líquidos

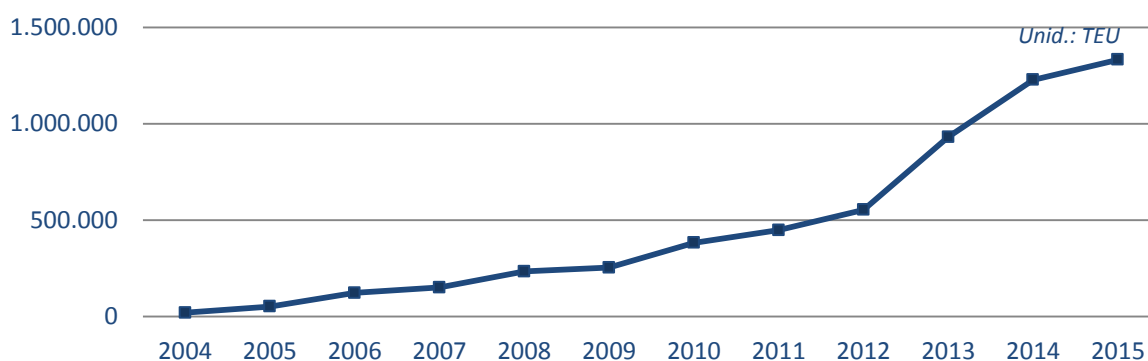
■ Granéis Sólidos

Movimento de Contentores no Porto de Sines

Também o segmento da carga contentorizada no Porto de Sines assinalou em 2015, por mais um ano consecutivo, um novo recorde com um total de 1.332.200 TEU (*twenty-foot equivalent unit*) movimentados, a que correspondeu ao assinalável crescimento de 8,5% face ao ano transato, para um total de 864.769 contentores e 16.460 toneladas. Como referido, representa já mais de 37% do total de cargas movimentadas no porto.

O tráfego de *transhipment* representou, naquele período, quase 79% do movimento total de TEU no Porto de Sines, correspondendo os restantes 21% a tráfego de hinterland quase na sua maioria por via da infraestrutura ferroviária existente.

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	Var. 15/14 (%)
TEU	931.036	1.227.694	1.332.200	9%

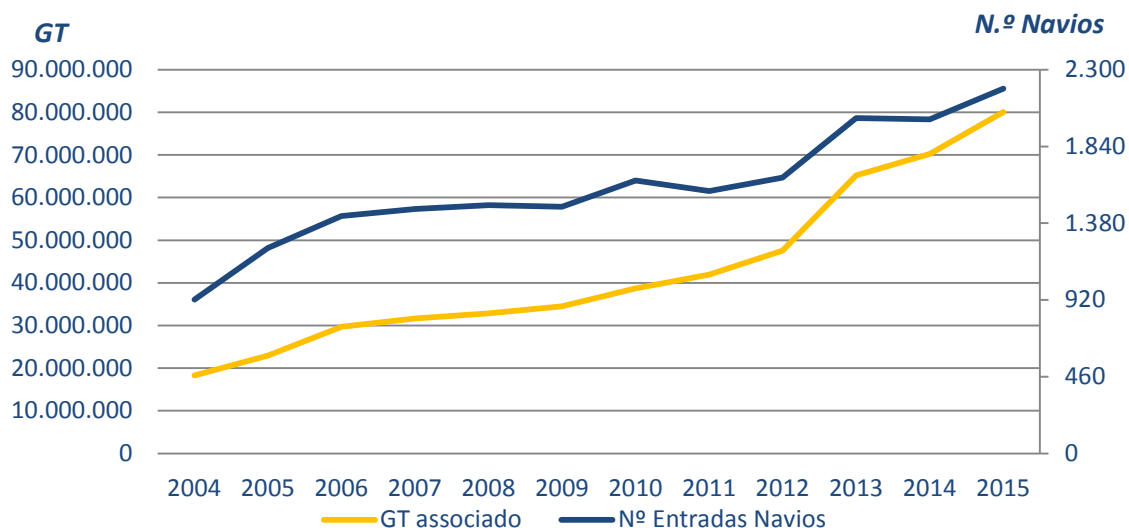


Movimento de Navios no Porto de Sines

O movimento de navios registou em 2015 um novo máximo anual a que corresponderam 2.187 navios entrados e um crescimento superior a 9% face a igual período homólogo, muito por força da dinâmica de crescimento do setor de carga contentorizada, representada em termos de movimento de navios de contentores por um adicional de 137 navios face a 2014. Este crescimento foi acompanhado por uma evolução positiva ainda mais acentuada no seu GT (arqueação bruta), representada por um acréscimo em 14%, para um total de 80.071.117 toneladas de arqueação bruta.

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015
Nº Entradas Navios	2.010	2.003	2.187
GT associado	65.187.907	70.233.725	80.071.117

A evolução do número de navios e do respetivo GT associado confirma a tendência contínua de crescimento do porte médio dos mesmos, bem evidente no gráfico seguinte:



Movimento de Mercadorias nos Portos do Algarve

O Porto de Faro movimentou 396 mil toneladas, em grande parte relativas à exportação de cimento proveniente da instalação industrial de Loulé, registando um aumento de 7,9% face ao ano anterior e continuando a trabalhar próximo do seu limite de capacidade. Deste total, destacou-se a movimentação de cimento (353,3 milhares de toneladas), seguida do clínquer (29,3 mil toneladas), num mercado exclusivamente de exportações.

DESIGNAÇÃO	Unid.: mil.ton		
	2014	2015	Var. (%)
Cais Comercial de Faro	367	396	7,9
Cais Comercial de Portimão	-	-	-
Total	367	396	7,9

Movimento de Passageiros nos Portos do Algarve

O movimento de passageiros no Porto de Portimão registou, em 2015, um acréscimo de 1%, face ao ano transato, com um total de 14.548 passageiros na sua quase totalidade em trânsito, associando-se à vocação deste porto e a par do crescimento do setor turístico de cruzeiros.

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Var. (%)
Porto de Portimão			
Embarcados	137	77	-43,8
Desembarcados	993	161	-83,8
Trânsito	13.504	14.548	7,7
Total de passageiros	14.634	14.786	1,0

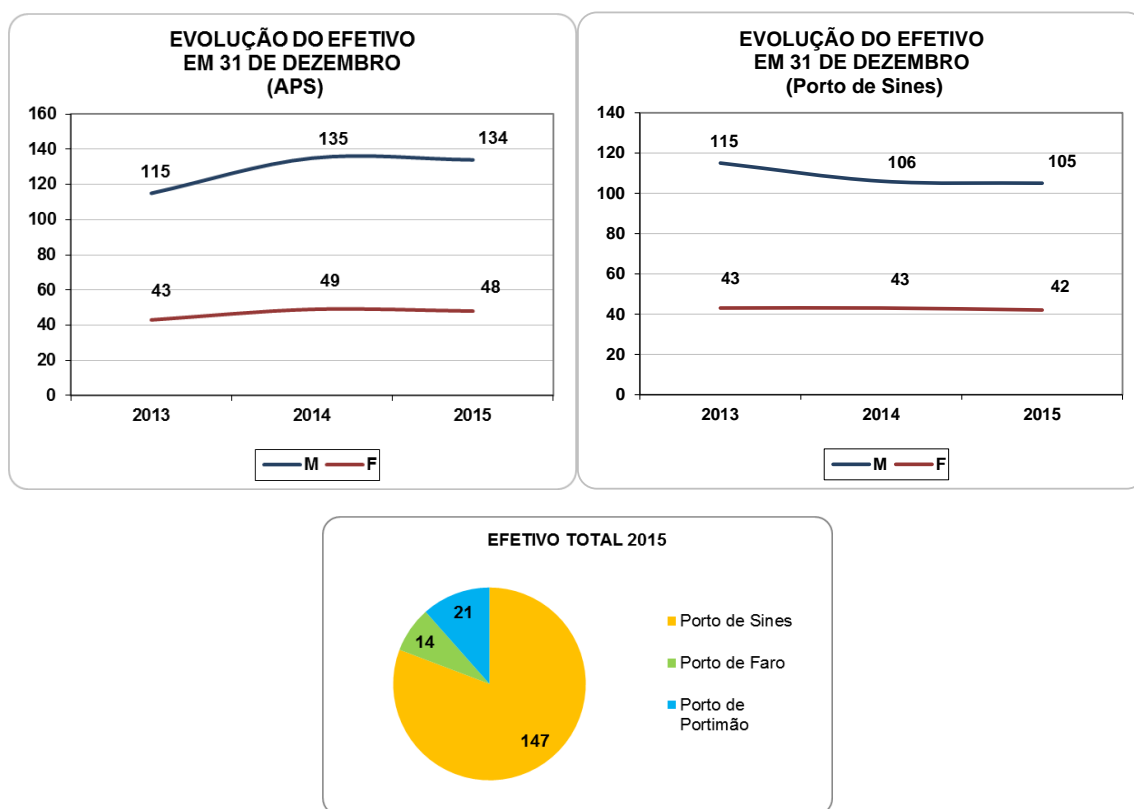
Tal como registado no Porto de Sines, o movimento de navios nos portos de Algarve apresentou uma evolução positiva, assumindo o Porto de Portimão um crescimento superior a 52%. Do total de 70 navios entrados neste porto, 47 dizem respeito a navios de cruzeiro, enquanto que em 2014 o movimento total foi de 46 navios, 34 dos quais de cruzeiro. No que respeita ao porto de Faro, com uma vocação mais direccionada para a movimentação de cargas, o encerramento do ano efectivou-se com um total de 85 navios entrados, 80 dos quais foram navios exclusivamente para operações de carga de mercadorias.

4. RECURSOS HUMANOS

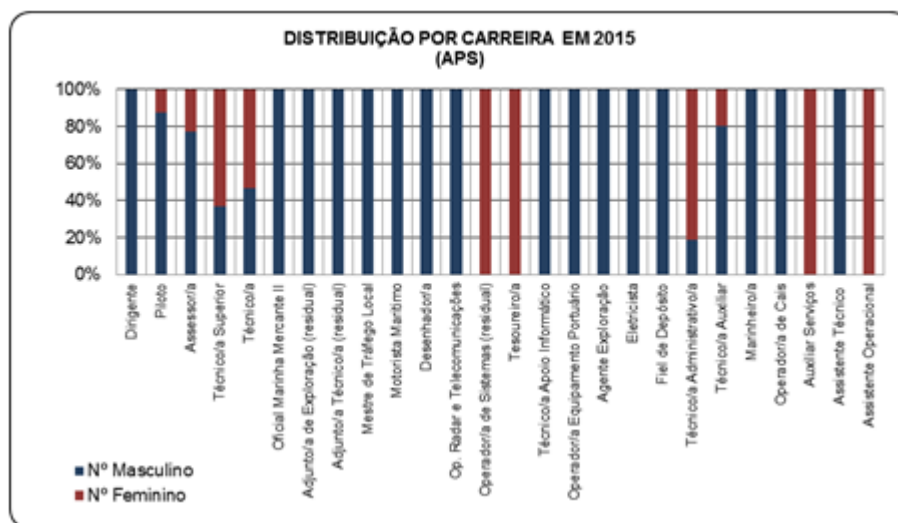
Em todos os indicadores de recursos humanos está refletido o efeito da celebração de acordos de cedência de interesse público no ano de 2014, no âmbito do Decreto-Lei nº 44/2014 de 20 de março, que estabeleceu o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), para a APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS).

Por outro lado, todas as referências seguidamente efetuadas aos portos de Sines, Faro e Portimão, dizem respeito exclusivamente aos trabalhadores da APS nesses portos não englobando, obviamente, os trabalhadores das restantes empresas constituintes da comunidade portuária desses portos. Também não se encontram refletidos nos indicadores de recursos humanos os trabalhadores da APS afetos às empresas concessionárias que em 31.12.2015, correspondiam a 25 homens e 1 mulher.

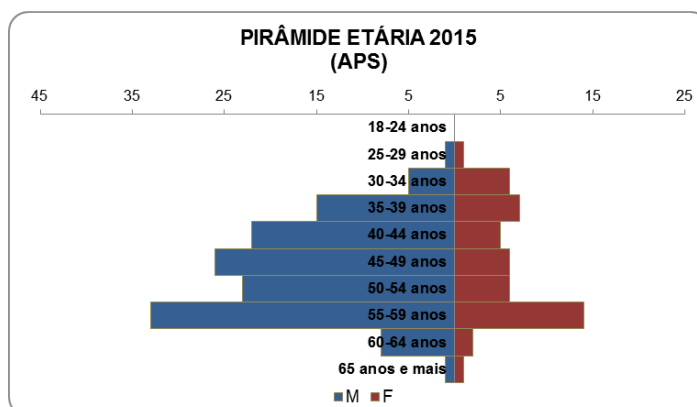
Verifica-se que o efetivo global da APS diminuiu face ao ano transato por efeito de saídas por aposentação. No final do ano de 2015 o efetivo total da APS era de 182 pessoas (134 homens e 48 mulheres), sendo que no porto de Sines o efetivo total era de 147 pessoas (105 homens e 42 mulheres).

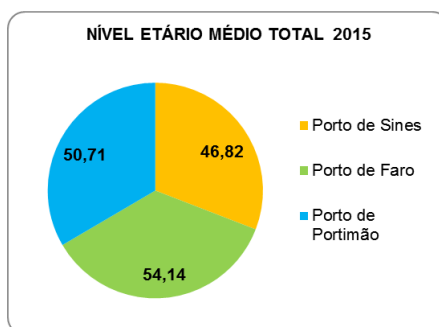
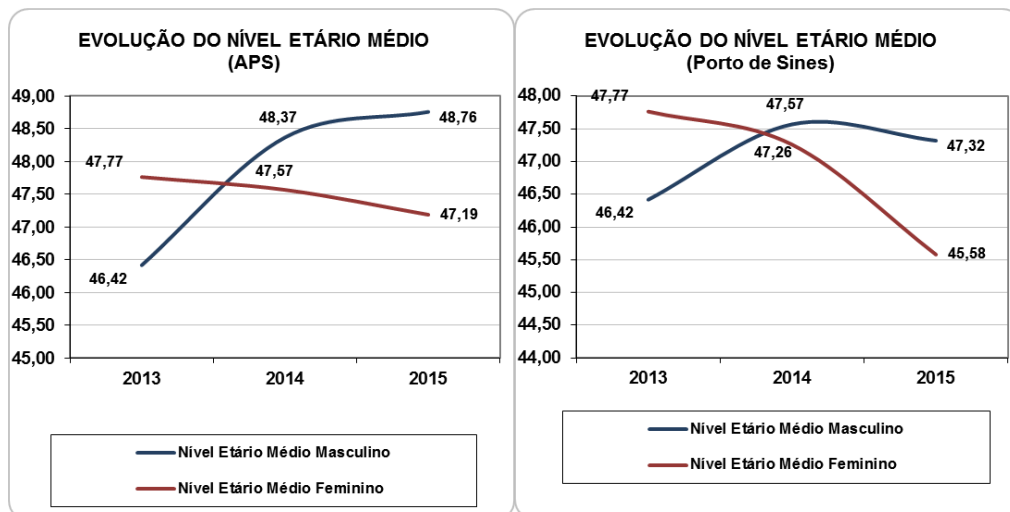


No ano de 2015 a taxa de feminização da APS diminuiu para 26% comparativamente com o ano anterior, cuja percentagem era de 27%, sendo que no ano de 2015 o efetivo apresentava a seguinte distribuição percentual por carreira profissional:

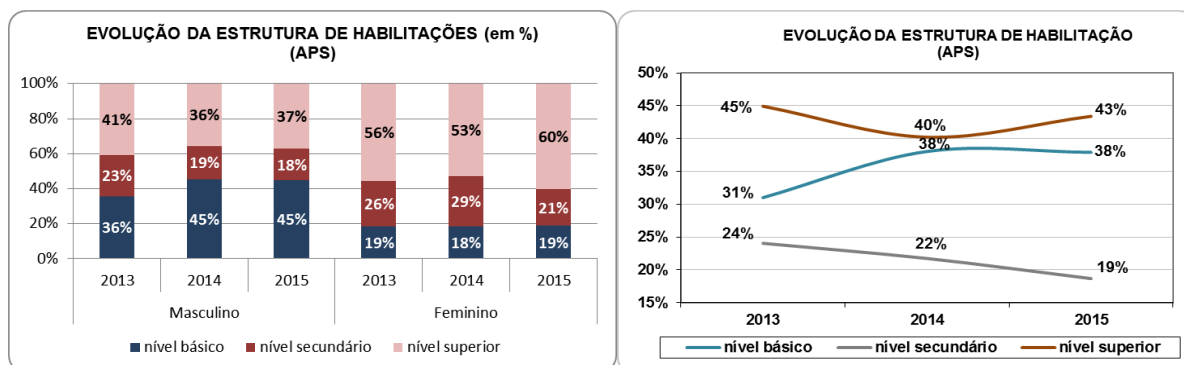


Da análise da estrutura etária da APS verifica-se que grande parte dos trabalhadores continua a pertencer aos escalões etários superiores a 45 anos de idade, sendo a classe modal global, quer das mulheres, quer dos homens, a que corresponde ao escalão etário situado entre os 55 e os 59 anos de idade. No que respeita à comparação do nível etário médio registado no ano de 2015 comparativamente com o do ano 2014, destaca-se o aumento do nível etário médio masculino e a diminuição do nível etário médio feminino na globalidade da empresa, registando-se um aumento da média etária no porto de Faro e no porto de Portimão e uma diminuição da média etária no porto de Sines.

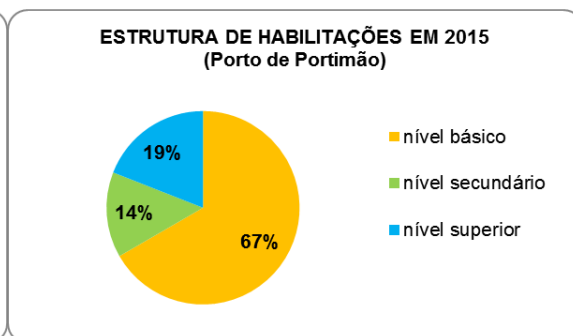
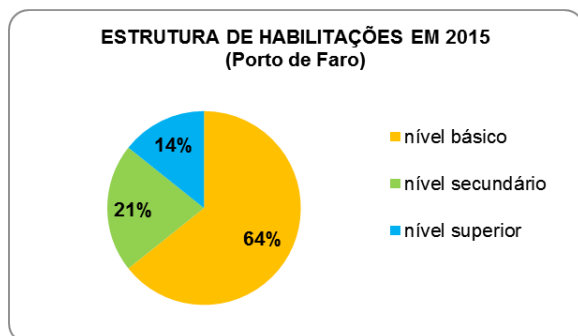
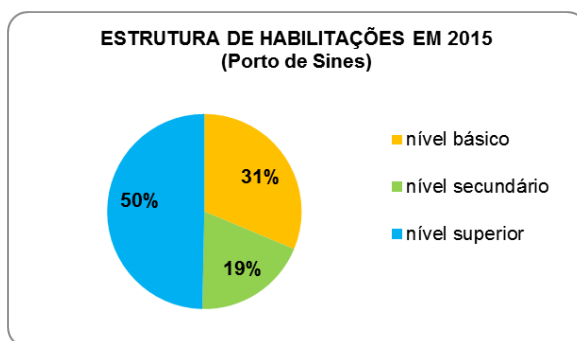




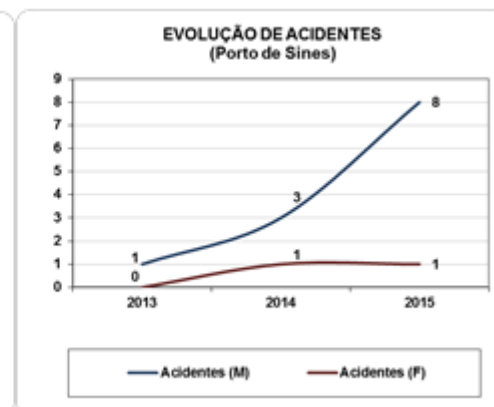
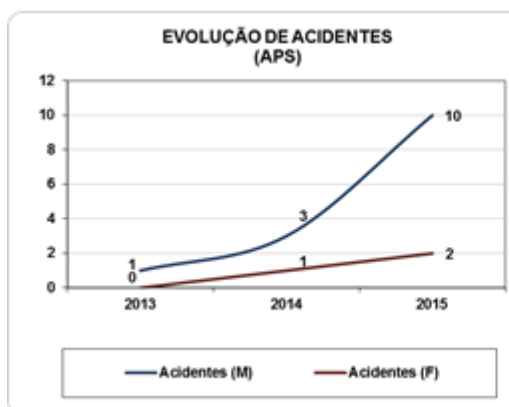
No que respeita a habilitações académicas, pese embora se tenha registado uma diminuição da percentagem de trabalhadores com nível de habilitação superior no ano de 2014 por efeito da celebração de acordos de cedência de interesse público naquele ano, no ano de 2015 verificou-se um aumento da percentagem de trabalhadores com este nível habilitacional e uma diminuição da percentagem de trabalhadores com habilitações ao nível secundário. No ano de 2015 as mulheres aumentaram a sua representatividade maioritária no grau de ensino superior (60%), continuando os homens a estar maioritariamente representados no grau de ensino básico (45%) e só depois no grau de ensino superior (37%).

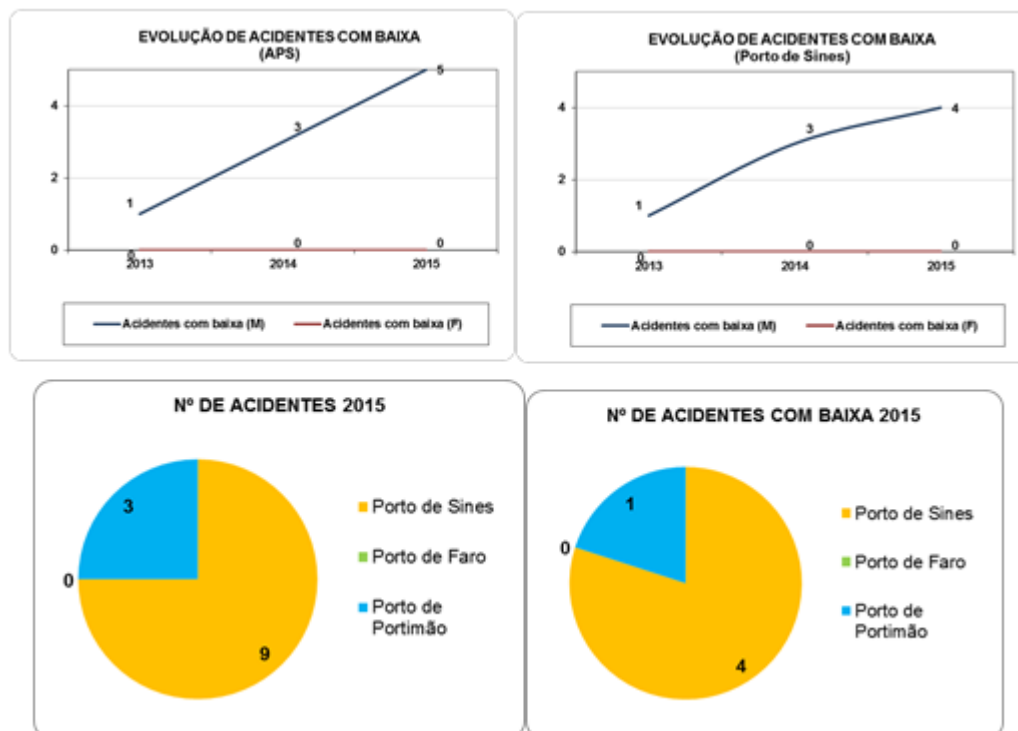


Efetuada a repartição da estrutura de habilitação por porto, verifica-se que a estrutura de habilitações académicas parece apresentar uma relação com os modelos de gestão em prática no porto de Sines numa lógica de *landlord port* e nos portos do Algarve numa lógica de *service port*. No porto de Sines 50% dos/as trabalhadores eram detentores de habilitação de nível superior, enquanto que nos portos do Algarve mais de 60% dos trabalhadores são detentores de habilitações ao nível do ensino básico.



Relativamente aos indicadores de Segurança e Saúde no Trabalho, segue-se a evolução das ocorrências de acidentes de trabalho que mostram algum agravamento face ao ano anterior:





5. INVESTIMENTO

O investimento realizado no ano de 2015 totalizou cerca de 13,2 milhões de euros, representado 57,5% do valor programado.

Nos investimentos realizados ao nível das infraestruturas e edifícios, que totalizaram cerca de 10,9 milhões de euros, destacam-se:

- **REGULARIZAÇÃO DE FUNDOS DO TERMINAL XXI**
Remoção de materiais colocados em depósitos provisórios na bacia do terminal de contentores e regularização dos fundos dessas zonas de forma a garantir fundos compatíveis com os navios a operar (-17,50m (ZH)).
- **CENTRAL FOTOVOLTAÍCA**
Construção de uma central fotovoltaica com uma potência de 250kW, sobre o pavilhão logístico, localizado no lote A1 da ZALSINES.
- **REPARAÇÃO, ORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE JURISDIÇÃO PORTUÁRIA DO PORTO DE FARO**
Reparação do cais comercial de Faro, ordenamento e requalificação da área de jurisdição procedendo à substituição do pavimento da zona da frente de cais e regularização e vedação da zona portuária.
- **REABILITAÇÃO DO CAIS FLUTUANTE BARTOLOMEU DIAS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO CAIS COMERCIAL DE PORTIMÃO**
Requalificação do cais flutuante e melhoria das condições de acesso ao cais Ro-Ro, de forma a garantir as condições de segurança e de funcionalidade dos mesmos.
- **REFORMULAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS AFETOS AOS PASSAGEIROS NO EDIFÍCIO “GARE MARÍTIMA” DO PORTO DE PORTIMÃO**
Obras de reformulação e requalificação no edifício da Gare Marítima de Portimão, com o objetivo de melhorar as condições de acesso e acessibilidade dos utentes e passageiros dos navios de cruzeiro que aportam neste Cais Comercial.

Os Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação totalizaram cerca de 937 mil euros, importando destacar:

- A Implementação do sistema do Cartão Único Portuário nos portos de Faro e de Portimão. Neste âmbito foi assinado um protocolo de cooperação entre o SEF e a APS relativo aos procedimentos a adotar no que concerne à concessão de autorizações à zona internacional dos portos e a bordo;
- Implementação de comunicações rádio VHF e UHF nos portos de Faro e de Portimão e interligação com as comunicações rádio existentes em Sines;
- Extensão do Sistema Supervisão Portuária (SSP) aos portos de Faro e Portimão, com a instalação de câmaras de videovigilância para cobrir as áreas operacionais dos portos;
- Evolução da Info-Estrutura dos DataCenters dos portos de Sines, de Faro e de Portimão para alojar os sistemas implementados e permitir a interligação entre os portos, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação;
- Implementação de rede WIFI no edifício da gare marítima de Portimão para a disponibilização de internet aos utentes e passageiros do porto;

- O desenvolvimento duma nova ferramenta de gestão documental que suporta a tramitação interna do documentos e despachos, incluído o suporte às reuniões de CA (SharePoint).

No que respeita a ambiente e segurança investiram-se cerca de 348 mil euros no exercício de 2015, importando destacar que, com vista a reforçar a capacidade de resposta a acidentes nas áreas portuárias, se deu início ao esforço de estender aos portos de Faro e Portimão os procedimentos existentes em Sines e de equipar os mesmos portos com os meios adequados à melhoria das suas condições de segurança. O dispositivo criado permite garantir uma adequada, expedita e eficaz mobilização de meios e recursos, passíveis de responder às situações de proteção e socorro que envolvam este tipo de incidentes.

O financiamento do investimento de 2015 é apresentado no seguinte quadro:

- euros -

DESIGNAÇÃO	VALOR
FEDER - P.O. ALGARVE 21	
Aumento da Operacionalidade e Segurança dos Portos de Faro e Portimão	252.000
SUB-TOTAL FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	252.000
AUTOFINANCIAMENTO	12.908.416
TOTAL	13.160.416

O quadro seguinte apresenta o detalhe da formação bruta de capital fixo no ano de 2015:

					- euros -
INVESTIMENTO 2015	Orçamento	Realizado Sines	Realizado Algarve	Realizado Total	Grau de Realização
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	16.800.000	10.008.449	904.330	10.912.779	65,0%
MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	200.000	-	-	-	0,0%
REGULARIZAÇÃO DE FUNDOS NA BACIA JUNTO TERMINAL XXI	12.000.000	9.585.703	-	9.585.703	79,9%
RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA PEDREIRA	150.000	-	-	-	0,0%
ORDENAMENTO DA ÁREA DE JURISDIÇÃO	150.000	-	-	-	0,0%
INTERVENÇÕES NO PORTO DE RECREIO E CLUBE NÁUTICO	170.000	-	-	-	0,0%
INTERVENÇÃO NO PORTO DE SERVIÇOS	150.000	14.160	-	14.160	9,4%
CAIS DE CARGA DO TMS	50.000	-	-	-	0,0%
AMPLIAÇÃO/MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS TERRESTRES E EDIFÍCIOS	1.465.000	407.627	162.920	570.547	38,9%
EDIFÍCIO PARA A AUTORIDADE ADUANEIRA	550.000	-	-	-	0,0%
MOLHE DA BARRA FARO/OLHÃO	500.000	-	-	-	0,0%
DRAGAGEM DO CANAL DE ENTRADA DE PORTIMÃO	150.000	-	-	-	0,0%
MOLHES DE ENTRADA DE PORTIMÃO	150.000	-	24.000	24.000	16,0%
MELHORIAS NOS CAIS DE FARO E PORTIMÃO	1.100.000	-	717.410	717.410	65,2%
OUTROS - EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	15.000	959	-	959	6,4%
EQUIPAMENTO BÁSICO	5.160.000	764.737	1.234.473	1.999.210	38,7%
RAMAL FERROVIÁRIO TXXI - MODERNIZAÇÃO SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA	200.000	129.783	-	129.783	64,9%
MODERNIZAÇÃO DOS PT 1 E 13 EXECUÇÃO DE REDE DE ANEL DE 15KV PARA O PT13	200.000	-	-	-	0,0%
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELEGESTÃO DA REDE DE MÉDIA TENSÃO	50.000	-	-	-	0,0%
MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉCTRICA DE MÉDIA TENSÃO	800.000	-	-	-	0,0%
SISTEMAS DE TELECONTAGEM DE ENERGIA	25.000	-	-	-	0,0%
ENERGIAS RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	800.000	321.824	-	321.824	40,2%
NOVAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS	75.000	-	-	-	0,0%
SISTEMAS DE AVAC	400.000	253.141	-	253.141	63,3%
UPGRADE DO SOFTWARE DO CARTÃO ÚNICO PORTUÁRIO	40.000	-	-	-	0,0%
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	1.200.000	58.828	314.627	373.455	31,1%
CILSIBA - EXTENSÃO JUL À PLATAFORMA DE BADAJOZ	100.000	-	-	-	0,0%
IMPLEMENTAÇÃO CONTROLO ACESSO E MELHORIA CONDIÇÕES DATACENTERS FARO E PORTIMÃO	360.000	-	363.597	363.597	101,0%
EXTENSÃO DO SISTEMA DE SUPERVISÃO PORTUÁRIA (SSP) AOS P. FARO E PORTIMÃO	200.000	-	200.220	200.220	100,1%
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO SCANNER NO TERMINAL DE PASSAGEIROS DE PORTIMÃO	100.000	-	66.684	66.684	66,7%
EQUIPAMENTOS DIVERSOS P/ PREVENÇÃO E COMBATE A ACIDENTES EM SINES E NO ALGARVE	595.000	1.162	280.614	281.776	47,4%
OUTROS - EQUIPAMENTO BÁSICO	15.000	-	8.730	8.730	58,2%
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	100.000	100.504	-	100.504	100,5%
AQUISIÇÃO DE VIATURAS	100.000	100.504	-	100.504	100,5%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	100.000	15.158	5.585	20.743	20,7%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO DIVERSO	100.000	15.158	5.585	20.743	20,7%
IMOBILIZADO INTANGÍVEL	655.000	90.922	-	90.922	13,9%
PROJETO ANNA - PARTE APS	70.000	75.104	-	75.104	107,3%
EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO OPERACIONAL PORTUÁRIA E LOGÍSTICA - PARTE APS	395.000	15.817	-	15.817	4,0%
DESENVOLVIMENTO DE NOVO PLANO ESTRATÉGICO	190.000	-	-	-	0,0%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PLURIENAL	70.000	21.559	14.700	36.259	51,8%
DOCAGEM DE LANCHAS E SKIMMERS	70.000	21.559	14.700	36.259	51,8%
TOTAL	22.885.000	11.001.328	2.159.088	13.160.416	57,5%
OUTROS INCREMENTOS DO ATIVO FIXO TANGÍVEL - BENS REVERSÍVEIS	-	77.265.940	-	73.327.474	-

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A APS voltou a superar os seus máximos de atividade, mantendo a trajetória de crescimento dos últimos anos, e encerrou o exercício com um resultado de aproximadamente 16,7 milhões de euros. Este resultado, superior em 25,2% ao resultado do ano anterior, foi essencialmente suportado pela componente operacional, com o EBIT a crescer 22,7%, atingindo 22,5 milhões de euros. Por sua vez, o EBITDA contabilístico atingiu 41,6 milhões de euros e apresentou uma variação de +24,8%. O EBITDA ajustado², que proporciona uma mais correta avaliação dos meios gerados pela empresa, atingiu-se o valor de 26,5 milhões de euros, superior em 16,4% ao registado em 2014.

O Resultado Financeiro embora com pouca expressão relativa devido à aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, continuou positivo e reflete a não existência de qualquer passivo bancário.

- euros -

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2015	2014	Var. %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	41.642.960	33.367.719	24,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	22.474.831	18.320.368	22,7%
Resultado Financeiro	65.188	10.512	520,2%
Resultado antes de impostos	22.540.020	18.330.880	23,0%
Resultado líquido do período	16.674.531	13.316.342	25,2%

O total dos Rendimentos ascendeu a 63,9 milhões de euros, crescendo 19,1% relativamente ao período homólogo do ano anterior, conforme se detalha no seguinte quadro:

- euros -

RENDIMENTOS	2015	2014	Var. %
Vendas	3.208.056	2.498.487	28,4%
Prestações de serviços	41.383.689	38.349.468	7,9%
TUP - Navio	14.414.682	11.914.382	21,0%
Tarifa de Pilotagem	4.134.742	3.571.207	15,8%
Fornecimentos e Serviços	344.675	1.187.412	-71,0%
Concessões	20.521.342	19.824.981	3,5%
Licenciamentos	1.430.442	1.410.463	1,4%
Náutica de Recreio	231.859	204.817	13,2%
Outras	305.948	236.206	29,5%
Subsídios à Exploração	7.596	30.640	-75,2%
Reversões	2.835.833	1.606.033	76,6%
Reversões Ajustamentos de Clientes	864.027	756.072	14,3%
Reversões de Imparidades	1.910.735	848.890	125,1%
Reversões de Provisões	61.071	1.071	5603,1%
Outros rendimentos e ganhos	16.366.841	11.156.341	46,7%
Amortização/Imparidade de Subsídios	7.457.493	6.344.214	17,5%
Rendimentos dos Bens Reversíveis das concessionárias	8.427.140	4.630.250	82,0%
Outros	482.208	181.877	165,1%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	113.494	44.932	152,6%
Dividendos	48.306	34.421	40,3%
Juros e outros rendimentos similares	65.188	10.512	520,2%
TOTAL	63.915.510	53.685.902	19,1%

(2) Corresponde ao EBITDA contabilístico deduzido da amortização dos subsídios, do reconhecimento de rendimentos provenientes dos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades. O valor de 2014 difere do apresentado no relatório desse exercício, pois na altura não se deduziam as provisões e as imparidades.

O Volume de Negócios totalizou 44,6 milhões de euros, aumentando 9,2% relativamente ao ano de 2014.

As vendas, na sua totalidade relativas a eletricidade, ascenderam a 3,2 milhões de euros, crescendo 28,4% relativamente a 2014. Esta evolução deve-se sobretudo ao acréscimo verificado na atividade do porto com o consequente reflexo num maior consumo de eletricidade por parte dos concessionários.

As Prestações de Serviços cresceram 7,9%, atingindo 41,4 milhões de euros na sua totalidade. Ao nível das suas principais rubricas, aparecem a TUP-Navio e Tarifa de Pilotagem que cresceram 21% e 15,8%, respetivamente. Os aumentos verificados nestas rubricas resultaram da excelente performance do porto em termos de número de navios entrados e respetiva arqueação bruta associada.

As receitas relativas aos contratos de concessão atingiram, em 2015, 20,5 milhões de euros, mais 3,5% do que no ano anterior. Por seu lado, os licenciamentos registaram um valor próximo dos 1,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de apenas 1,4%.

Saliente-se a não atualização da generalidade das taxas dos tarifários dos concessionários e licenciados, mantendo-se assim os valores que se praticam desde 2013. Igual procedimento foi seguido na elaboração dos tarifários próprios da APS, não se tendo alterado o valor das taxas portuárias que vigoram desde o mesmo ano.

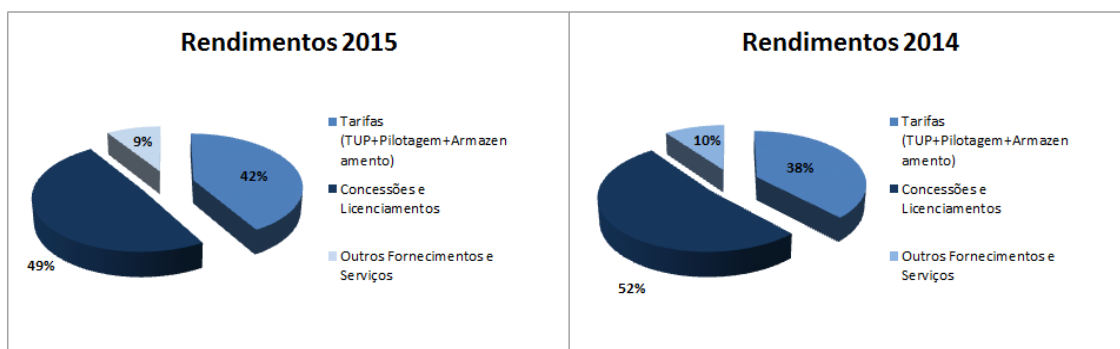
Os Fornecimentos e Serviços decresceram significativamente, devido, sobretudo, à existência, no exercício de 2014, de proveitos relativos à exploração da pedreira no valor de 1 milhão de euros. Em 2015 o valor relativo aos rendimentos da pedreira ascendeu apenas a cerca de 61 mil euros.

Os rendimentos relativos à Náutica de Recreio e Outras prestações de serviços cresceram 13,2% e 29,5%, respetivamente, face ao período homólogo de ano anterior.

Os subsídios à exploração registaram uma evolução negativa de cerca de 75,2% relativamente ao exercício de 2014, apresentando um valor residual.

Importa, ainda, evidenciar o crescimento significativo da rubrica relacionada com a imputação anual dos rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias, explicado pelo registo adicional no exercício de cerca de 73,3 milhões de euros de bens do concessionário PSA Sines. Estes bens reverterão no final dos contratos de concessão para a APS e o reconhecimento destes rendimentos acompanha a normal depreciação dos mesmos.

A distribuição dos principais réditos da empresa pelas suas principais tipologias encontra-se expressa nos gráficos seguintes:



Verifica-se que os rendimentos relativos a concessões e licenciamentos, apesar da ligeira diminuição do seu peso relativo, representam, em 2015, quase metade dos rendimentos globais, consequência direta do modelo de gestão *“landlord port”* seguido em Sines. O peso dos proveitos resultantes das tarifas portuárias

creceu em cerca de 4 pontos percentuais, face ao ano anterior, pois apesar da não atualização da generalidade das taxas dos tarifários, já referida anteriormente, a movimentação portuária cresceu o suficiente para justificar o referido aumento, o qual, por outro lado, também determinou a ligeira diminuição do peso dos Outros Fornecimentos e Serviços prestados.

Quanto aos Gastos, verifica-se que apresentam um acréscimo de 17% face a 2014, como se pode observar no seguinte quadro:

- euros -

GASTOS	2015	2014	Var. %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.357.827	1.864.003	26,5%
Fornecimentos e serviços externos	4.413.038	4.275.397	3,2%
Gastos com o pessoal	8.986.148	9.238.297	-2,7%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18.755.764	15.868.531	18,2%
Perdas por Imparidade	3.806.333	986.762	285,7%
Ajustamentos Dívidas de Clientes	1.533.233	959.053	59,9%
Perdas por Imparidade em Ativos	2.273.100	27.709	8103,4%
Provisões	156.832	156.832	0,0%
Outros gastos e perdas	2.899.549	2.965.199	-2,2%
TOTAL	41.375.491	35.355.021	17,0%

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que é na sua maioria o consumo de energia elétrica destinada à transformação para média ou baixa tensão e posterior revenda aos concessionários, aumentou 26,5%, registando um valor próximo dos 2,4 milhões de euros. Tal evolução deve-se ao facto do crescimento verificado na atividade do porto já enunciado anteriormente.

No final do exercício, registou-se um aumento de cerca de 3,2%, relativamente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos. Este aumento deve-se, por um lado, ao significativo crescimento da atividade do porto de Sines e, por outro lado, à integração dos Portos do Algarve que foi efetuada no decorrer do exercício anterior, levando a que em 2014 não tenham sido considerados a totalidade dos gastos referentes a estes portos.

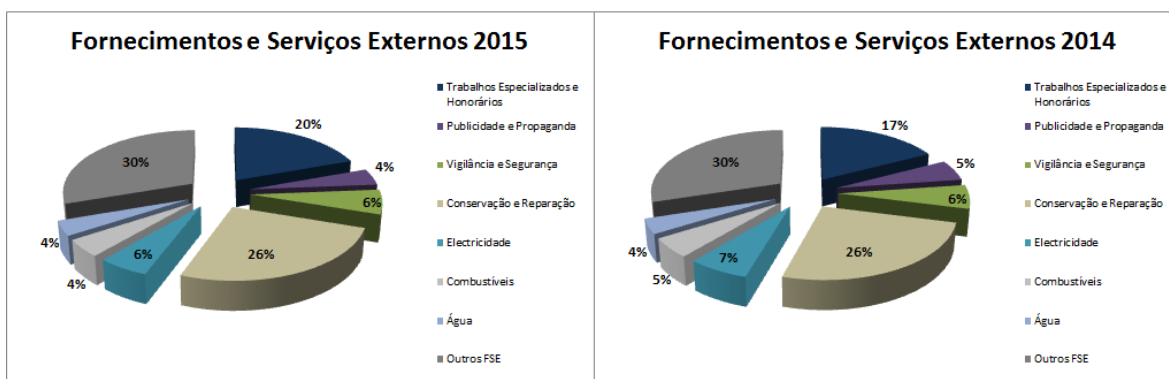
Os Gastos com o Pessoal diminuíram 2,7% face ao valor ao ano anterior. A diminuição apresentada coincide quase integralmente com a variação da rubrica relativa à imputação dos custos de pensões e ação social motivada pelos acertos inerentes à metodologia utilizada no estudo atuarial destes encargos futuros.

Relativamente aos mencionados Fornecimentos e Serviços Externos, detalha-se a sua composição no seguinte quadro:

- euros -

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2015	2014	Var. %
Trabalhos Especializados e Honorários	860.088	744.189	15,6%
Publicidade e Propaganda	188.269	229.876	-18,1%
Vigilância e Segurança	278.271	262.805	5,9%
Conservação e Reparação	1.137.464	1.095.585	3,8%
Manutenção Licenças Hardware e Software	381.358	364.582	4,6%
Eletricidade	246.299	283.970	-13,3%
Combustíveis	198.057	217.018	-8,7%
Água	169.871	166.635	1,9%
Transportes de Pessoal	96.130	114.314	-15,9%
Limpezas Industriais + Limpeza Higiene e Conforto	317.716	303.324	4,7%
Seguros	129.145	120.431	7,2%
Outros FSE	410.372	372.669	10,1%
TOTAL	4.413.038	4.275.397	3,2%

A distribuição dos principais FSE's da empresa pelas suas principais tipologias encontra-se expressa nos gráficos seguintes:



O ativo da empresa aumentou cerca de 73,6 milhões de euros em 2015, sobretudo devido ao reconhecimento de bens afetos às concessões que reverterão para a APS no final do respetivo contrato. Devido a este aumento, a sua cobertura por capitais próprios, ou autonomia financeira, desceu de 70,8% no ano de 2014 para 63% no ano de 2015.

O passivo corrente da empresa situou-se num valor próximo dos 3,6% do seu ativo, sendo significativamente inferior ao ativo corrente e assegurando, assim, significativos níveis de liquidez. Na sua totalidade o passivo registou um aumento na ordem dos 65,4 milhões de euros, mais uma vez devido ao registo de bens reversíveis. O exercício ficou marcado, mais uma vez, pela não existência de passivo bancário por parte da empresa, realidade que se verifica desde fevereiro de 2011.

- euros -

BALANÇO	2015		2014	
	VALOR	%	VALOR	%
ATIVO				
Ativo não corrente	516.577.637	91,9%	449.204.588	92,0%
Ativo corrente	45.429.350	8,1%	39.208.801	8,0%
Total do ativo	562.006.987	100,0%	488.413.388	100,0%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Total do capital próprio	353.936.791	63,0%	345.762.065	70,8%
Passivo				
Passivo não corrente	187.689.025	33,4%	128.227.627	26,3%
Passivo corrente	20.381.171	3,6%	14.423.697	3,0%
Total do passivo	208.070.196	37,0%	142.651.324	29,2%
Total do capital próprio e do passivo	562.006.987	100,0%	488.413.388	100,0%

As disponibilidades da empresa ascendiam no final de 2015 a 33,6 milhões de euros, dos quais 33,1 milhões (98,5%) colocados nas contas do IGCP, ao abrigo do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, sendo que 30 milhões em aplicações de curto prazo (CEDIC's). A diferença residual encontrava-se em contas da banca comercial que a empresa tem de manter para assegurar serviços não prestados por aquele organismo

público. Por este motivo a empresa solicitou exceção ao princípio de UTE para 2015 que se traduziu no Despacho nº 2013/16-SEATF de 08.03.

O quadro seguinte resume os principais indicadores económico-financeiros no final do exercício de 2015 e a sua comparação com os indicadores de 2014, verificando-se que a integração dos portos do Algarve foi perfeitamente absorvida pela estrutura económico-financeira da empresa, não se registando qualquer alteração significativa nos mesmos, com exceção da autonomia financeira, pelas razões anteriormente referidas:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2015	2014
Volume de Negócios (euros)	44.591.745	40.847.956
EBITDA contabilístico (euros)	41.642.960	33.367.719
EBITDA ajustado* (euros)	26.473.294	22.751.997
Margem do EBITDA ajustado %	59,4%	55,7%
Margem do EBIT	50,4%	44,9%
ROACE %	6,4%	5,5%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	20	20
Indicadores de Eficiência		
- Gastos Operacionais / EBITDA contabilístico	0,4	0,5
- Gastos Operacionais / EBITDA ajustado	0,7	0,8
Valor Acrescentado Bruto (euros)	37.820.880	34.708.555
Rentabilidade das Vendas %	37,4%	32,6%
Rentabilidade Capitais Próprios %	4,7%	3,9%
Rentabilidade do Ativo %	3,0%	2,7%
Autonomia Financeira %	63,0%	70,8%
Dívida Remunerada / Capital Próprio %	0,0%	0,0%
Solvabilidade	1,7	2,4
Liquidez	2,2	2,7

*corresponde ao EBITDA contabilístico deduzido da amortização dos subsídios, do reconhecimento de rendimentos provenientes dos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades. O valor de 2014 difere do apresentado no relatório desse exercício, pois na altura não se deduziam as provisões e as imparidades.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na elaboração da proposta de aplicação de resultados, considerou-se:

- O Porto de Sines terá de continuar a adequar a sua oferta aos requisitos crescentes do mercado mundial do transporte de mercadorias contentorizadas por via marítima. Este posicionamento do Porto de Sines é assumido como um objetivo estratégico nacional e deverá potenciar o aparecimento de novos projetos de grande dimensão que exigirão o envolvimento financeiro da autoridade portuária;
- O alargamento do âmbito de gestão da APS aos portos do Algarve continuará a implicar um esforço de investimento adicional muito significativo no reequipamento destes portos, quer no que refere ao melhoramento, já iniciado, das suas condições de operacionalidade e de segurança quer na sua preparação da sua capacidade de resposta aos desafios do mercado, tendo sempre presente, por um lado, a maximização do valor acrescentado para a região e, por outro lado, a minimização dos défices de exploração destes portos;
- Até à data tem sido possível conjugar a implementação do programa de investimentos, o papel de estímulo ao setor empresarial nacional e o contributo para a consolidação orçamental nacional através do pagamento de dividendos, os quais desde que a empresa começou a registar resultados positivos em 2005 ascenderam a quase 34 milhões de euros;
- Em termos futuros, a prossecução do papel que vem sendo desempenhado pela APS apenas poderá ser conjugado com a minimização do recurso a capitais alheios se for permitido à empresa incorporar os resultados obtidos na sua atividade.

Tendo presente o referido e tendo igualmente presente o disposto no n.º 1 do art.º 33, no n.º 1 do art.º 294 e no n.º 1 do art.º 295, todos do CSC, e também o constante do n.º 1 do art.º 17 dos estatutos da APS, para além do acordado relativamente à política contabilística a implementar no que se refere aos bens adquiridos ou construídos por concessionários e reversíveis gratuitamente para a autoridade portuária, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido do Exercício de 2015 seja distribuído conforme a proposta do quadro seguinte:

- euros -

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	2015	% do RL	% do RD
Resultado líquido (RL)	16.674.531,29		
a transferir para reserva indisponível - bens reversíveis	2.563.555,95	15,37%	
a transferir para reserva legal	1.667.453,13	10,00%	
Resultado distribuível (RD)	12.443.522,21	74,63%	
a transferir para outras reservas	8.088.289,44	48,51%	65,00%
dividendos para o acionista	4.355.232,77	26,12%	35,00%

8. PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

O crescimento do papel do Porto de Sines no mercado mundial do transporte marítimo de contentores continuará a ser a aposta principal da empresa a médio prazo. Para tal será necessário assegurar:

- A continuação da expansão da capacidade portuária que mesmo depois da conclusão da Fase 2+ do Terminal XXI, correspondente à construção de mais 120 metros de cais e à instalação de mais um pórtico de cais, continuará limitada a cerca de 2,4 milhões de TEU, valor que deverá ser alcançado num futuro próximo. Estes desenvolvimentos poderão obrigar à contrapartida de investimento público ao nível da proteção marítima;
- A concretização da melhoria da ligação ferroviária à fronteira de Caia, nomeadamente nos troços Évora-Caia e Sines-Linha do Algarve.

Será também fundamental para o *hub* portuário de Sines, a par dos desenvolvimentos nas infraestruturas físicas, a continuação da aposta na simplificação de procedimentos e na gestão dos fluxos informacionais, a sincronização informacional entre a intermodalidade (rodo, ferroviária e marítima) de e para o *hinterland* é primordial, estando sujeita a mecanismos de controlo por parte de várias autoridades pois o porto é fronteira externa da UE. Este contexto de grande exigência procedimental deverá ser suportado em sistemas eletrónicos que permitam um ágil despacho dos meios de transporte e das mercadorias.

Na componente do navio o tratamento da informação em suporte eletrónico está atualmente ao nível do que melhor se faz internacionalmente, sem prejuízo das evoluções que sempre se revelarão necessárias. Contudo, quando se avança para o *hinterland* e para o *foreland* a complexidade aumenta muito significativamente, quer no número de agentes económicos envolvidos quer nos procedimentos diferenciados. Acompanhar as mercadorias com despacho em suporte eletrónico ao longo do transporte terrestre até ao cliente final é fundamental na dinâmica de crescimento dos portos, onde as parcerias com os portos secos e as plataformas logísticas terão a maior importância.

A nova política europeia de desenvolvimento da Rede Transeuropeia de Transportes aposta nesta visão de integração do transporte marítimo com os corredores terrestres europeus. O Porto de Sines está integrado no corredor atlântico e é neste contexto que se prepara para a realização de projetos ao longo deste corredor, com parcerias com os operadores logísticos, transportadores rodoferroviários e os operadores das plataformas logísticas / portos secos.

Pretende-se facilitar e modernizar os fluxos de mercadorias e os serviços ao cidadão, de forma a tornar-se um fator diferenciador para as pessoas e uma vantagem competitiva para as empresas. A criação da Fatura Única Portuária em formato eletrónico para a escala de navios, enquadra-se neste domínio.

Deverá mencionar-se, igualmente, o crescimento da importância do Terminal de Gás Natural elevando a sua capacidade para servir o mercado nacional e de se posicionar como potencial porta de entrada para outros mercados em função da evolução das políticas europeias de abastecimento energético como resposta aos desafios geopolíticos que a atualidade parece comportar, bem como para responder ao que parecem ser as mais recentes tendências ao nível do abastecimento de bancas a navios.

Será também previsível a continuação do crescimento da movimentação do Terminal de Granéis Líquidos, quer ao nível do abastecimento energético nacional quer no apoio à exportação de produtos refinados com importante peso na balança comercial do país.

As expectativas de evolução da importação de carvão face ao modelo de desenvolvimento previsto para as centrais termoelétricas em atividade deverá ser um dos fatores a condicionar as negociações relacionadas com os futuros desenvolvimentos do Terminal Multipurpose, cujo atual contrato de concessão acaba no final de 2017 embora com expectativas de prorrogação até 2022.

Ao nível local, o Porto de Sines tem uma relação privilegiada com o município e com a Zona Industrial e Logística de Sines. É neste enquadramento que vai ter início um processo de estudo e de implementação do conceito integrado de *SmartLogistics* no Espaço Económico de Sines, tendo em conta as iniciativas e tendências internacionais de *SmartPort* e *SmartCity*.

A integração dos portos de Portimão e de Faro no seu âmbito de gestão continuará a ser no curto-prazo um dos maiores desafios da empresa. Concretizada uma primeira fase de intervenção que passou pelo restabelecimento das condições de operacionalidade e segurança destes portos, pela extensão aos mesmos dos sistemas eletrónicos de informação, comunicação e gestão existentes em Sines e pelo levantamento de todo um conjunto de situações ligadas aos agentes económicos que operam nas respetivas áreas de jurisdição no sentido da normalização dos respetivos procedimentos administrativos, impõe-se agora avaliar as potencialidades existentes e decidir os investimentos que se justifiquem face a essas potencialidades e à procura determinada pelo mercado, nomeadamente ao nível do tráfego de cruzeiros em Portimão.

Estas considerações estão incluídas no novo Plano Estratégico da empresa e dos portos sob sua jurisdição que se encontra em fase de conclusão.

O Conselho de Administração

João Paulo Farinha Franco
Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira
Vogal

José Pedro da Silva Soares
Vogal

PARTE B

Demonstrações Financeiras e Respetivos Anexos

I. BALANÇO

- euros -

- euros -

- euros

Designação	Notas	DATAS	
		31.12.2015	31.12.2014
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	80.000.000	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	15	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	15	7.571.120	6.239.486
Reserva indisponível - Bens reversíveis	15	10.039.694	9.002.078
Reserva - Integração dos portos do Algarve	15	10.563.106	10.563.106
Outras reservas	15	58.661.004	51.433.592
Resultados Transitados		987.013	2.470.315
Outras variações no capital próprio	15	164.940.323	168.237.146
Resultado líquido do período		16.674.531	13.316.342
Total do capital próprio		353.936.791	345.762.065
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	16	1.454.077	1.691.184
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	17	1.913.478	2.470.124
Passivos por impostos diferidos	10	4.520.708	3.573.913
Bens reversíveis – Diferimentos	14	114.332.561	59.999.090
Outras contas a pagar	14	65.468.201	60.493.316
		187.689.025	128.227.627
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	949.351	731.211
Estado e outros entes públicos	19	2.760.631	1.218.753
Outras contas a pagar	14 e 18	4.662.610	5.195.059
Diferimentos	14	12.008.579	7.278.674
		20.381.171	14.423.697
Total do passivo		208.070.196	142.651.324
Total do Capital Próprio e do Passivo		562.006.987	488.413.388

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

- euros -

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e Serviços Prestados	20	44.591.745	40.847.956
Subsídios à exploração	21	7.596	30.640
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	20	48.306	34.421
CMVMC	11	(2.357.827)	(1.864.003)
Fornecimentos e Serviços Externos	23	(4.413.038)	(4.275.397)
Gastos c/Pessoal	17	(8.986.148)	(9.238.297)
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	12	(669.206)	(202.981)
Provisões (aumentos/reduções)	16	(95.761)	(155.761)
Imparidades investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	50.000	-
Outros Rendimentos e Ganhos	21/22	16.366.841	11.156.341
Outros Gastos e Perdas	24	(2.899.549)	(2.965.199)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		41.642.960	33.367.719
Gastos de depreciação e de amortização	5/6/7/8	(18.755.764)	(15.868.531)
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis	5	(412.364)	821.180
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.474.831	18.320.368
Juros e Rendimentos similares obtidos	20/26	65.188	10.512
Resultado antes de impostos		22.540.020	18.330.880
Imposto s/Rendimento do período	10	(5.865.488)	(5.014.538)
Resultado Líquido do período		16.674.531	13.316.342

III. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (Suplementar)

- euros -

DESIGNAÇÃO	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	20	44.591.745	40.847.956
Custo das vendas e dos serviços prestados	17/23/28	(21.701.916)	(16.877.653)
Resultado bruto		22.889.829	23.970.302
Outros rendimentos	22	12.847.863	6.448.799
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		(7.483.748)	(6.967.540)
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(5.827.301)	(5.165.391)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.426.644	18.286.171
Gastos de financiamento (líquidos)		113.376	44.709
Resultados antes de impostos		22.540.020	18.330.880
Imposto sobre o rendimento do período (*)	10	(5.865.488)	(5.014.538)
Resultado líquido do período		16.674.531	13.316.342

IV. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das alterações do Capital em 2015

- euros -

Designação	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reserva indisponível Bens reversíveis	Reserva indisponível – Integração dos portos do Algarve	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2015		80.000.000	4.500.000	6.239.486	9.002.078	10.563.106	51.433.592	2.470.315	168.237.146	13.316.342	345.762.065
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do RLE		-	-	1.331.634	1.357.050	-	6.907.978	-	-	(9.596.662)	-
Subsídios ao Investimento		-	-	-	-	-	-	-	(5.074.992)	-	(5.074.992)
Ganhos e Perdas Atuariais		-	-	-	-	-	-	-	294.867	-	294.867
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio		-	-	-	(319.434)	-	319.434	(1.483.302)	1.483.302	-	-
Total		-	-	1.331.634	1.037.616	-	7.227.412	(1.483.302)	(3.296.823)	(9.596.662)	(4.780.125)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	16.674.531	16.674.531
Resultado integral		-	-	-	-	-	-	-	-	7.077.869	11.894.406
Operações com detentores de Capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.719.680)	(3.719.680)
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.719.680)	(3.719.680)
Posição no fim de 2015		80.000.000	4.500.000	7.571.120	10.039.694	10.563.106	58.661.004	987.013	164.940.323	16.674.531	353.936.791

Demonstração das alterações do Capital em 2014

- euros -

Designação	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reserva indisponível Bens reversíveis	Reserva indisponível – Integração dos portos do Algarve	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2014		80.000.000	4.500.000	5.001.506	7.540.455	-	45.039.695	2.404.294	168.468.473	12.379.794	325.334.218
Alterações no período											
Aplicação do RLE		-	-	1.237.979	1.461.623	-	6.292.125	-	-	(8.991.727)	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integração dos portos do Algarve		-	-	-	-	10.563.106	-	-	-	-	10.563.106
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio		-	-	-	-	-	101.772	66.020	(231.327)	-	(63.534)
Total		-	-	1.237.979	1.461.623	10.563.106	6.393.897	66.020	(231.327)	(8.991.727)	10.499.571
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	13.316.342	13.316.342
Resultado integral		-	-	-	-	-	-	-	-	4.324.616	23.815.914
Operações com detentores de Capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.388.067)	(3.388.067)
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.388.067)	(3.388.067)
Posição no fim de 2014		80.000.000	4.500.000	6.239.486	9.002.078	10.563.106	51.433.592	2.470.315	168.237.146	13.316.342	345.762.065

O movimento das outras variações de capital próprio respeita a subsídios para investimento e ganhos e perdas atuariais.

V. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

- euros -

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – SNC	NOTA	2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto</u>			
Recebimentos de clientes		51.402.702	45.997.478
Pagamentos a fornecedores		(7.715.160)	(7.936.495)
Pagamentos ao pessoal		(9.507.580)	(9.315.622)
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.874.211)	(4.937.212)
Outros recebimentos/pagamentos		(7.403.207)	(6.921.535)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		22.902.544	16.886.615
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(13.707.177)	(1.962.871)
Ativos intangíveis		(193.956)	(753.246)
Investimentos financeiros		(669)	-
Outros ativos		(71)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		170.719	22.034
Investimentos financeiros		50.000	-
Subsídios ao investimento		252.000	-
Juros e rendimentos similares		75.155	545
Dividendos		48.306	34.421
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(13.305.693)	(2.659.118)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(110)	(223)
Dividendos		(2.789.760)	(3.388.067)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2.789.871)	(3.388.290)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		6.806.980	10.839.207
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.802.903	15.963.696
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	33.609.883	26.802.903

VI. NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Administração do Porto de Sines foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo DL nº 337/98, de 3 de novembro, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a reger-se pelo referido diploma e pelos seus estatutos e, em tudo o que neles não esteja previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da empresa. Este último diploma foi alterado pelo DL nº 46/2002, de 2 de março, exclusivamente em termos de assunção de responsabilidades em matéria de segurança marítima e portuária. A APS, SA sucedeu assim, automática e globalmente, ao instituto público Administração do Porto de Sines e continuou a personalidade jurídica deste, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação. Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afetos à empresa os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da sua área de jurisdição ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma, a qual se manteve em vigor até à sua substituição pela planta anexa ao DL n.º 95/2010, de 29 de julho, que redefiniu esta área de jurisdição, e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas. Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Por aplicação do referido DL nº 337/98 foram desafetados do domínio público do Estado, e integrados no património da APS, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afetos à empresa. A empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Sines do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir seu património, os imóveis do INPP afetos ao Departamento de Pilotagem de Sines.

O DL nº 44/2014, de 20 de março, procedeu à alteração da denominação da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., para APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (doravante abreviadamente designada por APS) e estabeleceu o regime de transferência dos portos comerciais de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. para esta empresa.

Com a entrada em vigor deste diploma a APS passou a contar com duas novas áreas de jurisdição adicionais descritas nas plantas anexas a esse normativo, correspondendo aos portos comerciais de Faro e Portimão no Algarve. Foram igualmente transmitidos para a APS a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., bem como obrigações e posições jurídicas patrimoniais, contratuais e administrativos afetos ou que diziam respeito às áreas de operação portuária comercial dos portos de Faro e de Portimão.

A APS tem sede na Rua do Porto Industrial, em Sines, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos Portos de Sines, de Faro e de Portimão, nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe estão afetos, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção de licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização do porto, dos serviços nele prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição só a APS pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas. As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente. A APS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do ambiente no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações do acionista e da tutela setorial a empresa vem adotando um modelo de gestão do tipo *landlord port*, no qual a operação dos diversos terminais se encontra concessionada a entidades privadas. No conjunto das infraestruturas incluídas na área de jurisdição da empresa apenas o Porto de Recreio de Sines não está concessionado, ao qual se juntaram, depois da sua integração na empresa, os portos de Faro e de Portimão. Este modelo de gestão implica o afastamento da empresa da área operacional, acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária.

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. Foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76€, tendo subsequentemente sido aumentado para 80.000.000,00€. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades existentes e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), devendo entender-se como fazendo parte destas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente, e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3. Alínea n).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Efeitos futuros das alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos, não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

2.4. Comparabilidade das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração e valorimetria adotados em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 2014.

No entanto, chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras do comparativo de 2014 que incorporam os portos do Algarve incluírem apenas seis meses de atividade desses portos dado que a integração efetiva ocorreu em 1 de julho de 2014.

Os efeitos sobre os resultados de 2015 e 2014 imputáveis aos portos do Algarve, bem como os respetivos saldos de balanço, são divulgados na Nota 27

2.5. Integração dos Portos do Algarve

O DL 44/2014, de 20 de março, veio atribuir à APS a jurisdição portuária dos portos comerciais de Faro e de Portimão com efeitos a 21 de março de 2014, anteriormente atribuída ao IPTM, bem como o património, o pessoal e os recursos financeiros que lhe estavam afetos.

Por decisão do Conselho de Administração suportada pela assinatura dos acordos tripartidos de cedência de interesse público com os trabalhadores integrados na empresa e com os seus antecessores na gestão dos portos comerciais do Algarve, bem como no despacho da tutela que reporta os seus efeitos a 1 de julho de 2014, a integração dos ativos reporta também a esta data.

Para registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente acreditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado. Aplicando a política seguida pela APS no registo destes ativos não foram registados os terrenos de domínio público.

Conforme previsto no DL 44/2014, de 20 de março, art.º 10º, a avaliação do património transferido do IPTM para a APS aguarda ainda aprovação por parte dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pelas infraestruturas portuárias. Uma vez que os Portos do Algarve correspondem a uma unidade geradora de caixa independente foram feitos testes de imparidade aos ativos com base na estimativa dos cash-flows futuros deste negócio, tendo-se concluído que os ativos não financeiros se encontravam em situação de imparidade total à data da integração. Para o efeito foi assim constituída uma perda por imparidade, reportada à data de integração, a qual foi registada por contrapartida das reservas de integração.

Nesta data foram ainda apurados impostos diferidos ativos sobre a imparidade dos ativos fixos tangíveis e sobre as responsabilidades por benefícios pós emprego.

Assim o balanço de abertura relativo à integração dos Portos do Algarve foi o seguinte:

- euros -

BALANÇO DE INTEGRAÇÃO	
ATIVO	1 de julho de 2014
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	-
Ativos fixos tangíveis – Custo de substituição depreciado	41.068.517
AFT Edifícios e Outras Construções	39.318.200
Equipamento Básico	1.156.886
Equipamento de transporte	453.601
Equipamento Administrativo	41.493
AFT Outros	98.337
Ativos fixos tangíveis – Perdas por imparidade acumuladas	(41.068.517)
Ativos por impostos diferidos	10.837.241
	10.837.241
Ativo corrente	
Clientes	397.776
Clientes – conta corrente	1.247.776
Clientes – Perdas por imparidade acumuladas	(850.000)
	397.776
TOTAL DO ATIVO	11.235.018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
CAPITAL PRÓPRIO:	
Outras reservas	10.563.106
Outras Reservas – Reserva de integração – Saldo Bruto	(274.136)
Outras reservas – Impostos diferidos ativos	10.837.241
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10.563.106
PASSIVO:	
Passivo não corrente	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	295.000
	295.000
Passivo corrente	
Outras contas a pagar	376.912
	376.912
TOTAL DO PASSIVO	671.912
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	11.235.018

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

a. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e ao custo de substituição depreciado (bens avaliados) deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções – 10 a 50
- Equipamento básico – 2 a 15
- Equipamento de transporte – 2 a 10
- Equipamento administrativo – 2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

c. Bens Reversíveis adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que reverterem para as Autoridades Portuárias (AP's)

As Administrações Portuárias desenvolveram, sob a égide da APP – Associação dos Portos de Portugal, um trabalho conjunto na sequência de parecer da Comissão de Normalização Contabilística, no desenvolvimento de políticas contabilísticas comuns para os bens a reverter, que baseadas nos princípios do SNC, o complementam. Essas políticas aplicam-se apenas aos bens cuja vida útil em novo ultrapassa o termo das concessões e que, por esse motivo, o seu valor é determinável seguindo regras semelhantes às aplicadas aos restantes ativos. Os bens adquiridos e/ou construídos pelos concessionários e que reverterem para o concedente no final da concessão, apenas são reconhecidos quando se encontram concluídos e prontos a entrar em funcionamento.

Nestes termos define-se a política contabilística, a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, como se indica:

1. Âmbito

Pretende-se expressar a política contabilística a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente, para as Administrações Portuárias, no final dos respetivos contratos.

Foram tomados em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística datado de 3 de janeiro de 2012 e o princípio do custo-benefício na preparação das demonstrações financeiras, em particular a minimização de custos na identificação e mensuração de ativos e a objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

2. Reconhecimento

2.1 Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 – Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da conta 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 – Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

2.2 Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação

contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

2.3 Divulgação em anexo

Na nota 6 procede-se às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

2.4 Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o reconhecimento de ativos nas contas da concedente apenas no momento da efetiva realização desses investimentos. Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação no momento em que esta obrigação se torne certa (ex.: nos contratos de concessão de serviço público que impliquem o pagamento de indemnização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato, apenas se procederá ao reconhecimento no momento da efetiva realização destes investimentos). Proceder-se-á, igualmente, aos restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (indemnização contratual) reconhecidos. No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 – Outros Rendimentos e Ganhos.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

d. Participações financeiras

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a empresa não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da participada, conforme geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa e são relevados em “Juros e outros rendimentos similares”.

e. Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a contas a receber.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados pelo uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Conforme referido nas notas 2.5 e 27, em resultado dos testes de imparidade efetuados aos portos do Algarve, que foram considerados uma unidade geradora de caixa (UGC) autónoma, foi apurada uma perda por imparidade total, a qual foi registada por contrapartida da rubrica de reservas de integração. Esta análise de imparidade vai ser avaliada anualmente e, eventuais ajustamentos futuros na perda por imparidade desta unidade geradora de caixa serão registados na demonstração de resultados.

Esta imparidade será ainda sujeita a ajustamento (reduzida) em cada ano, na mesma proporção das depreciações efetuadas aos ativos fixos tangíveis e intangíveis afetos à referida unidade geradora de caixa, bem como será reforçada pelas aquisições do ano para essa UGC. Por outro lado, pelo facto da perda por imparidade referida ter sido distribuída, de uma forma proporcional, pela generalidade dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da Empresa, é também reconhecido no exercício a quota-parte do subsídio proporcional ao movimento registado na imparidade.

f. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g. Custos de empréstimos obtidos

Quando aplicável, os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

h. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e quando seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

j. Ativos e Passivos Financeiros

- Clientes

Nos termos da NCRF 27 as entidades podem utilizar dois métodos para mensurar as contas de clientes: i) o método do custo, ou ii) o método do custo amortizado.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo amortizado.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

k. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que seja

necessário um fluxo de recursos que afete benefícios económicos para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

l. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício.

Pelo facto de a APS apresentar sistematicamente resultados tributáveis, foi registado imposto diferido ativo relacionado com a imparidade dos portos do Algarve, cuja contrapartida, na data da integração, foi a rubrica de reservas de integração (Capitais Próprios). Variações futuras neste imposto diferido ativo serão reconhecidas na demonstração dos resultados (à semelhança de variações na imparidade registada).

m. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando: i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os restantes réditos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

n. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e pressupostos assumidos pelo órgão de gestão foram efetuados com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

o. Subsídios do governo

Na preparação das demonstrações financeiras a entidade regista os subsídios para investimento desde que seja certo que serão cumpridas as condições ao seu acesso e que os mesmos serão recebidos. Estes subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

O efeito fiscal relativo aos subsídios ao investimento encontra-se registado no Passivo – Outras contas a pagar (corrente e não corrente).

No caso dos subsídios à exploração os mesmos são reconhecidos quando cumpridas as condições do seu recebimento e afetos ao período em que ocorre o gasto relacionado.

A política contabilística adotada pela APS no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação da imparidade de subsídios para bens de investimento quando os bens subsidiados integram uma UGC que se encontre em imparidade teve por base o normativo nacional e internacional disponível, sempre que necessário enquadrado à realidade existente, tendo sido igualmente considerada a prática já adotada por outras AP's. Essa política é a seguinte:

1. Âmbito

Os presentes parágrafos expressam a política contabilística a adotar pela APS no reconhecimento, registo e mensuração de Subsídios para bens de investimento integrados numa Unidade geradora de Caixa que se encontre em Imparidade.

2. Reconhecimento

2.1 Registo contabilístico

O registo inicial da imparidade nos ativos de uma UGC que se encontre em imparidade implica a correspondente imparidade dos subsídios com eles relacionados. Assim, após o reconhecimento inicial do subsídio em capital próprio será registado a débito na mesma conta, por crédito da subconta adequada da conta 78 (7883 - Perdas por imparidade em subsídios para investimento).

Da mesma forma, a depreciação/amortização do ativo implica que a reversão da imparidade do subsídio será efetuada na mesma subconta da conta 78, devendo ser proporcional às reversões da imparidade dos ativos a que tiver sido alocada a perda por imparidade da UGC. A reversão da imparidade do subsídio tem por contrapartida uma subconta adequada da conta 593 – Subsídios criada para o efeito. Adicionalmente, pela imputação anual do subsídio ao investimento, numa base sistemática equivalente à depreciação dos ativos fixos tangíveis relacionados, é efetuada uma reversão da imparidade dos subsídios na mesma proporção.

A mensuração inicial será realizada pelo montante dos subsídios associados a Ativos Fixos que contribuam para a UGC identificada, ponderado pela percentagem de imparidade apurada em cada exercício.

2.2 Notas adicionais

O registo da imparidade do subsídio acima descrito não se confunde nem colide com a imputação do subsídio a rendimento, conforme previsto no SNC. O balanceamento dos ganhos com os gastos relacionados faz-se por via da alocação da imparidade ao ativo subsidiado.

Serão efetuadas as correções fiscais necessárias de forma a excluir da base do imposto a imputação dos rendimentos registados numa subconta da conta 7883 que decorra do registo da imparidade dos subsídios para investimento por efeito da imparidade da UGC.

Será mantida a base de cálculo para efeito dos impostos futuros na conta 5931, com reflexo na conta 27824, nos termos aplicáveis aos demais subsídios. Desta forma, apesar de se registarem diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal estas diferenças são registadas na conta 27824 de forma a manter a coerência e evitar a sua duplicação.

p. Pensões de reforma

Nos termos do artigo nº 16 do DL nº 337/98, de 3 de novembro, a APS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras AP's, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP – Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo DL nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem, contudo à data do relato não lhe foi comunicada formalmente a existência de qualquer responsabilidade dessa natureza. A empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias, de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados, previstas, respetivamente, no DL 498/72 de 9/12 e DL 125/94 de 18/5.

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a Empresa passou a adotar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 17).

O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica Benefícios pós emprego (ver Nota 17).

Os desvios atuariais, caso existam, são registados em rubricas de Capital Próprio.

q. Benefícios de ação social pós-emprego (assistência médico-medamentosa e assistência hospitalar)

A empresa tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os colaboradores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares. O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica Benefícios pós emprego (ver Nota 17).

A partir do exercício de 2005 (inclusive) a empresa passou a adotar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou a aplicar-se a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 17).

r. Propriedades de investimento

Na mensuração das propriedades de investimentos a empresa utiliza o modelo do custo.

s. Periodização económica

A empresa regista os seus réditos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os réditos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos conforme detalhe na nota 14.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Não existem, em 31 de dezembro do período de relato saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para utilização. Os saldos de caixa e seus equivalentes discriminam-se como se segue:

Disponibilidades

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação %
Depósitos à ordem no IGCP	3.116.634	2.005.275	55,4%
Depósitos à ordem noutras instituições bancárias	493.250	797.629	-38,2%
Depósitos a Prazo (CEDIC's – IGCP)	30.000.000	24.000.000	25,0%
Caixa e equivalentes de caixa – Totais	33.609.883	26.802.903	25,4%

As disponibilidades da empresa ascendiam no final de 2015 a 33,6 milhões de euros, dos quais 33,1 milhões (98,5%) colocados nas contas do IGCP, ao abrigo do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, sendo que 30 milhões em aplicações de curto prazo (CEDIC's).

A diferença para o total de depósitos à ordem encontrava-se em contas da banca comercial que a empresa tem de manter para assegurar serviços não prestados por aquele organismo público, devido aos quais solicitou exceção ao princípio de UTE para 2015 que se traduziu no Despacho nº 2013/16-SEATF de 08-03.

A entrega do montante de 216,33€ relativo aos juros auferidos em 2014 em incumprimento do princípio da UTE ocorreu em 12.03.2015. A entrega do montante de 0,81€ relativo aos juros auferidos em 2015 em incumprimento do princípio da UTE ocorreu em 22.03.2016.

5. ATIVO FIXO TANGÍVEL

Os movimentos ocorridos e a composição, por natureza, do ativo fixo tangível e respetivas depreciações, no período de relato são os que se indicam nos quadros seguintes:

2015

- euros -

DESIGNAÇÃO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS AFT	AFT EM CURSO	TOTAL
Situação Inicial Custo de Aquisição	4.749.399	499.660.699	14.041.627	1.733.131	4.413.060	626.690	1.030.150	526.254.756
Situação Inicial Depreciações	-	(114.315.573)	(8.869.745)	(1.068.392)	(3.930.350)	(279.041)	-	(128.463.102)
Situação Inicial Perdas por imparidade acumulada	(2.288.563)	(38.665.462)	(1.062.466)	(402.742)	(28.974)	(87.693)	-	(42.535.899)
Situação Inicial Valor Líquido Contabilístico	2.460.836	346.679.663	4.109.416	261.997	453.737	259.956	1.030.150	355.255.755
Adições	-	11.174.708	1.239.198	115.204	53.710	32.237	371.795	12.986.851
Abates	-	-	-	(1)	(1.550)	(3.660)	-	(5.211)
Alienações	-	(80.000)	-	(162.463)	(965)	-	-	(243.428)
Transferências	-	312.063	529.482	1	188.605	-	(1.030.150)	-
Movimentos Custo de Aquisição	-	11.406.770	1.768.680	(47.260)	239.801	28.577	(658.355)	12.738.211
Depreciações do Exercício	-	(11.980.727)	(1.039.474)	(202.968)	(261.303)	(29.080)	-	(13.513.552)
Depreciações dos Abates	-	-	-	-	1.550	3.660	-	5.210
Depreciações das Alienações	-	2.667	-	162.464	965	-	-	166.096
Depreciações das Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentos das Depreciações	-	(11.978.061)	(1.039.474)	(40.504)	(258.788)	(25.420)	-	(13.342.246)
Movimentos de Imparidade (ver nota 27)	-	582.278	(963.222)	69.176	(3.543)	8.367	(24.000)	(330.945)
Movimentos Perdas Imparidade Acumuladas	-	582.278	(963.222)	69.176	(3.543)	8.367	(24.000)	(330.945)
Situação Final Custo de Aquisição	4.749.399	511.067.469	15.810.307	1.685.871	4.652.861	655.266	371.795	538.992.967
Situação Final Depreciações	-	(126.293.634)	(9.909.219)	(1.108.896)	(4.189.138)	(304.461)	-	(141.805.348)
Situação Final Perdas por imparidade acumulada	(2.288.563)	(38.083.184)	(2.025.688)	(333.566)	(32.517)	(79.326)	(24.000)	(42.866.844)
Situação Final Valor Líquido contabilístico	2.460.836	346.690.651	3.875.400	243.408	431.206	271.479	347.795	354.320.775

As adições do Algarve totalizaram 2.150.019 €.

2014

- euros -

DESIGNAÇÃO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS AFT	AFT EM CURSO	TOTAL
Situação Inicial Custo de Aquisição	4.749.399	459.744.782	12.541.258	1.347.050	4.249.880	527.713	657.273	483.817.355
Situação Inicial Depreciações	-	(102.960.537)	(7.951.240)	(987.963)	(3.733.580)	(259.770)	-	(115.893.090)
Situação Inicial Perdas por imparidade acumulada	(2.288.563)	-	-	-	-	-	-	(2.288.563)
Situação Inicial Valor Líquido Contabilístico	2.460.836	356.784.245	4.590.018	359.086	516.300	267.943	657.273	365.635.701
Adições	-	424.175	323.424	42.089	126.228	2.772	546.418	1.465.107
Integração dos Portos do Algarve	-	39.318.200	1.156.886	453.601	41.493	98.337	-	41.068.517
Abates	-	-	-	(105.509)	-	-	-	(105.509)
Alienações	-	-	-	(4.100)	(4.541)	(2.133)	-	(10.773)
Transferências	-	173.542	20.060	-	-	-	(173.542)	20.060
Movimentos Custo de Aquisição	-	39.915.916	1.500.370	386.081	163.181	98.977	372.876	42.437.401
Depreciações do Exercício	-	(11.343.373)	(930.168)	(178.178)	(201.045)	(21.404)	-	(12.674.168)
Depreciações dos Abates	-	-	-	96.553	-	-	-	96.553
Depreciações das Alienações	-	-	-	1.196	4.275	2.133	-	7.604
Depreciações das Transferências	-	(11.663)	11.663	-	-	-	-	()
Movimentos das Depreciações	-	(11.355.036)	(918.506)	(80.429)	(196.770)	(19.271)	-	(12.570.011)
Movimentos de Imparidade (ver nota 3.e))	-	652.738	94.421	50.859	12.519	10.644	-	821.180
Integração dos Portos do Algarve	-	(39.318.200)	(1.156.886)	(453.601)	(41.493)	(98.337)	-	(41.068.517)
Movimentos Perdas Imparidade Acumuladas	-	(38.665.462)	(1.062.466)	(402.742)	(28.974)	(87.693)	-	(40.247.336)
Situação Final Custo de Aquisição	4.749.399	499.660.699	14.041.627	1.733.131	4.413.060	626.690	1.030.150	526.254.756
Situação Final Depreciações	-	(114.315.574)	(8.869.745)	(1.068.392)	(3.930.350)	(279.041)	-	(128.463.102)
Situação Final Perdas por imparidade acumulada	(2.288.563)	(38.665.462)	(1.062.466)	(402.742)	(28.974)	(87.693)	-	(42.535.899)
Situação Final Valor Líquido Contabilístico	2.460.836	346.679.663	4.109.416	261.997	453.737	259.956	1.030.150	355.255.755

As adições do Algarve totalizaram 27.709 €.

A imparidade registada na rubrica de Terrenos respeita a um terreno afeto à ZAL e foi determinada tendo por base uma avaliação efetuada em 2011 por entidade independente. Não existem indícios de alterações em 31.12.2015.

A imparidade do negócio dos portos do Algarve, constituída conforme descrito na nota 27, foi reforçada pelo valor das aquisições de Ativos Fixos Tangíveis adquiridos pela empresa (2.150.019€ em 2015 e 27.709€ em 2014). Foram registadas em 2015 reversões relacionadas com os ativos integrados por valor igual ao das depreciações no montante de 1.612.032€ (841.422€ em 2014) e depreciações pelos bens adquiridos em 2015 no valor de 129.709€ (2.731€ em 2014). Foram ainda registadas reversões correspondentes a alienações no valor de 77.330€ (0€) em 2014).

A eventual alteração futura das condições de exploração e a consequente reavaliação da rentabilidade do negócio será efetuada anualmente.

- euros -

BENS REVERSÍVEIS TANGÍVEIS (ver nota 6)	2015	2014
Situação Inicial Custo de Aquisição	66.182.926	64.885.566
Situação Inicial Depreciações	(9.580.720)	(8.280.847)
Situação Inicial Perdas por imparidade acumulada	-	-
Situação Inicial Valor Líquido Contabilístico	56.602.206	56.604.719
Adições	37.720.805	1.297.360
Abates	-	-
Alienações	-	-
Transferências	-	-
Movimentos Custo de Aquisição	37.720.805	1.297.360
Depreciações do Exercício	(1.953.126)	(1.299.874)
Depreciações dos Abates	-	-
Depreciações das Alienações	-	-
Depreciações das Transferências	-	-
Movimentos das Depreciações	(1.953.126)	(1.299.874)
Movimentos de Imparidade	-	-
Movimentos Perdas Imparidade Acumuladas	-	-
Situação Final Custo de Aquisição	103.903.732	66.182.926
Situação Final Depreciações	(11.533.847)	(9.580.720)
Situação Final Perdas por imparidade acumulada	-	-
Situação Final Valor Líquido contabilístico	92.369.885	56.602.206

Bens do domínio público

Os bens do domínio público registados nas contas da APS apresentam o seguinte detalhe:

- euros -

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO NO PORTO DE SINES	2015		2014	
	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO	VALOR LIQUIDO
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	55.570.335	10.539.043	45.031.292	46.143.175
Terminal XXI Acessos terrestres com rotunda de nível	90.180	47.504	42.676	46.677
CONSTRUÇÃO DO TALUDE DE RETENÇÃO	3.357.514	550.673	2.806.840	2.873.538
Viaduto Especial	2.909.883	1.176.014	1.733.869	1.831.552
Acessibilid. Rodo-Ferrovíarias à Zona Leste Porto	12.776.734	6.234.520	6.542.214	7.180.479
Moinho de Monte Chãos pedreira de Sines	79.824	74.530	5.294	13.235
Sinalização do Ramal ferroviário do Terminal XXI	923.375	923.375	-	-
Via férrea	149.263	10.718	138.545	12.704
Regularização do talude a sul do posto 2 do TP	17.100	8.764	8.336	9.191
Iluminação do Molhe Leste	39.119	39.119	-	1.620
Molhe Oeste	87.043.725	17.919.277	69.124.447	70.587.399
Terraplenos do Terminal Petroleiro	4.080.167	4.080.167	-	-
Terraplenos do Terminal Petroquímico	2.444.110	2.444.110	-	-
Molhe do Porto de Pesca	2.993.815	564.338	2.429.477	2.475.533
Obras Interiores Porto de Pesca	3.754.749	1.124.632	2.630.117	2.724.896
Molhe do Porto de Recreio	4.144.262	681.189	3.463.074	3.518.705
Obras Interiores Porto Recreio	2.489.405	758.717	1.730.688	1.793.778
Molhe do Porto de Construção	9.477.908	5.279.628	4.198.280	4.628.873
Obras Interiores Porto Construção	9.437.755	3.303.798	6.133.957	6.403.581
Molhe do Terminal de Carvão	77.404.071	14.590.774	62.813.297	64.004.071
Obras Interiores Terminal Carvão	50.541.695	12.894.587	37.647.108	38.700.174
Posto de Descarga Provisória de Carvão	2.618.689	866.842	1.751.847	1.822.629
Via Rápida 52	1.751.778	1.072.964	678.814	766.403
Via Rápida 53	4.696.135	2.784.396	1.911.739	2.158.415
Viaduto na VR 53	636.965	260.179	376.786	398.013
Emp. Ampliação do terminal multipurpose do porto	20.011.184	4.702.606	15.308.578	15.708.803
Emp Deg Terraplenos do Terminal Multipurpose	22.865	12.862	10.003	11.147
Sinalização Vertical na Area de Jurisdição da APS	29.351	17.733	11.618	15.287
2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste do Porto Sines	34.290.933	2.228.275	32.062.658	32.748.490
Regularização de Fundos Terminal XXI	9.585.703	15.976	9.569.727	
Totais	403.368.593	95.207.309	308.161.284	306.578.368

- euros -

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO NIS PORTOS DO ALGARVE	VALOR DE AQUISIÇÃO	2015	VALOR LÍQUIDO	2014
		DEPRECIACÃO ACUMULADA		VALOR LÍQUIDO
Cais Comercial e de Turismo - DS - Cais	5.730.000	238.750	5.491.250	5.650.417
Terraplenos Cais Comercial e de Turismo - DS	3.120.000	130.000	2.990.000	3.076.667
Molhe poente na foz do Rio Arade Zona - DS	4.226.000	264.125	3.961.875	4.137.958
Terrapleno na Zona de Expansão a Sul - DS	346.000	14.417	331.583	341.194
Doca de S. Francisco - DS	3.840.000	120.000	3.720.000	3.800.000
Terrapleno na Zona Ribeirinha Urbana Central - DS	6.503.000	203.219	6.299.781	6.435.260
Molhe nascente na foz do Rio Arade - DS	3.838.000	239.875	3.598.125	3.758.042
Terraplenos no Cais Comercial de Faro em DPE	685.000	42.813	642.188	670.729
Cais Comercial de Faro em DPM	1.325.000	82.813	1.242.188	1.297.396
Terraplenos no Cais Comercial de Faro em DPM	650.000	40.625	609.375	636.458
Infraestruturas Portuárias Ilha do Farol - Cais	125.000	12.500	112.500	120.833
Molhe na Ilha do Farol no acesso ao porto de Faro	3.455.000	345.500	3.109.500	3.339.833
Cais Gil Eanes - DS	266.000	24.138	241.862	254.936
Cais SOMAGUE - DS	90.000	4.104	85.896	88.127
Terrapleno na Zona de Entre Pontes - DS	828.000	25.875	802.125	819.375
Totais	35.027.000	1.788.753	33.238.247	34.427.225

No final de 2015, a APS tinha compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis em montante inferior a 122.000€ (81.750€ em 2014).

6. RECONHECIMENTO E REGISTO DE BENS REVERSÍVEIS

As concessões que se enquadram na política contabilística adotada pelas AP's, descrita na Nota 3.c., são as apresentadas nesta Nota, encontrando-se igualmente apresentados por concessão os efeitos da adoção dessa política, quando aplicável.

Quando estimados, os valores calculados foram obtidos a preços históricos, partindo do pressuposto de que a taxa de imposto diferido calculada no ano corrente se mantém estável até ao final da concessão e de que não se efetuam novas entradas de bens desta natureza.

No final do exercício de relato, as responsabilidades inerentes ao imposto diferido relativo aos bens reversíveis e a indemnizações são os que constam no quadro seguinte:

- euros -

BENS REVERSÍVEIS	RESULTADO BRUTO	IMPOSTO DIFERIDO	RESULTADO LÍQUIDO
C 2-T. Multipurpose	1.305.839	344.742	961.098
C3-Bancas Meios Fixo	67.681	17.868	49.813
C4-Porto de Pesca	183.950	48.563	135.387
Terminal Contentores (1)	14.801.192	3.914.582	10.886.610
Estação Bombagem LPG	765.231	202.021	563.210
Totais	17.123.893	4.527.775	12.596.118

(1) Indemnização a pagar ao concessionário do terminal de contentores 8.494.716

<p>6.1 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Terminal Petroquímico</p> <p>REPSOL POLIMEROS, LDA.</p> <p>01.01.2016</p> <p>20 anos</p> <p>Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adotada para esse efeito.</p> <p>Os bens afetos à concessão reverterão para a APS, livres de qualquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido, tendo a Repsol direito a uma indemnização respeitante exclusivamente aos investimentos e encargos com manutenção e conservação por si efetuados no objeto da concessão, que ainda não se encontrem amortizados pelo decurso do prazo, correspondente ao respetivo valor líquido contabilístico (nº 4 cl. 12ª)</p>
<p>6.2 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Terminal Multipurpose do Porto de Sines</p> <p>PORTSINES-TERMINAL MULTIPURPOSE DE SINES, S.A.</p> <p>02.05.1992</p> <p>25 anos</p> <p>Ver quadro seguinte</p> <p>Os bens afetos à concessão reverterão gratuitamente para a Concedente, livres de quaisquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido (cl. XXXIV).</p> <p>A concessionária terá, no entanto, direito a uma indemnização correspondente ao valor histórico, líquido de amortizações, dos investimentos realizados nos últimos cinco anos em equipamento para movimentação de carga geral, excluindo portanto o carvão, desde que tais investimentos tenham sido aprovados por escrito pela Concedente (nº 5 cl. X)</p>
<p>6.3 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Serviço Público de Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petrolífero e Petroquímico</p> <p>PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A.</p> <p>01.06.2003</p> <p>10 anos + 5 anos</p> <p>Ver quadro seguinte</p> <p>A reversão para a concedente dos bens afetos à concessão será feita livre de ónus ou encargos, à exceção daqueles cuja oneração a concedente tiver consentido e mediante o pagamento à concessionária do montante que for fixado por avaliação, efetuada por entidade independente, a designar por mútuo acordo ou, na sua falta, pelo presidente do Tribunal da relação de Évora, a qual terá por base o estado de operacionalidade e o tempo de vida útil dos equipamentos à data da avaliação (nº 4 cl. 14ª)</p>
<p>6.4 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Porto de Pesca de Sines</p> <p>DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.</p> <p>28.09.1994</p> <p>25 anos</p> <p>Não disponível</p> <p>Ver quadro seguinte</p> <p>No termo da concessão a concessionária entregará à concedente, sem direito a qualquer indemnização, o porto de pesca com todas as instalações que recebeu ou tiverem sido posteriormente construídas pela concedente (nº 1 cl. 15ª)</p>

<p>6.5 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines</p> <p>CLT – COMPANHIA LOGÍSTICA DE TERMINAIS MARÍTIMOS, S.A.</p> <p>01.08.2008</p> <p>30 anos</p> <p>Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adotada para esse efeito.</p> <p>Com exceção das instalações desmontáveis, que poderão ser livremente retiradas pela Concessionária a expensas suas, reverterem para a Concedente todos os bens que integram o estabelecimento da Concessão, livres de ónus ou encargos, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança.</p> <p>Excetuam-se, quanto ao direito de indemnização, os investimentos de substituição ou de atualização tecnológica realizados pela Concessionária durante os últimos oito anos de vigência do Contrato, mediante aprovação expressa da Concedente, no caso em que esta tenha assumido o compromisso de indemnizar aquela, no termo do prazo da Concessão, pelo respetivo valor contabilístico atualizado líquido de amortizações (cl. 30ª)</p>
<p>6.6 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Terminal de Contentores do Porto de Sines</p> <p>PSA SINES – TERMINAIS DE CONTENTORES, S.A.</p> <p>28.09.1999</p> <p>30 anos</p> <p>Ver quadro seguinte</p> <p>Todos os Bens Imóveis e Móveis serão transferidos para a APS em estado de conservação razoável (tendo em consideração o desgaste natural dos bens), e em consideração pelo mesmo, a APS pagará ao Concessionário uma quantia por cada um dos Bens assim transferidos com base na fórmula seguinte: Preço do bem X Restante tempo de vida / Tempo de vida.</p> <p>A aquisição de qualquer equipamento nos últimos oito anos do prazo de duração do contrato deverá ser aprovada pela APS e as obrigações da concedente determinadas na secção 15 do contrato só serão aplicadas relativamente ao equipamento cuja aquisição tenha sido por ela aprovada.</p>
<p>6.7 – CONCESSÃO</p> <p>Concessionário</p> <p>Data de início</p> <p>Prazo</p> <p>Equipamentos</p> <p>Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo</p>	<p>Estação Bombagem LPG</p> <p>SIGÁS – ARMAZENAGEM DE GÁS, ACE</p> <p>20.10.2000</p> <p>15 anos</p> <p>Ver quadro seguinte</p> <p>A extinção da Concessão produzirá os efeitos previstos nos artigos 26º, 27º e 28º do DL nº 468/71, de 5 de novembro, nomeadamente, findo o prazo da concessão, as instalações fixas reverterão gratuitamente para a Concedente.</p>

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos e a composição, por natureza, do ativo registado como propriedades de investimento no período de relato são os que se indicam no quadro seguinte:

2015		- euros -	
DESIGNAÇÃO	2015	2014	
	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	
Quantia bruta escriturada inicial	93.118	93.118	
Depreciação acumulada inicial	-20.775	-18.936	
Quantia líquida escriturada inicial	72.342	74.182	
Depreciações	-1.839	-1.839	
Movimentos do período	-1.839	-1.839	
Quantia líquida escriturada final	93.118	93.118	
Depreciação acumulada final	-22.614	-20.775	
Quantia líquida escriturada final	70.503	72.342	

As propriedades de investimento detidas pela APS em 2015 são compostas por edifícios de habitação e atingem à data do relato um custo de aquisição no montante de 93.118€, sendo o valor líquido de 70.503€.

O critério de mensuração aplicado pela APS é o previsto na NCRF n.º 11 parágrafo 58 (modelo do custo).

Não se indica o justo valor das propriedades de investimento por não se justificar a avaliação devido ao seu reduzido valor e carácter residual.

8. ATIVO INTANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do Ativo Intangível no período de relato são os que se indicam nos quadros seguintes:

2015

- euros -

DESIGNAÇÃO	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ATIVOS INTANGÍVEIS
Quantia bruta escriturada inicial	70.803	2.796.077	243.661	3.110.541
Amortizações acumuladas iniciais	(15.907)	(2.259.997)	-	(2.275.904)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada inicial	54.896	536.080	243.661	834.637
Adições	79.679	29.456	64.430	173.566
Abates	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Transferências	13.125	-	(13.125)	-
Movimentos do período	92.804	29.456	51.305	173.566
Amortizações	(28.452)	(267.785)	-	(296.237)
Amortizações das Alienações	-	-	-	-
Amortizações dos Abates	-	-	-	-
Amortizações das Transferências	-	-	-	-
Movimentos de Amortização	(28.452)	(267.785)	-	(296.237)
Movimentos imparidade	-	(81.420)	-	(81.420)
Movimentos imparidade acumulada	-	(81.420)	-	(81.420)
Quantia bruta escriturada Final	163.608	2.825.533	294.966	3.284.107
Amortizações acumuladas Final	(44.359)	(2.527.782)	-	(2.572.141)
Perdas por imparidade acumuladas Final	-	(81.420)	-	(81.420)
Quantia líquida escriturada Final	119.249	216.331	294.966	630.546

A APS tinha no final de 2015 compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis num montante inferior a 16.000€ (52.500€ em 2014).

2014

- euros -

DESIGNAÇÃO	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ATIVOS INTANGÍVEIS
Quantia bruta escriturada inicial	1.020	2.682.065	62.545	2.745.630
Amortizações acumuladas iniciais	(85)	(1.874.282)	-	(1.874.367)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada inicial	935	807.783	62.545	871.263
Adições	69.783	114.011	201.176	384.971
Abates	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Transferências	-	-	(20.060)	(20.060)
Movimentos do período	69.783	114.011	181.116	364.911
Amortizações	(15.822)	(385.715)	-	(401.537)
Amortizações das Alienações	-	-	-	-
Amortizações dos Abates	-	-	-	-
Amortizações das Transferências	-	-	-	-
Movimentos de Amortização	(15.822)	(385.715)	-	(401.537)
Movimentos imparidade	-	-	-	-
Movimentos imparidade acumulada	-	-	-	-
Quantia bruta escriturada Final	70.803	2.796.077	243.661	3.110.541
Amortizações acumuladas Final	(15.907)	(2.259.997)	-	(2.275.904)
Perdas por imparidade acumuladas Final	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada Final	54.896	536.080	243.661	834.637

- euros -

BENS REVERSÍVEIS INTANGÍVEIS (ver nota 6)	2015	2014
Quantia bruta escriturada inicial	32.686.035	31.391.051
Amortizações acumuladas iniciais	(8.309.050)	(6.817.495)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
Quantia líquida escriturada inicial	24.376.985	24.573.556
Adições	35.606.668	1.294.984
Abates	-	-
Alienações	-	-
Transferências	-	-
Movimentos do período	35.606.668	1.294.984
Amortizações	(2.991.009)	(1.491.555)
Amortizações das Alienações	-	-
Amortizações dos Abates	-	-
Amortizações das Transferências	-	-
Movimentos de Amortização	(2.991.009)	(1.491.555)
Movimentos imparidade	-	-
Movimentos imparidade acumulada	-	-
Quantia bruta escriturada Final	68.292.703	32.686.035
Amortizações acumuladas Final	(11.300.059)	(8.309.050)
Perdas por imparidade acumuladas Final	-	-
Quantia líquida escriturada Final	56.992.644	24.376.985

Os ativos intangíveis foram gerados por entidades externas. A generalidade dos itens de ativos intangíveis têm vida finita, sendo amortizados conforme descrito anteriormente. Com exceção dos Bens Reversíveis, que estão na posse e em exploração pelos concessionários e que teriam sido registados como Ativos Fixos Tangíveis caso tivessem sido adquiridos para exploração pela APS, a empresa não detém qualquer outro Ativo Intangível cuja titularidade esteja restringida nem dado como garantia de passivos.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

- euros -

INVESTIMENTOS NOUTRAS EMPRESAS	2015	2014
Quantia bruta escriturada inicial	502.222	502.222
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	(67.957)	(67.957)
Quantia líquida escriturada inicial	434.265	434.265
Alienações	(50.000)	-
Reversões de perdas por imparidade	50.000	-
Quantia líquida escriturada final	434.265	434.265
FCT / FGCT	669	-
Total	434.934	434.265

A APS participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

SEDE: Rua 24 de julho nº 1 - 7000-171 Évora

PARTICIPAÇÃO 2014: 3,6% do Capital Social (499.000€) no montante de 17.957€; PARTICIPAÇÃO 2013: 3,6% do Capital Social (499.000€) no montante de 17.957€.

CAPITAIS PRÓPRIOS 2014: 644.608€; CAPITAIS PRÓPRIOS 2013: 644.800€

RESULTADO LÍQUIDO 2014: -96.999€; RESULTADO LÍQUIDO 2013: 2.323€

Nota: As contas referentes ao exercício de 2015 não foram apresentadas até à data de elaboração deste documento, logo os valores expostos dizem respeito às contas do exercício de 2014.

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72€ e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010.

AICEP GLOBAL PARQUES – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.

SEDE: BlueBiz - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal

PARTICIPAÇÃO 2015: 2,15% do Capital Social (20.186.305€) no montante de 434.265€
PARTICIPAÇÃO 2014: 2,15% do Capital Social (20.186.305€) no montante de 434.265€

CAPITAIS PRÓPRIOS 2015: 27.347.959€; CAPITAIS PRÓPRIOS 2014: 28.020.607€

RESULTADO LÍQUIDO 2015: 1.599.351€; RESULTADO LÍQUIDO 2014: 2.363.638€

DIVIDENDOS RECEBIDOS EM 2015 REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014: 48.306€; DIVIDENDOS RECEBIDOS EM 2014 REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2013: 47.954€

EDAB - Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.

SEDE: Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja

PARTICIPAÇÃO: 1,25% do Capital Social (4.000.000€) no montante de 50.000 €

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010. A EDAB foi liquidada em 2015 tendo a APS recuperado a totalidade do investimento, e revertido a respetiva imparidade.

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O valor do imposto corrente e os saldos verificados nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

Demonstração dos resultados

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Imposto corrente	4.759.543	4.241.895	12,2%
Imposto diferido	1.105.946	772.643	43,1%
Imposto do período	5.865.488	5.014.538	17,0%

Impostos diferidos - Balanço

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Impostos diferidos Ativos	11.758.349	11.628.397	1,1%
Impostos diferidos Passivos	4.520.708	3.573.913	26,5%

Detalhe do imposto do exercício e correções ao rendimento tributável

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014
Resultado antes de Imposto	22.540.020	18.330.880
Apuramento do Lucro Tributável (i)		
Variações Patrimoniais	-	(346.827)
Gastos não dedutíveis	3.748.174	1.113.366
Rendimentos não tributáveis	(8.349.951)	(4.124.644)
Subtotal	(4.601.777)	(3.358.105)
Lucro Tributável	17.938.242	14.972.775
Taxa de imposto	21,0%	23,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	4.036.105	3.668.330
Derrama estadual	701.912	553.639
Tributação autónoma	21.526	19.926
Impostos diferidos	1.105.946	772.643
Imposto sobre o rendimento	5.865.488	5.014.538
Imposto s/ rendimento corrente	4.759.543	4.241.895
Imposto s/ rendimento diferido	1.105.946	772.643
Imposto s/ rendimento	5.865.488	5.014.538
Taxa efetiva de imposto	26,0%	27,4%
(i) Apuramento do Lucro Tributável		
Variações Patrimoniais	-	(346.827)
Gastos com benefícios pós emprego	71.588	92.154
Imparidade de Clientes	1.221.653	820.490
Imparidade unidade geradora de caixa do Algarve	2.358.014	-
Outros	96.918	200.722
Correções ao rendimento tributável a favor do Estado	3.748.174	1.113.366
Rendimentos não tributáveis		
Resultado líquido decorrente do registo de bens reversíveis	(3.483.005)	(1.838.821)
Redução de Provisões não tributadas	(691.133)	(562.119)
Redução da imparidade do negócio dos portos do Algarve	(3.040.735)	(848.890)
Imparidade de Clientes	(857.462)	(724.408)
Outros	(277.616)	(150.406)
Correções ao rendimento tributável a favor do SP	(8.349.951)	(4.124.644)
Correções ao rendimento tributável	(4.601.777)	(3.358.105)

Apuramento dos impostos diferidos

A taxa aplicada em 2015 para cálculo dos impostos diferidos foi de 26,4%, a qual resulta do apuramento de uma taxa média teórica expetável com base na taxa legal de 2015 e na aplicação da derrama estadual que prevê 3,0% para resultados entre 1,5 e 7,5 milhões de euros, 5,0% para resultados entre 7,5 e 35 milhões de euros e de 7,0% para resultados superiores a 35 milhões de euros. No cálculo dos impostos diferidos referentes a 2014 a empresa utilizou a taxa de 26,2%, resultante do mesmo método descrito anteriormente.

Impostos diferidos Ativos

- euros -

BASES DE IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS 2015	SALDO INICIAL	ALTERAÇÃO TAXA	AUMENTOS /REDUÇÕES (RESULTADOS)	AUMENTOS /REDUÇÕES (CAPITAL)	SALDO FINAL
Casa de Santo André	41.343	-	(1.071)	-	40.272
Imparidades de clientes	884.831	-	659.124	-	1.543.955
ID - Estudo atuarial	2.470.124	-	(261.779)	(294.867)	1.913.478
ID - Provisão para reestruturação	417.766	-	(357.766)	-	60.000
Pedreira (anos 2008 e 2009)	321.796	-	-	-	321.796
Imparidades do Algarve	40.247.336	-	412.364	-	40.659.701
Total	44.383.195		450.873	(294.867)	44.539.201

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS 2015	SALDO INICIAL	ALTERAÇÃO TAXA	AUMENTOS /REDUÇÕES (RESULTADOS)	AUMENTOS /REDUÇÕES (RESULTADOS)	SALDO FINAL
Imposto diferido ativo	11.628.397	88.766	119.030	(77.845)	11.758.349

O saldo final inclui o efeito da alteração da taxa aplicável aos Impostos diferidos em 2015 no montante de 88.766 €.

- euros -

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS 2014	SALDO INICIAL	AUMENTOS	MOVIMENTOS POR CAPITAL*	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Impostos diferidos - Efeito de transição POC/SNC	346.827	-	-	346.827	-
Casa de Santo André	42.413	-	-	1.071	41.343
Imparidades de clientes	779.458	848.362	-	742.989	884.831
ID - Estudo atuarial	2.179.328	173.200	295.000	177.404	2.470.124
ID - Provisão para reestruturação	978.814	-	-	561.048	417.766
Pedreira (anos 2008 e 2009)	321.796	-	-	-	321.796
Imparidades do negócio do Algarve – AFT	-	27.709	41.068.517	848.889	40.247.336
Total	4.648.637	1.049.271	41.363.517	2.678.229	44.383.195
Imposto diferido ativo	1.306.267	274.909	10.837.241	701.696	11.628.397

- euros -

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS 2015	SALDO INICIAL	ALTERAÇÃO TAXA	AUMENTOS /REDUÇÕES (RESULTADOS)	AUMENTOS /REDUÇÕES (CAPITAL)	SALDO FINAL
Bens Reversíveis (Impostos Diferidos)	13.640.889	-	3.483.005	-	17.123.893
Total	13.640.889		3.483.005		17.123.893
Imposto diferido passivo	3.573.913	27.282	919.513		4.520.708

- euros -

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS 2014	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Bens Reversíveis (<u>Impostos Diferidos</u>)	11.802.068	1.838.821	-	13.640.889
Total	11.802.068	1.838.821	-	13.640.889
Imposto diferido passivo	3.316.381	481.771	-	3.573.913

- euros -

OUTRAS CONTAS A PAGAR (REGULARIZADAS À TAXA APLICÁVEL A ID) 2015	SALDO INICIAL	ALTERAÇÃO TAXA	AUMENTOS/ REDUÇÕES (RESULTADOS)	AUMENTOS/ REDUÇÕES (CAPITAL)	SALDO FINAL
Subsídios para investimento	227.378.548	-	-	(6.362.408)	221.016.140
Reforço da Imparidade - Adições	-	-	-	1.180.000	1.180.000
Imparidade de subsídios para investimento	-	-	-	(1.095.086)	(1.095.086)
Total de subsídios líquidos de imparidade	227.378.548	-	-	(6.277.493)	221.101.054
Efeito fiscal	59.573.179	454.757	-	(1.657.258)	58.370.678
Regularização (nota 3.o)	-	-	289.103	-	289.103
Efeito fiscal	59.573.179	454.757	289.103	(1.657.258)	58.659.781

O saldo final decompõe-se em passivo não corrente no valor de 56.973.485€ e passivo corrente no valor de 1.686.296€

- euros -

OUTRAS CONTAS A PAGAR (REGULARIZADAS À TAXA APLICÁVEL A ID) 2014	SALDO INICIAL	ALTERAÇÃO TAXA	AUMENTOS/ REDUÇÕES (RESULTADOS)	AUMENTOS/ REDUÇÕES (CAPITAL)	SALDO FINAL
Subsídios para investimento	233.722.762	-	-	6.344.214	227.378.548
Reforço da Imparidade - Adições	-	-	-	-	-
Imparidade de subsídios para investimento	-	-	-	-	-
Total de subsídios líquidos de imparidade	233.722.762	-	-	6.344.214	227.378.548
Efeito fiscal	65.686.067	-	-	1.662.184	59.573.179
Regularização (nota 3.o)	-	-	-	-	-
Efeito fiscal	65.686.067	-	-	1.662.184	59.573.179

O saldo final decompõe-se em passivo não corrente no valor de 57.928.476 € e passivo corrente no valor de 1.644.703 €

- euros -

RESUMO DO IMPOSTO DIFERIDO	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	IMPOSTO DIFERIDO (OUTRAS CONTAS A PAGAR)	TOTAL MOVIMENTOS DO ANO (RESULTADOS)	TOTAL MOVIMENTOS DO ANO (RESULTADOS)
Saldo inicial	11.628.397	(3.573.913)	(59.573.179)	-	-
Alteração Taxa (Resultados)	88.766	(27.282)	-	61.485	-
Alteração Taxa (Capital)	-	-	(454.757)	-	(454.757)
Aumentos /Reduções (Resultados)	41.185	(919.513)	(289.103)	(1.167.430)	-
Aumentos /Reduções (Capital)	-	-	1.657.258	-	1.657.258
Saldo final	11.758.349	(4.520.708)	(58.659.781)	(1.105.946)	1.202.501
Corrente	-	-	(1.686.296)	-	-
Não corrente	11.758.349	(4.520.708)	(56.973.485)	-	-

11. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A APS tem como inventários as seguintes categorias de bens:

- Pedra destinada a prover as necessidades de conservação de molhes e taludes no montante de 292.180€ (292.180€ em 2014);
- Material de uso corrente para manutenção dos ativos fixos tangíveis afetos à operação portuária, nomeadamente lanchas e skimmers no montante de 24.286€ (12.734€ em 2014);
- Equipamento de proteção individual dos serviços operacionais no montante de 30.935€ (9.874€ em 2014);
- Materiais diversos no montante de 15.926€ (25.737€ em 2014).

Não existem inventários escriturados pelo justo valor, não foram efetuados ajustamentos de inventários reconhecidos como gastos do período e não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos. Os inventários à data de 31 de dezembro de 2015 apresentam as seguintes classificações e montantes:

- euros -

MOVIMENTOS MATÉRIAS-PRIMAS	2015	2014	VARIAÇÃO %
Existências Iniciais	340.526	426.282	-20,1%
Compras / Produção	2.382.501	1.696.111	28,3%
Reclassificação e regularizações	1.922	82.199	148,5%
Existências Finais	363.323	340.526	6,7%
Custo Das Existências	2.357.827	1.864.067	26,5%

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

Dívidas de clientes

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Vencimento < 90 dias	8.032.027	9.714.759	-17,3%
Vencimento 90 -180 dias	360.304	504.435	-28,6%
Vencimento > 180 dias	1.796.191	1.499.241	19,8%
Totais	10.188.522	11.718.434	-13,1%

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Clientes Conta Corrente	8.263.711	10.679.392	-22,6%
Clientes de Cobrança Duvidosa	1.924.811	1.039.042	85,2%
Imparidade	(2.533.901)	(1.889.042)	-34,1%
Totais	7.654.621	9.829.392	-22,1%

Imparidades de clientes

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Cumprimento do Critério Fiscal	380.857	154.211	147,0%
Diferencial segundo Critério Económico	1.543.955	884.831	74,5%
Imparidade associada à dívida migrada dos antecessores na gestão dos portos do Algarve *	609.090	850.000	-28,3%
Totais	2.533.901	1.889.042	34,1%

* ver nota 27

Variação das imparidades 2015

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Ajustamentos Dividas Clientes - Critério Fiscal	311.580	138.563	124,9%
Ajustamentos Dividas Clientes - Diferença Critério Economico	1.221.653	820.490	48,9%
Reversão Ajustamento de Clientes Critério Fiscal	(6.565)	(31.664)	79,3%
Reversão Ajustamento de Clientes Critério Economico	(634.268)	(724.408)	12,4%
Reversão Imparidade Clientes IPTM	(223.194)	-	n/a
Totais	669.206	202.981	229,7%

- euros -

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Cumprimento do Critério Fiscal	154.211	311.580	6.565	(78.369)	380.857
Diferencial segundo Critério Económico	884.831	1.221.653	634.268	71.739	1.543.955
Dívida integrada com origem no IPTM	850.000	-	223.194	(17.716)	609.090
Totais	1.889.042	1.533.233	864.027	(24.347)	2.533.901

Variação das imparidades 2014

- euros -

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO POR CAPITAL *	AUMENTO POR RESULTADOS	REDUÇÃO POR RESULTADOS	SALDO FINAL
Cumprimento do Critério Fiscal	79.805	-	106.069	31.664	154.211
Diferencial segundo Critério Económico	779.458	850.000	829.781	724.408	1.734.831
Totais	859.264	850.000	935.850	756.072	1.889.042

* ver nota 27

13. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIACÃO %
Maquina de franquiar	641	1.019	-37,04%
Totais	641	1.019	-37,04%

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR E DIFERIMENTOS

A rubrica de Outras Contas a Receber em 2015 e 2014 corresponde principalmente à especialização de faturação a emitir no ano seguinte. As Outras Contas a Pagar incluem credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado férias e subsídio de férias a pagar no exercício de 2016 e outras naturezas. Os Diferimentos e as Outras Contas a Pagar incluem valores expressivos relacionados com os bens reversíveis das concessões, conforme detalhe do quadro seguinte:

- euros -

ATIVO	2015	2014	Variação %
Outras Contas a receber	3.296.769	1.510.174	118,3%
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.212.970	1.371.894	61,3%
Outras Contas a receber (1)	1.083.800	138.279	683,8%
Diferimentos - gastos a reconhecer	504.113	615.083	-18,0%
Seguros	12.019	12.029	-0,1%
Direito Superfície terreno IAPMEI	-	59.507	-100,0%
Outros Gastos Antecipados	70.548	103.346	-31,7%
Redução área TGLS	421.546	440.201	-4,2%

(1) O acréscimo resulta essencialmente de 2 subsídios a receber para investimentos relacionados com os portos do Algarve (928 milhares de euros).

- euros -

PASSIVO	2015	2014	Variação %
Outras contas a pagar	70.130.811	65.688.375	6,8%
Outras contas a pagar não corrente – Bens reversíveis	8.494.716	2.564.840	231,2%
Efeito Fiscal sobre subsídios para investimentos (nota 10)	56.973.485	57.928.476	-1,6%
Subtotal - Passivo não corrente	65.468.201	60.493.316	8,2%
Encargos com Férias e Subsídio de Férias	1.124.829	1.134.263	-0,8%
IPTM --> DGRM + IMT	278.276	792.830	-64,9%
Fornecedores de Investimento (nota 18)	184.344	367.966	-49,9%
Efeito Fiscal sobre subsídios para investimentos (nota 10)	1.686.296	1.644.703	2,5%
Outras contas a pagar corrente (1)	1.388.866	1.255.296	10,6%
Subtotal - Passivo corrente	4.662.610	5.195.059	-10,2%
Diferimentos - Rendimentos a reconhecer	126.341.140	67.277.764	87,8%
Rendimentos a reconhecer não corrente – Bens Reversíveis	114.332.561	59.999.090	90,6%
Rendimentos a reconhecer corrente	12.008.579	7.278.674	65,0%
Rendimentos de Clientes	320.804	226.137	41,9%
Acréscimo proveitos - Concessões (a faturar)	2.227.561	2.227.561	0,0%
Rendimentos bens reversíveis	9.411.359	4.774.372	97,1%
Outros rendimentos a reconhecer	48.855	50.604	-3,5%

(1) Esta rubrica inclui essencialmente (i) 234 milhares de euros referente a um terreno de Portimão (responsabilidade transitada da integração dos portos do Algarve); (ii) 402 milhares de euros de uma regularização do subsídio associado à 2.ª fase de ampliação do Molhe Leste (ver nota 21); (iii) 278 milhares de euros referente à taxa a pagar ao IMT (ver nota 24) e (iv) 280 milhares de euros referente ao acerto de conta a efetuar com o IMT e a DGRM (ex-IPTM) no âmbito da integração dos portos do Algarve (ver nota 14).

15. CAPITAL E RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

- Os saldos de 80.000.000,00€ a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 correspondem a 16.000 ações com um valor nominal unitário de 5,00€, as quais se encontram integralmente liberadas.
- O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5 % do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. No entanto o DL 337/98 determina que a reserva legal seja no mínimo de 10% até que esta represente pelo menos 20% do capital. No caso da APS, e por força do disposto no n.º 1 do art.º 17 dos estatutos, o mínimo a afetar ao reforço da reserva legal é de 10% do resultado líquido. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.
- O registo dos bens reversíveis gera um resultado não tributável nem distribuível devido ao facto de não ter sido efetuada a tradição dos bens. Esse resultado líquido de impostos, encontra-se registado na rubrica de “Reserva indisponível – Bens Reversíveis”. O acréscimo está relacionado com os investimentos efetuados no ano pelos concessionários, os quais revertem para o concedente no final do contrato de concessão (ver notas 5 e 8).

d) Os instrumentos de capital próprio e reservas discriminam-se no quadro seguinte:

- euros -

RESULTADO DOS BENS REVERSÍVEIS	2015	2014	Variação %
Rendimentos imputados	8.427.140	4.630.250	82,00%
Depreciações registadas	(4.944.135)	(2.791.429)	-77,12%
Resultado Bruto	3.483.005	1.838.821	89,42%
Imposto diferido imputado	(919.513)	(481.771)	-90,86%
Resultado líquido imputável	2.563.491	1.357.050	88,90%

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação %
Outros Instrumentos de Capital Próprio	4.500.000	4.500.000	0,0%
Reserva Legal	7.571.120	6.239.486	21,3%
Outras Reservas:			
Reservas Livres	11.917.933	11.578.770	2,9%
Reserva Indisponível - Constituição Capital	33.460.926	33.460.926	0,0%
Reserva de Reinvestimento	13.200.102	6.292.125	109,8%
Reserva Indisponível - Registo assinalamento marítimo de Sines	82.043	101.772	-19,4%
Subtotal - Outras Reservas	58.661.004	51.433.592	14,1%
Reserva indisponível - Integração dos portos do Algarve *			
Reserva Integração dos Portos do Algarve *	(274.136)	(274.136)	0,0%
Reserva indisponível - Impostos Diferidos Imparidade do Negócio do Algarve * (data integração)	10.837.241	10.837.241	0,0%
Subtotal - Integração dos portos do Algarve *	10.563.106	10.563.106	0,0%
Reserva indisponível - Bens reversíveis (ver alínea c) acima)	10.039.694	9.002.078	11,5%
Totais	91.334.924	81.738.262	11,7%

*Ver nota 2.5 e 27

O valor de Outros Instrumentos de Capital Próprio (4.500.000€) corresponde a um terreno desanexado do domínio público para a instalação da Zona de Atividades Logísticas intraportuária determinada pelo DL 94/2003 de 30 de abril, que prevê a sua contabilização como entrada do Estado para efeitos de aumento de capital.

A reserva de Constituição de Capital, no valor de 33.460.926€, resulta do processo de transformação do instituto público para sociedade anónima ao abrigo do DL nº 337/98, de 3 de novembro.

16. PROVISÕES

2015

- euros -

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Recuperação paisagística da Pedreira	1.227.087	156.832	-	35.101	1.348.818
Outras Provisões	46.331	-	1.071	-	45.260
Provisões-Reestruturação	417.766	-	60.000	297.766	60.000
Totais	1.691.184	156.832	61.071	332.868	1.454.077

2014

- euros -

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Recuperação paisagística da Pedreira	1.070.255	156.832	-	-	1.227.087
Outras Provisões	47.401	-	1.071	-	46.331
Provisões-Reestruturação	978.814	-	-	561.048	417.766
Totais	2.096.471	156.832	1.071	561.048	1.691.184

A empresa constituiu uma provisão para reestruturação para fazer face a incentivos por atribuir a trabalhadores que requeressem e reunissem condições legais de aposentação antecipada, pelo montante dos anos em falta para atingir a idade limite de aposentação (70 anos). A provisão registada nos exercícios de 2011 e 2012 tem sido utilizada de acordo com a aprovação das aposentações pela CGA, sendo que o saldo remanescente existente em 31 de dezembro de 2015 respeita aos trabalhadores em relação aos quais ainda se aguarda o despacho de aposentação por parte desta entidade.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Os Gastos com o Pessoal diminuíram 2,7% face ao valor ao ano anterior. A diminuição apresentada coincide quase integralmente com a variação da rubrica relativa à imputação dos custos de pensões e ação social motivada pelos acertos inerentes à metodologia utilizada no estudo atuarial destes encargos futuros.

Os gastos com pessoal no período de relato são discriminados por naturezas no quadro abaixo:

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Remunerações dos Órgãos Sociais	273.078	263.504	3,6%
Remunerações do pessoal	6.918.934	6.835.603	1,2%
Benefícios pós-emprego	17.583	48.617	-63,8%
Encargos sobre remunerações	1.637.026	1.617.064	1,2%
Seguros acidentes e trabalho doenças profissionais	36.647	59.425	-38,3%
Gastos de ação social	-81.200	219.808	-136,9%
Outros gastos com o pessoal	184.080	194.276	-5,2%
Totais	8.986.148	9.238.297	-2,7%

Do total de gastos com pessoal em 2015, cerca de 968.801€ corresponde aos portos do Algarve.

Durante o exercício, o número médio de trabalhadores foi de 180 (162 em 2014), aumento derivado por efeito da celebração de acordos de cedência de interesse público no ano de 2014, no âmbito do Decreto-Lei nº 44/2014 de 20 de março que estabeleceu o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), para a APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS).

No final do ano de 2015, o número de trabalhadores era de 182 (184 em 2014), apresentando a seguinte distribuição:

INDICADORES	2015 *, **	2014 *, **
Conselho de Administração	3	3
Quadros Superiores	73	69
Quadros Médios	10	8
Quadros Intermédios	-	-
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados *	62	70
Profissionais Semi-qualificados	32	32
Profissionais não Qualificados	2	2
Praticantes / Aprendizes	-	-
Total	182	184

*Exclui trabalhadores a exercer funções em concessionários (26 em 2015 e em 2014). .

** Inclui 35 trabalhadores a exercer funções nos portos do Algarve.

Responsabilidades assumidas por reformas antecipadas, pensões de reforma, benefícios sociais pós-emprego e outras

- Conforme referido na Nota 3. q), a empresa potencialmente seria responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo DL nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. Contrariando a expectativa gerada com a integração dos portos do Algarve, não foi formalmente comunicada à empresa a existência de responsabilidades, pelo que a APS decidiu anular o registo efetuado em 2014 no valor de 295 milhares de euros, para fazer face a eventuais responsabilidades que não se confirmaram, por contrapartida de gastos com pessoal.
- A empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a um aposentado.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31.12.2015	31.12.2014
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	2,40%	2,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,8%
Taxa de inflação	2,00%	2,0%

A cobertura das responsabilidades da empresa para com pensões registada em Balanço era a seguinte:

- euros -

BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades por serviços passados – pensionistas *	490.915	826.659
Benefícios pós emprego em Balanço	490.915	826.659
Percentagem de cobertura	100%	100%

* Em 2014 a APS inclui 295.000,00€ relativos a responsabilidade com pensões dos portos do Algarve que não se confirmaram tendo excluído esse valor em 2015.

Conforme também referido na Nota 3. q), a empresa adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 28. A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015 é discriminada seguidamente:

- euros -

PENSÕES VITALÍCIAS + SUB MORTE FUNERAL	31.12.2015	31.12.2014
Saldo Inicial	(826.659)	(461.273)
Custo com serviços correntes	(543)	(147)
Custo financeiro	(10.365)	(15.675)
Ganhos e perdas atuariais	24.956	(81.045)
Integração dos Portos do Algarve*	295.000	(295.000)
Pensões pagas	26.696	26.481
Saldo Final	(490.915)	(826.659)

Os ganhos atuariais, que ascenderam a cerca de 25 milhares de euros, foram registados na rubrica de outras variações de capital próprio.

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito na rubrica de gastos com pessoal.

- c) Conforme referido na Nota 3. r), a Empresa tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os colaboradores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31.12.2015	31.12.2014
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	2,40%	2,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,8%
Taxa de inflação	2,00%	2,0%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura das responsabilidades da empresa pela provisão em Balanço era a seguinte:

- euros -

CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades por serviços passados:	1.422.563	1.643.465
Custos de Ação Social em Balanço	1.422.563	1.643.465
Percentagem de cobertura	100%	100%

Conforme também referido na Nota 3. r), a empresa adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com benefícios de ação social pós emprego, os critérios consagrados na Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro dos anos de 2015 e 2014 é discriminada seguidamente:

- euros -

CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	31.12.2015	31.12.2014
Saldo Inicial	(1.643.465)	(1.718.055)
Custo com serviços correntes	(37.934)	(16.694)
Custo financeiro	(32.333)	(58.931)
Ganhos e perdas atuariais	269.911	127.336
Benefícios pagos	21.257	22.879
Saldo Final	(1.422.563)	(1.643.465)

As perdas atuariais, as quais de acordo com o estudo atuarial ascenderam a 270 milhares de euros, foram registadas na rubrica outras variações de capital próprio.

O gasto dos serviços correntes e o gasto dos juros foram registados a débito da rubrica de gastos com pessoal.

- euros -

BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	SALDO INICIAL	PAGAMENTOS	CUSTO COM SERVIÇOS CORRENTES	ALGARVE	GANHOS E PERDAS ATUARIAIS	SALDO FINAL
Pensões vitalícias + Subsídio de Morte e funeral	826.659	-26.696	10.908	-295.000	-24.956	490.915
Plano Médico + Obras Sociais	1.643.465	-21.257	70.266	-	-269.911	1.422.563
Totais	2.470.124	-47.953	81.174	-295.000	-	1.913.478

18. FORNECEDORES E FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

- euros -

FORNECEDORES	2015	2014	VARIAÇÃO %
Antiguidade <90 dias	712.406	549.968	29,54%
Antiguidade 90 -180 dias	40.640	16.408	147,69%
Faturas ainda não recebidas na empresa	196.304	164.836	19,09%
Total	949.351	731.211	29,83%
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO			
Antiguidade <90 dias (ver nota 14)	184.344	367.966	-49,90%
Total	184.344	367.966	-49,90%

19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes valores a pagar ao Estado:

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Imposto sobre o Valor Acrescentado	718.315	743.123	-3,3%
Imposto s/Rend. P. Coletivas (liquido pagamentos p/conta)	646.956	-	n/a
Imposto sobre o Rend. P. Singulares *	1.138.301	219.891	417,7%
Contribuições para a Segurança Social e CGA	257.058	255.739	0,5%
Total do passivo	2.760.631	1.218.753	126,5%
Imposto s/Rend. P. Coletivas (liquido pagamentos p/conta)	-	109.655	-100,0%
Total do ativo	-	109.655	-100,0%

Não existiam débitos em mora em 31 de dezembro de 2015.

O Saldo do IRC, devedor em 2015 e credor em 2014 decompõe-se como se segue:

- euros -

SALDO IRC	2015	2014	VARIAÇÃO %
Pagamentos por conta	2.266.113	2.826.603	-19,8%
Pagamentos adicionais por conta	486.276	466.104	4,3%
Retenção na fonte	1.360.197	1.058.843	28,5%
Estimativa de imposto (ver nota 10)	(4.759.543)	(4.241.895)	-12,2%
Totais	(646.956)	109.655	-690,0%

20. RÉDITO, JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Vendas	3.208.056	2.498.487	28,4%
TUP – Navio	14.414.682	11.914.382	21,0%
Tarifa de Pilotagem	4.134.742	3.571.207	15,8%
Fornecimentos e Serviços	344.675	1.187.412	-71,0%
Concessões	20.521.342	19.824.981	3,5%
Licenciamentos	1.430.442	1.410.463	1,4%
Outros réditos	537.807	441.023	21,9%
Subtotal de Vendas + Prestação de Serviços	44.591.745	40.847.956	9,2%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	65.188	10.512	520,2%
Ganhos imputáveis a subsidiárias (Dividendos)	48.306	34.421	40,3%
Total	44.705.239	40.892.888	9,3%

O total de vendas e prestações de serviços dos portos do Algarve ascenderam a cerca de 1.488 mil euros. O aumento registado na rubrica das concessões está relacionado com o aumento da atividade. A diminuição registada na rubrica de fornecimentos e serviços respeita essencialmente à diminuição da venda de pedra extraída da pedreira.

21. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Subsídios para investimentos

- euros -

2015				
PROJETO FINANCIADO	GASTO TOTAL DA COMPRA	SUBSÍDIOS REGISTADOS	DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	RENDIMENTO DO EXERCÍCIO
2.ª Amp. Molhe Leste POVT-11-0150-FCOES-000011	34.290.933	12.755.117	685.832	254.357
Acessibilid.Terrestres Z.Leste-31-02-01-FDR-00011	12.776.734	9.273.158	638.265	486.675
Ampliação Molhe Leste 1.ª Fase 31-02-01-FDR-00001	55.570.335	30.675.049	1.111.884	621.599
C.Circ.Rodov.Acesso ZAL P.Recr.-31-02-01-FDR-00010	5.146.244	693.522	256.658	35.715
C.Talud.Retén.M.Oeste Cab.Sines-31-02-01-FDR-00015	3.357.514	2.983.595	66.697	59.585
FEDER-ENVIREG-Viatura-ER/91/S/0012+SUB0012	424.436	279.492	21.255	
Incremento Condições de Segª-31-04-02-FDR-00071	1.409.122	748.068	102.087	69.915
Infra-Estruturas ZAL-Polo A-31-02-03-FDR-00006	4.831.139	2.633.322	96.610	52.850
Infr.Alta Disponib.-Com.Segª-31-04-02-FDR-00072	245.334	197.906	25.763	25.655
Sistema Controlo Tráfego Marítimo (VTS)-01/98-APS	1.554.482	502.791	1.232	349
Sist.Op.Superv.Segª-POVT-11-0150-FCOES-000004	2.136.655	1.457.482	89.189	978
Transformação da APS Instituto Publico em APS S.A.	287.961.965	221.035.010	5.667.014	4.669.817
Subtotal Sines	409.704.893	283.234.513	8.762.485	6.277.493
Aumento Operacionalidade e segurança porto de Faro	865.054	505.995	53.047	32.971
Aumento Operacionalidade segurança porto Portimão	1.242.160	674.005	90.625	51.943
Subtotal Algarve	2.107.214	1.180.000	143.672	84.914
Totais	411.812.107	284.414.513	8.906.157	6.362.408

2014

2014	- euros -			
PROJETO FINANCIADO	GASTO TOTAL DA COMPRA	SUBSÍDIOS REGISTADOS	DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	RENDIMENTO DO EXERCÍCIO
Acessibilidades Terrestres Z.Leste-31-02-01-FDR-00011	12.776.734	9.273.158	638.265	486.675
Ampliação Molhe Leste 1.ª Fase 31-02-01-FDR-00001	55.570.335	30.675.049	1.111.884	621.599
Ampliação Molhe Leste 2.ª Fase POVT-11-0150-FCOES-000011	34.290.933	12.755.117	685.832	254.357
C. Circulação Rodoviária Acesso ZAL P.Recr.-31-02-01-FDR-00010	5.146.244	693.522	256.658	35.715
C. Talude Retenção Molhe Oeste Cab.Sines-31-02-01-FDR-00015	3.357.514	2.983.595	66.697	59.585
FEDER-ENVIREG-EMBARC.RECOL.HIDROCARB.-ER/91/S/0004	312.473	191.674	-	-
FEDER-ENVIREG-Equipamento-ER/91/S/0005	315.076	101.340	22.159	9.550
FEDER-ENVIREG-Viatura-ER/91/S/0012+SUB0012	424.436	279.492	21.255	-
Implementação Ferramenta Gestão Capit.Humano-Piddac-2010	235.405	165.933	45.773	32.265
Incremento Condições de Segª-31-04-02-FDR-00071	1.409.122	748.068	102.087	69.915
Infraestruturas ZAL-Polo A-31-02-03-FDR-00006	4.831.139	2.633.322	96.610	52.850
Infraestrutura .Alta Disponib.-Com.Segª-31-04-02-FDR-00072	245.334	197.906	25.763	25.655
PCOM-Plataforma Comum Portuária-31-02-FDR-00014	592.245	401.652	-	-
Radmonitor-Monit.Radar Est.Mar-Prime-Idea-70/00128	20.393	7.545	-	-
Sistema Controlo Tráfego Marítimo (VTS)-01/98-APS	1.554.482	502.791	1.325	376
Sist.Op.Superv.Segª-POVT-11-0150-FCOES-000004	2.136.655	1.457.482	192.438	25.857
Transformação da APS Instituto Publico em APS S.A.	287.961.965	221.035.010	5.667.014	4.669.817
Totais	411.180.485	284.102.656	8.933.760	6.344.214

Em 2013 a APS concluiu a 2ª fase de ampliação do Molhe Leste, tendo contratado com o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) a atribuição de subsídio no montante até 13.641.749,53€.

Face ao teor do contrato referido, ao valor executado do investimento e aos valores recebidos, foi reconhecido nas contas da empresa em 2013 o valor do acerto relativo ao subsídio contratualizado que a empresa prevê devolver no montante de 401.603,85€ (ver nota 14).

Subsídios para exploração

Os subsídios desta natureza no exercício do relato foram no montante de 7.596€ (0€ em 2014).

Para além dos subsídios à exploração a empresa registou a título de formação profissional o montante de 0€ (30.640€ em 2014).

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos incluem os itens descritos no seguinte quadro:

DESIGNAÇÃO	2015	2014	- euros - VARIAÇÃO %
Mais-valias contabilísticas	39.583	19.696	101,0%
Imputação Subsídios para investimento do governo (ver nota 20)	6.362.408	6.344.214	0,3%
Imparidade de subsídios investimento p/bens em imparidade (ver nota 3.o)	1.095.086	-	n/a
Rendimentos bens reversíveis - Ativos Tangíveis e Intangíveis (ver notas 5 e 8)	8.427.140	4.630.250	82,0%
Recuperação de IRC de anos anteriores - Sifide	149.446	-	n/a
Outros rendimentos e ganhos	293.178	162.182	80,8%
Totais	16.366.841	11.156.341	46,7%

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Para uma melhor compreensão apresenta-se quadro discriminativo das naturezas mais significativas de gastos em fornecimentos e serviços externos:

DESIGNAÇÃO	2015	2014	- euros - VARIAÇÃO %
Trabalhos Especializados	818.500	705.558	16,0%
Publicidade e Propaganda – Serviços	188.269	229.876	-18,1%
Vigilância Segurança	278.271	262.805	5,9%
Conservação e Reparação	1.137.464	1.095.585	3,8%
Manutenção Software e Hardware	381.358	364.582	4,6%
Eletricidade	246.299	283.970	-13,3%
Gasóleo	174.901	197.284	-11,3%
Água	169.871	166.635	1,9%
Transportes Pessoal	96.130	114.314	-15,9%
Seguros	129.145	120.431	7,2%
Limpeza Higiene e Conforto	253.278	243.962	3,8%
Outros FSE	539.552	490.396	10,0%
Totais	4.413.038	4.275.397	3,2%

Do total de fornecimentos e serviços externos no exercício de 2015, cerca de 610 milhares de euros respeitam aos portos do Algarve e respeitam essencialmente a conservação e reparação (ver nota 27).

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Estas naturezas de gastos de que se destacam as taxas da DGRM e da AMT apresentam os valores que se descrevem no quadro seguinte:

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	35.000	39.038	-10,3%
Taxas da DGRM e da AMT	1.856.874	1.748.202	6,2%
Quotizações	63.970	67.598	-5,4%
Comparticipações	60.629	776.164	-92,2%
Cooperação com entidades públicas	579.871	-	n/a
Outros gastos e perdas	303.205	334.197	-9,3%
Total	2.899.549	2.965.199	-2,2%

A rubrica Comparticipações em 2014 respeita essencialmente à comparticipação por parte da APS na aquisição dum “scanner” para o posto alfandegário do terminal XXI. A rubrica Cooperação com entidades públicas em 2015 refere-se à comparticipação da APS no protocolo com a sociedade Polis – Ria Formosa.

25. PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal-chave da gestão, onde se consideram apenas os membros do Conselho de Administração:

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Total de remunerações	225.881	215.187	4,97%
Total de benefícios de curto prazo*	73.333	81.602	-10,13%

* Referem-se a gastos de caráter social, gastos com viaturas e telecomunicações móveis.

26. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta natureza de rendimentos no montante de 65.188€ (10.512€ em 2014) é constituída por rendimentos distintos conforme a seguir se discrimina:

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO %
Juros de depósitos e outros	65.188	10.512	520,16%
Totais	65.188	10.512	520,16%

27. PORTOS DO ALGARVE

A APS durante o exercício de 2015 apresentou candidatura ao programa operacional do Algarve tendo obtido subsídios para investimento no montante de 1.180.000€ (ver nota 21). A imputação a rendimentos de acordo com os normativos fiscais em vigor acompanha a depreciação dos bens subsidiados. Apesar desse subsídio, a empresa de acordo com os testes de imparidade que efetuou não conseguirá recuperar o investimento pelo uso dos equipamentos. Analisado o normativo contabilístico aplicável (SNC) não foram encontradas normas que regulem o registo da imparidade dos subsídios quando uma UGC se encontra em imparidade. Por esse motivo a APS criou uma política contabilística denominada “Política contabilística a adotada pela APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação da Imparidade de Subsídios para bens de investimento quando os bens subsidiados integram uma Unidade geradora de Caixa que se encontre em Imparidade”, conforme enunciado no ponto 3.o. Esta política destina-se a suprir a lacuna identificada e regulará a aplicação desta matéria na empresa. Basicamente esta norma assume que se a UGC está em imparidade total, também o subsídio o estará. Assim ao registar e ao alocar a imparidade da UGC aos ativos que para ela contribuem, deverá registar uma imputação extraordinária de rendimentos que para efeito de simplificação decidiu chamar de “Imparidade dos Subsídios”. A imputação extraordinária será posteriormente revertida na exata medida em que for efetuada a imputação normal dos subsídios a rendimentos que acompanham a depreciação dos ativos. Devido a este registo foram apurados resultados que serão transferidos para uma reserva indisponível que será transferida progressivamente para uma reserva livre à medida que a imputação extraordinária dos subsídios seja regularizada.

Os Ativos Fixos Tangíveis e os Ativos Intangíveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) detalham-se como se segue:

2015

- euros -

DESIGNAÇÃO	SALDO ANTERIOR	RFORÇO DA IMPARIDADE POR ADIÇÕES DO ANO	REVERSÃO POR ABATE/ALIENAÇÃO DO ANO	REVESÕES IMPARIDADE BENS INTEGRADOS POR AMORTIZAÇÃO	REVESÕES IMPARIDADE BENS ADQUIRIDOS POR AMORTIZAÇÃO	SALDO FINAL
Tangível- Edifícios/Construções	4.238.237	870.685	77.333	156.382	30.270	4.844.937
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	34.427.225	-	-	1.188.978	-	33.238.247
Equipamento Básico	1.062.466	1.196.018	-	153.855	78.942	2.025.688
Equipamento de Transporte	402.742	14.700	-	74.076	9.800	333.566
Equipamento Administrativo	28.974	30.416	-	18.068	8.804	32.517
Ativo Tangível-Outros	87.693	14.200	-	20.673	1.893	79.326
Ativo Tangível- Em curso	-	24.000	-	-	-	24.000
Programas de computador	-	123.081	-	-	41.661	81.420
Total	40.247.336	2.273.100	77.333	1.612.032	171.370	40.659.701

2014

- euros -

DESIGNAÇÃO	SALDO ANTERIOR	REFORÇO BENS NA IMPARIDADE	REVERESÕES IMPARIDADE BENS INTEGRADOS POR AMORTIZAÇÃO	REVERESÕES IMPARIDADE BENS ADQUIRIDOS POR AMORTIZAÇÃO	SALDO FINAL
Tangível-Edifícios/Construções	4.291.200	24.978	77.109	833	4.238.237
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	35.027.000	-	599.775	-	34.427.225
Equipamento Básico	1.156.886	-	94.421	-	1.062.466
Equipamento de Transporte	453.601	-	50.859	-	402.742
Equipamento Administrativo	41.493	2.731	12.519	2.731	28.974
Ativo Tangível-Outros	98.337	-	10.644	-	87.693
Total	41.068.517	27.709	845.326	3.564	40.247.336

O contributo da UGC para o resultado global da empresa detalha-se como se segue:

- euros -

RESULTADOS	2015	2014 após integração
Vendas e Serviços Prestados	1.488.145	966.166
CMVMC	(2.489)	(477)
Fornecimentos e Serviços Externos	(609.846)	(417.994)
Gastos c/Pessoal	(968.801)	(755.540)
Imparidade de Clientes	223.194	-
Outros Rendimentos e Ganhos	1.193.298	11.991
Outros Gastos e Perdas	(598.925)	(1.133)
EBITDA	724.577	(196.986)
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	(412.364)	821.180
Gastos de depreciação e de amortização	(1.765.636)	(845.428)
Resultado Operacional	(1.453.424)	(221.235)

Os quadros seguintes detalham o contributo da UGC para o balanço global da empresa:

- euros -

ATIVOS E IMPARIDADE	2015	2014
AFT Edifícios e Outras Construções	38.083.184	38.665.462
Equipamento Básico	2.025.688	1.062.466
Equipamento de transporte	333.566	402.742
Equipamento Administrativo	32.517	28.974
AFT Outros	103.326	87.693
Ativo Intangível	81.420	104.511
Ativos fixos tangíveis - Perdas por imparidade acumuladas	(40.659.701)	(40.351.847)
Total	-	-

- euros -

CLIENTES E OUTROS ATIVOS E IMPARIDADE	2015	2014
Subsídios para investimento atribuídos	928.000	-
Clientes conta corrente	784.586	986.758
Clientes - Perdas por imparidade acumuladas	(609.090)	(850.000)
Total	1.103.496	136.758

- euros -

RESERVA DE INTEGRAÇÃO	2015	2014
Outras Reservas - Saldo Bruto	(274.136)	(274.136)
Outras reservas - Impostos diferidos ativos	10.837.241	10.837.241
Total	10.563.106	10.563.106

O Teste de imparidade efetuado sobre o estudo de cash-flows futuros determinou que os mesmos serão negativos durante toda a vida útil dos ativos que contribuem para a unidade geradora de caixa do Algarve, pelo que foi registada uma imparidade de 100% dessa UGC.

- euros -

FREE CASH FLOW TO FIRM (PARA VALOR DE USO) DA UGC ALGARVE	2014	2015	2016 (Projeção)
EBITDA	(196.986)	724.577	(262.778)
- ajustamentos	-	(1.033.409)	(971.836)
EBITDA ajustado	(196.986)	(308.832)	(1.234.615)
Cash flow operacional	(196.986)	(308.832)	(1.234.615)
	-	-	-
Investimento em ativo fixo	(27.709)	(2.273.100)	(1.275.000)
Investimento em fundo de manio	52.289	123.266	218.434
Protocolo Ria Formosa		(579.871)	
Subsídio ao investimento		1.180.000	425.000
Investimento líquido	24.580	(1.549.705)	(631.566)
Cash-Flow	(172.407)	(1.858.537)	(1.866.181)

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela empresa, são capitalizados. Os dispêndios capitalizados durante os últimos exercícios encontram-se descritos na primeira parte do quadro seguinte.

A empresa detém a exploração de uma pedreira situada na sua área de jurisdição, estando obrigada a promover a respetiva recuperação paisagística. Para fazer face a esse encargo tem constituído sistematicamente uma provisão (ver nota 16) e contratou garantias bancárias a favor da entidade licenciadora. No termo do exercício de relato os valores da provisão e do somatório das garantias bancárias importam respetivamente em 1.348.817,56€ e 978.328,25€. (ver notas 16 e 29).

Os dispêndios de carácter ambiental reconhecidos como um gasto nos resultados do exercício últimos exercícios foram os seguintes:

Despesas de carácter ambiental

- euros -

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação %
Equipamentos para prevenção e combate a acidentes	65.982	144.208	-54,25%
Viaturas de Intervenção	159.654	-	n/a
Energias renováveis e eficiência energética	321.824	35.477	807,13%
Subtotal Investimento	547.460	179.685	204,68%
Recolha de Resíduos	89.046	-	n/a
Análises ar, água e areia	172.666	118.960	45,15%
Donativos Mecenato Ambiental	3.100	2.700	14,81%
Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa	579.871	-	n/a
Subtotal Gastos	755.637	121.660	521,10%
Totais	1.392.142	301.345	361,98%

29. GARANTIAS

Os valores de garantias e retenções prestadas à APS por clientes e fornecedores, para garantir a boa execução de contratos, não relevados no balanço, detalham-se no quadro seguinte:

- euros -

GARANTIAS A FAVOR DA EMPRESA	2015	2014
Garantias ou Seguros Caução denominadas em EUR	12.005.538	13.453.339
Garantias ou Seguros Caução denominadas em USD	2.000.000	2.000.000
Depósitos Caução	203.473	141.535

A APS para acautelar a recuperação paisagística da pedreira, situada na sua área de jurisdição e cuja exploração se destina ao desenvolvimento portuário, tem prestado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo as garantias que se resumem no quadro seguinte:

- euros -

GARANTIAS PRESTADAS PELA EMPRESA	2015	2014
Garantias prestadas pela APS	978.328	978.328

30. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a NCRF 24 não se verificaram acontecimentos relevantes passíveis de relato e/ou ajustamentos nas demonstrações financeiras.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não é devedora de quaisquer contribuições e impostos a instituições de Segurança Social e ao Estado.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

PARTE C

Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das orientações legais

- **OBJETIVOS DE GESTÃO, PREVISTOS NO ARTIGO 38º DO DL N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, DE FORMA QUANTIFICADA, E METAS A ATINGIR EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO APROVADO;**

OBJETIVO	META 2015	RESULTADO 2015	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)
Volume de negócios (m€)	42.320	44.592	105,4
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios, do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades (%))	51,5	59,4	115,3
Resultados Líquidos (m€)	11.800	16.675	141,3
ROACE (%)	4,7	6,4	136,7
Movimento de mercadorias (mT)	41.961	44.362	105,7
PMP (nº de dias)	17	20	85,0
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	22.900	13.160	57,5
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA ajustado)	0,9	0,7	127,7

Não se encontram ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Assim, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro anterior considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2015 aprovado pelo acionista.

- **DA GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO, E DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO, DEFINIDOS PARA 2015, NA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, APURADOS NOS TERMOS DAS ORIENTAÇÕES DO OFÍCIO-CIRCULAR DE INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS IPG-2015;**

ANOS	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	-	-	-
Taxa Média de Financiamento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

- euros -

PASSIVO REMUNERADO	2015	2014	2013	Var. 15/14 %
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	-	-	-	-
- dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	-	-	-	-
Endividamento Ajustado	-	-	-	-

- **DA EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES, EM CONFORMIDADE COM A RCM N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO;**

O Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores fixou-se nos 20 dias, valor que se manteve igual ao registado no mesmo período do ano anterior.

PMP	2015	2014	Var. (%) 4ºT 2015 / 4ºT 2014
Prazo	20	20	0,0

A totalidade das dívidas a fornecedores, onde estão incorporadas as dívidas a fornecedores de investimento (ver nota 18 da Parte B – Demonstrações Financeiras e respetivos anexos), ascendeu a 1,13 milhões de euros. Se analisadas apenas as dívidas vencidas, o valor registado é de cerca de 93 mil euros, como se detalha no quadro seguinte:

- euros -

DÍVIDAS VENCIDAS	0-90 DIAS	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aquisição de bens e serviços	93.010,43	-	-	-	-
Aquisição de Capital	-	-	-	-	-
Total	93.010,43	-	-	-	-

Nota: Inclui o valor das dívidas vencidas, excluindo as dívidas não reconhecidas por parte da APS

- **AS DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2014;**

Relativamente às orientações do acionista refere-se o seguinte:

- Foi prosseguida a racionalização dos gastos operacionais, enquadrada no crescimento da atividade da empresa. Em 2015 estes gastos representaram 35,3% do volume de negócios contra os 37,6% registados em 2014;
- No cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, todas as transações relevantes, foram efetuadas diretamente a partir das contas do IGCP. As disponibilidades da empresa ascendiam no final de 2015 a 33,6 milhões de euros, dos quais 33,1 milhões (98,5%) colocados nas contas dessa instituição;

Expressamente no que se refere às recomendações emitidas na Assembleia-geral de aprovação das contas de 2014, as mesmas diziam respeito à necessidade de autorização da contratação do empréstimo de 15 milhões de euros e à eventual necessidade de ajustamento do PAO 2015 no caso de decisão sobre a não aplicação aos trabalhadores da empresa do regime de exceção das reduções remuneratórias. Não se tendo concretizado os factos enumerados, não houve necessidade de implementar as recomendações do acionista.

- **DAS REMUNERAÇÕES, DESIGNADAMENTE:**

Dos órgãos sociais, (Apêndice 1) confirmando a:

Mesa da AG

Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015;

(ver Apêndice 1)

Conselho de Administração

Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41 da Lei 83-C/2013;

Não foram atribuídos prémios de gestão.

Aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2015.

(ver Apêndice 1)

Fiscalização

Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015.

(ver Apêndice 1)

Do Auditor Externo confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2015.

Não aplicável

Dos restantes trabalhadores, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2015;

Foram mantidas para 2015 as disposições decorrentes do despacho de 05.06.2013 do Secretário de Estado da Administração Pública determinando que “O disposto no artº 27º da LOE2013 não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, em razão da regulamentação internacional específica – e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias – segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas, nos termos do artigo 27º, nº 13, da LOE2013, posteriormente previsto no artigo 33º, nº 13, da LOE2014, declarado inconstitucional pelo Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014, de 30.5, e atualmente vertido no artigo 2º, nº 12, da Lei nº 75/2014, de 12.9, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

- **DA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE PENSÕES PELAS EMPRESAS QUE TENHAM APRESENTADO RESULTADOS LÍQUIDOS NEGATIVOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2014, 2013 E 2012), NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 78.º DA LEI 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO;**

Não aplicável.

- **DA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:**

À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi aplicado o disposto no art.º 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, no que se refere à utilização de cartões de crédito. Não existem cartões de crédito atribuídos aos gestores da empresa, logo não foram efetuados pagamentos de despesas da empresa através de cartões de crédito.

Ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi aplicado o disposto no art.º 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, no que se refere ao reembolso de despesas que caiam no âmbito do conceito de representação pessoal.

- **DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS**

Não existiram despesas não documentadas no exercício de 2015.

- **DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS, CONFORME DETERMINA O Nº 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 18/2014, DE 7 DE MARÇO;**

A empresa elabora relatórios internos anuais sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, conforme determinado pelo número 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março. A divulgação dos dados estatísticos relativos a remunerações pagas a mulheres e homens é feita através dos Relatórios de Sustentabilidade anuais.

- **DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:**

Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2015, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos sectores especiais (portos) pelo que, nos termos do art.º 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respetivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo daqueles limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrência dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, que transpõe, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos sectores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. No ano de 2015 foram criados dezassete procedimentos na plataforma de contratação pública da GATEWIT. Desses procedimentos, quatro diziam respeito a concursos públicos e treze a procedimentos por ajuste direto com consulta.

Dos concursos públicos apenas dois foram adjudicados ainda em 2015. Relativamente aos procedimentos por ajuste direto com consulta, importa referir que um dos procedimentos não foi adjudicado por ter ficado deserto. Os restantes foram adjudicados ainda em 2015.

Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, e se o mesmo é objeto de revisão periódica, co referência à última atualização.

Os procedimentos internos para a contratação de bens e serviços estão vertidos em documentos do Sistema de Gestão integrado:

Código	Título	Processo	Requisitos normativos aplicáveis	Data de aprovação
APRO007R1E1	Registo do Processo de Compras	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	20-02-2014
PD009R3E1	Compras	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	06-10-2011
PD041R1E1	Aquisição de produtos perigosos e/ou máquinas/equipamentos	Compras	ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	17-05-2010
IO026R1E1	Requisição de Compra em SAP	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	19-09-2011
IO030R1E1	Receção de Bens e Serviços	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	19-09-2011
TB002R6E1	Competências para validação de compras	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	27-02-2014
TB003R4E1	Modalidades de consulta	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	09-01-2014
TB007R1E1	Responsáveis de compras	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	19-09-2011
TB009R0E1	Prestação e valor de cauções	Compras	ISO 9001 - 7.4 ISO 14001 - 4.4.6 OHSAS 18001 - 4.4.6	17-12-2010

Indicação de quais os atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

Em 2015 foi celebrado o contrato - DIO.PR.14.055 — “Terminal de Contentores de Sines (TCS) — remoção dos materiais depositados na bacia e regularização de fundos”, no montante de 9.564.233,00€. Este contrato foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, tendo sido visado em 29.07.2015.

- **DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO;**

A revisão do plano de prevenção de riscos de *compliance* identifica ações a efetuar de forma a controlar os riscos identificados neste plano. Este plano é auditado em todas as unidades da APS e é feita a verificação da existência deste tipo de ocorrências. Faz parte deste relatório a indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da *compliance*. Este documento é público, sendo que o plano e a correspondente matriz estão publicados no portal da APS em:

(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/prevenção-de-riscos-de-compliance/>).

- **MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADEÇÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP).**

No quadro da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, o Conselho de Administração aprovou no ano de 2010, a adesão da APS, S.A. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária. Em 2015 não se procedeu a qualquer contratação ao abrigo deste sistema.

- **MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DA FROTA AUTOMÓVEL RELATIVAMENTE ÀS ORIENTAÇÕES PREVISTAS NO N.º 4 DO ARTIGO 61.º DA LEI N.º 83-C/20136, DE 31 DE DEZEMBRO, COMPLEMENTADAS COM OS DESPACHOS N.º 1182/13-SET, DE 12 DE JUNHO (COMUNICADO ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR N.º 4238, DE 1 DE JULHO) E DESPACHO N.º 1668/13-SET, DE 6 DE SETEMBRO (COMUNICADO ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR N.º 7408, DE 2 DE DEZEMBRO).**

A APS respeitou as orientações definidas ao nível da gestão da frota automóvel, sendo no final de dezembro de 2015 o parque de viaturas da empresa constituído por 66 viaturas, nelas se incluindo os veículos de combate a incêndios, contra as 64 viaturas do ano anterior. O aumento do número de viaturas deveu-se ao facto de ter sido necessário adquirir duas viaturas polivalentes de intervenção para os Portos de Faro e Portimão, aquisição essa financiada por fundos FEDER no âmbito do PO Algarve 21, que se destinam a melhorar significativamente as condições de segurança daqueles Portos.

- **QUANTIFICAR O IMPACTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 61.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, JUSTIFICANDO O EVENTUAL NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS. ATENTE-SE QUE, NO CASO DAS EMPRESAS COM EBITDA POSITIVO, A REDUÇÃO DO PESO DOS GASTOS OPERACIONAIS NO VOLUME DE NEGÓCIOS É AFERIDA FACE AO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

PRC	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	Absoluta	%	Absoluta	%
							Variação 2015/2014		Variação 2015/2011	
EBITDA contabilístico	33.544	41.622	33.368	32.708	27.767	25.268	8.254	24,7%	16.354	64,7%
(1) CMVM (m€)	2.130	2.358	1.864	1.832	1.239	1.172	494	26,5%	1.186	101,1%
(2) FSE (m€)	5.162	4.413	4.275	3.611	3.703	3.323	138	3,2%	1.090	32,8%
Deslocações/Estadas	75	52	43	27	30	15	9	20,8%	37	257,4%
Ajudas de custo	12	16	10	9	10	10	6	53,8%	6	64,6%
Comunicações	100	78	84	78	83	96	-6	-7,6%	-18	-19,0%
(3) Gastos com o pessoal (m€)	10.335	8.986	9.238	9.122	8.257	8.602	-252	-2,7%	384	4,5%
(3.1) dos quais indemnizações	-	-	-	-	166	275	-	0,0%	-275	-100,0%
(4) Total Gastos = (1) + (2) + (3) - (3.1)	17.626	15.757	15.378	14.564	13.032	12.822	379	2,5%	2.935	22,9%
(5) Volume de Negócios (m€)	45.370	44.592	40.848	37.786	32.600	30.897	3.744	9,2%	13.695	44,3%
Peso dos Gastos no VN (4) / (5) (%)	38,8%	35,3%	37,6%	38,5%	40,0%	41,5%	-2,3%	-6,1%	-6,2%	-14,9%
Número de RH	184	182	184	158	172	176	-2	-1,1%	6	3,4%
N.º Efetivos	184	182	184	158	172	176	-2	-1,1%	6	3,4%
N.º Cargos de Direção	8	8	8	9	10	10	-	0,0%	-2	-20,0%
N.º Efetivos / Cargos Direção	23,0	22,8	23,0	17,6	17,2	n.a.	0	-1,1%	515,0%	29,3%
Viaturas										
N.º Viaturas	63	66	64	60	n.a.	n.a.	2	3,1%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	375	371	395	361	n.a.	n.a.	-24	-6,0%	n.a.	n.a.

A incorporação dos portos do Algarve, mais do que penalizar a evolução da estrutura de custos da empresa, veio alterar o quadro de funcionamento da mesma e, de certa forma, inviabilizar a comparação com exercícios anteriores. Com efeito, a empresa passou a exercer a sua atividade em três estabelecimentos diferenciados quando anteriormente esta era exercida apenas em Sines. Como é óbvio, a necessidade de deslocação dos quadros da empresa, particularmente dos quadros dirigentes e de outras chefias, já que foi opção não duplicar a estrutura hierárquica existente como se pode atestar pela diminuição dos cargos de direção, aumentou significativamente.

Desta forma, observa-se em 2015, primeiro exercício completo depois da alteração estrutural referida, o crescimento das deslocações e estadas, originado pelos motivos já expostos mas influenciado igualmente pelo desenvolvimento da atividade da empresa, nomeadamente ao nível dos contentores e da nova valência do turismo de cruzeiros, que requiere uma crescente presença em eventos nacionais e internacionais de importância fundamental neste tipo de negócio. Ainda assim, a execução deste tipo de despesas ficou abaixo do valor orçamentado. Pelos mesmos motivos, as ajudas de custo aumentaram também no exercício.

O parque de viaturas da empresa, no final de 2015, era constituído por 66 viaturas, nelas se incluindo os veículos de combate a incêndios, contra as 64 viaturas do ano anterior. O aumento do número de viaturas deveu-se ao facto de ter sido necessário adquirir duas viaturas polivalentes de intervenção para os Portos de Faro e Portimão, aquisição essa financiada por fundos FEDER no âmbito do PO Algarve 21, que se destinam a melhorar significativamente as condições de segurança daqueles Portos.

Apesar do referido, verifica-se que o peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios manteve a sua trajetória descendente em 2015.

- **DO PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 28º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, E NO ARTIGO 125.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, EM CASO DE TER SIDO AUTORIZADA A EXCEÇÃO, DEVERÁ SER INDICADO O DESPACHO AUTORIZADOS, ASSIM COMO A DATA DA ENTREGA EM RECEITA DO ESTADO DO MONTANTE DE JUROS AUFERIDOS EM INCUMPRIMENTO DA UTE.**

Em 2015 todas as transações relevantes foram efetuadas diretamente a partir das contas do IGCP. As disponibilidades da empresa ascendiam no final de 2015 a 33,6 milhões de euros, dos quais 33,1 milhões (98,5%) colocados nas contas do IGCP, ao abrigo do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, sendo que 30 milhões em aplicações de curto prazo (CEDIC's).

A diferença para o total de depósitos à ordem encontrava-se em contas da banca comercial que a empresa tem de manter para assegurar serviços não prestados por aquele organismo público, devido aos quais solicitou exceção ao princípio de UTE para 2015 que se traduziu no Despacho nº 2013/16-SEATF de 08.03. A entrega do montante de 216,33€ relativo aos juros auferidos em 2014 em incumprimento da UTE ocorreu em 12.03.2015. A entrega do montante de 0,81€ relativo aos juros auferidos em 2015 em incumprimento da UTE ocorreu em 22.03.2016.

- euros -

DEPÓSITOS À ORDEM	2015	2014	Variação %
IGCP	3.116.633,89	2.005.274,59	55,4
CGD	31.780,36	15.366,27	106,8
BPI	1.724,51	1.664,10	3,6
TOTTA	8.440,75	1.080,25	681,4
BCP	259.759,07	669.497,82	-61,2
CRÉDITO AGRÍCOLA	106.717,42	103.253,23	3,4
BARCLAYS BANK	0,00	3.450,14	-100,0
TOTTA - VIA VERDE	3.350,16	2.640,45	26,9
RECEBIMENTOS EM TRÂNSITO	81.477,33	676,35	11.946,6
APLICAÇÕES DE CURTO PRAZO (CEDIC'S - IGCP)	30.000.000,00	24.000.000,00	25,0
TOTAL	33.609.883,49	26.802.903,20	25,4

- **ADICIONALMENTE, DEVERÃO SER DIVULGADAS AS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA ADOÇÃO E O RESPECTIVO RESULTADO.**

Nada a assinalar.

- **DEVERÁ, AINDA, SER PREENCHIDO O QUADRO INFRA RELATIVO À INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRAVA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 NO SÍTIO DO SEE (PORTAL DA DGTF).**

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	s	20.05.2014	
Caraterização da Empresa	s	20.05.2014	
Função de tutela e acionista	s	n.a.	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	s	08.11.2015	
- Identificação dos órgãos sociais	s	08.11.2015	
- Estatuto Remuneratório Fixado	s	08.11.2015	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos Sociais	s	08.11.2015	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	s	08.11.2015	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	s	08.11.2015	
Esforço Financeiro Público	s	11.02.2015	
Ficha Síntese	s	28.10.2015	
Informação Financeira histórica e atual	s	28.10.2015	
Princípios de Bom Governo	s	28.10.2015	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	s	28.10.2015	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	s	28.10.2015	
- Outras transações	s	28.10.2015	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	s	28.10.2015	
Económico	s	28.10.2015	
Social	s	28.10.2015	
Ambiental	s	28.10.2015	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	s	28.10.2015	
- Código de Ética	s	28.10.2015	

APÊNDICE 1

• MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado	REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2013.07.02/2015	Presidente	António Maldonado Gonçalves	575,00	-	-	-	-
2013.07.02/2015	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	375,00	375,00	37,50	7,50	345,00

Nota: Em 17 de maio de 2011 a empresa tomou conhecimento da renúncia do Presidente da Mesa da Assembleia Geral à remuneração inerente a este cargo.

(2) Redução remuneratória conforme disposto no nº 4 do ponto 7 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 02-07-2013 (Ata nº 30).

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na informação relativa ao Conselho de Administração deverá ser indicado:

- O montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, por cada um dos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, a menção às diferentes componentes que lhe deram origem;
- Os montantes pagos, a qualquer título, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.
- Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que os mesmos foram concedidos;
- Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2013.06.25/2015	Presidente Executivo	João Paulo Farinha Franco	Deliberação Social Unânime por Escrito	24.06.2013	n.a.	n.a.
2013.06.25/2015	Vogal Executivo	Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	Deliberação Social Unânime por Escrito	24.06.2013	n.a.	n.a.
2013.06.25/2015	Vogal Executivo	José Pedro da Silva Soares	Deliberação Social Unânime por Escrito	24.06.2013	n.a.	n.a.

Legenda: (1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

O quadro infra apenas deverá ser preenchido pelos administradores executivos, em virtude do regime de incompatibilidades existente.

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	(Identificar)	(Identificar)	(Público / Privado)
João Paulo Farinha Franco	(nada a assinalar)	(nada a assinalar)	(nada a assinalar)
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	(nada a assinalar)	(nada a assinalar)	(nada a assinalar)
José Pedro da Silva Soares	(nada a assinalar)	(nada a assinalar)	(nada a assinalar)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	(A/B/C)	Vencimento mensal	Despesas Representação
João Paulo Farinha Franco	S	B	4.864,34€	1.945,74€
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	S	B	3.891,47€	1.556,59€
José Pedro da Silva Soares	S	B	3.891,47€	1.556,59€

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€) – Ano 2015					
	Variável	Fixa (*)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
João Paulo Farinha Franco	-	91.449,64	91.449,64	4.572,58	-	86.877,06
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	-	73.159,66	73.159,66	3.657,89	-	69.501,77
José Pedro da Silva Soares	-	73.159,66	73.159,66	3.657,89	-	69.501,77

*Inclui a remuneração + despesas de representação (sem reduções).

(2) Redução remuneratória conforme disposto no nº4 da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), de 24-06-2013.

Nome	Subsídio de Refeição		Benefícios Sociais (€) – Ano 2015				
			Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Valor			
João Paulo Farinha Franco	4,27	1.007,72	Segurança Social	20.633,29	331,99	Não Existente	28,29
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	4,27	969,29	CGA	16.506,69	331,99	Não Existente	28,29
José Pedro da Silva Soares	4,27	973,56	Segurança Social	16.506,69	331,99	Não Existente	28,29

Nome	Benefícios Sociais (€) – Ano 2015							
	Identificar	Valor	Identificar	Valor	Identificar	Valor	Identificar	Valor
João Paulo Farinha Franco	Auxílio para Estudos	984,02	Medicina no Trabalho	-	Custos Diretos com Formação Profissional	1.095,00	-	-
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	Auxílio para Estudos	1.323,59	Medicina no Trabalho	-	Custos Diretos com Formação Profissional	639,68	-	-
José Pedro da Silva Soares	Auxílio para Estudos	-	Medicina no Trabalho	24,40	Custos Diretos com Formação Profissional	1.320,68	-	-

Membro do CA (Nome)	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	Identificar	Valor	
João Paulo Farinha Franco	5.343,07	2.674,50	1.563,55	Portagens	639,10	Estacionamento	129,20	7.674,92
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	3.569,29	4.005,32	2.037,08	Portagens	606,45	Estacionamento	549,67	6.762,49
José Pedro da Silva Soares	5.261,64	5.937,34	2.251,51	Portagens	706,90	Estacionamento	94,10	8.314,15

• CONSELHO FISCAL

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
(Início – Fim)			Forma (1)	Data	(€)
2013.07.02/2015	Presidente	Ana Paula Azurara	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02.07.2013	1.362,01€
2013.07.02/2015	Vogal Efetivo	Maria Teresa Morais	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02.07.2013	1.021,51€
2013.07.02/2015	Vogal Efetivo	Dino Santos	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02.07.2013	1.021,51€
2013.07.02/2015	Vogal Suplente	Luisa Maria Roque	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02.07.2013	-

Legenda (1) indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual (€) – Ano 2015					
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Ana Paula Azurara (2013.07.02/2015)	-	19.068,14	19.068,14	3.848,36	-	15.219,78
Maria Teresa Morais (2013.07.02/2015)	-	14.301,14	14.301,14	2.886,24	-	11.414,90
Dino Santos (2013.07.02/2015)	-	14.301,14	14.301,14	2.886,24	-	11.414,90
Luisa Maria Roque (2013.07.02/2015)	-	-	-	-	-	-

(2) Redução remuneratória conforme disposto no nº 4 do ponto 7 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 02-07-2013 (Ata nº 30).

• ROC

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de Mandatos exercidos na sociedade
(Início – Fim)		Nome	Número	Forma (!)	Data	Contratada	
2013.07.02/2015	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados	183	DUE	12.09.2008	18.630€	3
	ROC Efetivo	Dr. José Pereira Alves	711	DUE	22.07.2013	-	1
	ROC Suplente	Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves	740	DUE	22.07.2013	-	1

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda (I) indicar: AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas	20.700,00	2.070,00	18.630,00
PricewaterhouseCoopers & Associados – outros serviços que não revisão de contas	36.348,82	-	36.348,82
PricewaterhouseCoopers & Associados – total	57.048,82	2.070,00	54.978,82

- AUDITOR EXTERNO**

(não aplicável)

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

APÊNDICE 2

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o seguinte quadro:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Volume de negócios (m€)			N.A.	105,4%	
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios, do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades) (%)			N.A.	115,3%	Não se encontram ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Assim, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro anterior considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2015 aprovado pelo acionista.
Resultados Líquidos (m€)			N.A.	141,3%	
ROACE (%)			N.A.	136,7%	
Movimento de mercadorias (mT)			N.A.	105,7%	
PMP (nº de dias)			N.A.	85,0%	
Cumprimento do plano de investimentos (m€)			N.A.	57,5%	
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA ajustado)			N.A.	127,7%	
Gestão de Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento	S			-	Não existia passivo remunerado em 31.12.2015.
Evolução do PMP a fornecedores	S			20	O prazo médio de pagamento manteve-se igual face ao ano anterior
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S			As dívidas vencidas a fornecedores totalizavam 93.010€ no final de 2015, todas com um atraso inferior a 90 dias.	A existência de dívidas vencidas prende-se essencialmente com esclarecimentos em falta no processo de aprovação das faturas.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
Continuação da racionalização dos gastos operacionais	S			Em 2015 representaram 35,3% do volume de negócios por comparação com os 37,6% de 2014.	Racionalização generalizada nos diversos tipos de gastos, mesmo tendo presente o cenário de integração dos portos do Algarve.
Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S			No final de 2015, 98,5% das disponibilidades da empresa estavam colocadas junto do IGCP.	Despacho nº 2670/14-SET, de 19.12.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41º da Lei 83-C/2013	S			-	
Órgãos Sociais – reduções remuneratórias vigentes em 2015	S			21.546,70€	
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013			N.A.	2.070 €	O valor refere-se ao ROC. Não existe outro auditor externo.
Restantes trabalhadores – reduções remuneratórias vigentes em 2015			N.A.	-	Não aplicável por despacho superior
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias (art.º 39º, Lei 83-C/2013)	S			-	Não existiram valorizações remuneratórias
Artigo 32º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	S			-	Não existem cartões de crédito atribuídos.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S			-	Não existiu reembolso de despesas de representação pessoal relativas a cartões de crédito ou comunicações.
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013					
Proibição de realização de despesas não documentadas	S			-	Não existiram despesas não documentadas no exercício de 2015.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S				A divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e a homens é feito através do Relatório de Sustentabilidade da empresa. http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-sustentabilidade/
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S			1 contrato no valor de 9.564.233,00€	Este contrato foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).
Prevenção da Corrupção – n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	S				O plano de prevenção de riscos de compliance é revisto anualmente e publicado no portal da empresa.
Auditorias do Tribunal de Contas					
Nada a assinalar			N.A.		
Parque Automóvel					
Nº de viaturas			N.A.	66	O aumento do número de viaturas deveu-se ao facto de ter sido necessário adquirir duas viaturas polivalentes de intervenção para os Portos de Faro e Portimão.
Gastos com viaturas			N.A.	371.158 €	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 83-C/2013)	S				O peso dos gastos operacionais no volume de negócios reduziu-se de 50,6% em 2010 para 35,3% em 2015.
Redução de Trabalhadores/as (artigo 60º da Lei n.º 83-C/2013)					
Nº de trabalhadores			N.A.	-2	O efetivo global da APS diminuiu face ao ano transato por efeito de saídas por aposentação.
Volume de Negócios / N.º de Trabalhadores	S			23.010	O crescimento do Volume de Negócios fez face à diminuição do n.º de trabalhadores
Nº de cargos dirigentes	S			-	O nº de cargos dirigentes manteve-se em 2015.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei 66-B/2012)	S				
Disponibilidades Centralizadas no IGCP				33.116.633,89€ (98,5%)	
Juros auferidos em cumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado				216,33€ (2014); 0,81€ (2015)	Entregues em 12.03.2015 e 22.03.2016, respetivamente.

PARTE D

Relatório do Conselho Fiscal

***RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE O
O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DO EXERCÍCIO DE 2015
DA
A.P.S.- Administração dos Portos de Sines e do
Algarve, S. A.***

I – Introdução

Nos termos da alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da A.P.S. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (A.P.S., S.A.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 334/2001, de 24 de dezembro, 46/2002, de 2 de março, 95/2010, de 29 de julho e 44/2014, de 20 de março, conjugado com as alterações decorrentes da Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2008, com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e com n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2015 e o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário.

A A.P.S., S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regendo-se pelos estatutos aprovados pelo mencionado Decreto-Lei n.º 337/98, tendo por objeto a administração dos Portos de Sines, de Faro e de Portimão, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

O presente Relatório é igualmente emitido na sequência das orientações transmitidas no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016.

O Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas.

Importa salientar que, na sequência do estabelecido no mencionado Decreto-Lei n.º 44/2014, em 2014 foram integrados na gestão da Sociedade os portos de Faro e Portimão, tendo assim sido transmitida a titularidade de direitos, obrigações e posições jurídicas patrimoniais, contratuais e administrativas, mobiliárias ou imobiliárias que lhes estavam afetos ou que diziam respeito àqueles portos.

Ainda no âmbito da integração dos portos de Faro e Portimão, saliente-se que por despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e da Senhora de Ministra da Agricultura e do Mar, datado de 1 de julho de 2014, foi autorizada a celebração e os termos de acordos de cedência de interesse público entre o IPTM, a A.P.S., S.A., e os trabalhadores.

Por último, refere-se que na Assembleia-Geral da A.P.S., S.A., realizada em 15 de outubro de 2015, foi aprovado o Plano de Atividades e no Orçamento (PAO) para o ano 2015, tendo ficado, porém, o empréstimo de 15 milhões de euros e a concretização do investimento que lhe está associado pendentes da respetiva autorização do acionista, nos termos e para os efeitos do n.º 5, alínea b) do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ressalvado que uma eventual decisão quanto à não aplicação aos trabalhadores da empresa do regime de exceção relativo às reduções remuneratórias poderia vir a determinar a necessidade de ajustamento do PAO em conformidade.

II – Ação fiscalizadora

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da A.P.S., S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão da A.P.S., S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, bem como de documentos anexos a essas atas, solicitados por este Conselho.

Foram, ainda, realizadas reuniões com o Conselho de Administração, a Direção Financeira e Económica e o Revisor Oficial de Contas, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados.

Este Conselho reuniu, periodicamente, com a presença de todos os seus membros, tendo as suas considerações sido registadas nas atas que estão arquivadas na A.P.S., S.A..

Realça-se, igualmente, a produção, em 2015, de três relatórios trimestrais para acompanhamento da atividade da Sociedade, elaborados tendo por base, quer os relatórios produzidos pelo Conselho de Administração, quer os memorandos de acompanhamento do Revisor Oficial de Contas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Acionista Estado.

III – Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2015

Em primeiro lugar importa salientar que o ano de 2015 corresponde ao primeiro exercício completo depois da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março, tendo sido integrados na A.P.S., S.A., os Portos do Algarve, o que tem reflexos nas análises comparativas com os anos anteriores. Mais se refere que a data considerada para efeitos de integração dos Portos do Algarve foi o dia 1 de julho de 2014, data esta correspondente à da incorporação dos trabalhadores daqueles Portos.

O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2015, apresentado pelo Conselho de Administração, contendo o relatório de gestão, a informação atual e completa sobre as demonstrações financeiras e o cumprimento das orientações legais, evidência de forma adequada a atividade e ações desenvolvidas pela A.P.S., S.A..

Neste Relatório é destacado que em 2015 a movimentação de mercadorias nos Portos de Sines e Faro atingiu um total de 44,4 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 17,0 % face ao ano anterior, tendo assim sido alcançados novos máximos de movimentação, essencialmente devido aos segmentos de carga, e que pelo Porto de Portimão passaram 14.786¹ passageiros, verificando-se um acréscimo de 1,0% face ao ano anterior.

É ainda referido que entraram 2.342 navios nos Portos de Sines, Portimão e Faro, o que representou um acréscimo de 10,1% quando comparado com o ano anterior.

Relativamente aos investimentos efetuados da responsabilidade da A.P.S., S.A., os mesmos ascenderam ao montante global de 13.160.416 euros, representando 57,5% do investimento planeado, na sua quase totalidade assegurado por autofinanciamento.

¹ Por lapso, na página 12 do Relatório de Gestão e Contas e Exercício da A.P.S., S.A., o número de passageiros indicado é de 14.548.

Do investimento realizado em 2015, importa salientar que o mais significativo foi o referente à regularização de fundos na bacia junto do Terminal XXI, no montante de 9.585.703 euros.

No ano de 2015, a A.P.S., S.A., obteve resultados líquidos no montante de 16.674.531 euros, representando uma variação positiva de 25,2% face ao valor do ano anterior, o que demonstra a sua capacidade para gerar resultados.

Os resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) e o EBITDA foram, respetivamente, de 22.474.831 euros e de 41.642.960 euros, representando acréscimos de 22,7% e de 24,8% face ao ano anterior. Para estas variações contribuiu o aumento dos rendimentos em 19,1% e dos gastos em 17,0%. Nos rendimentos saliente-se a redução dos provenientes das rubricas Subsídios à exploração (-75,2%), enquanto os aumentos foram sobretudo verificados nas Reversões (76,6%), nos Outros rendimentos e ganhos (46,7%), nos Juros e outros rendimentos similares (152,6%), nas Vendas (28,4%) e nas Prestações de serviços (7,9%). Quanto aos gastos verificam-se acréscimos nas Perdas por imparidade (285,7%), nos Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (respeita a consumo de energia para revenda aos concessionários) (26,5%), nos Fornecimentos e serviços externos (3,2%), tendo-se apurado reduções nos Gastos com o pessoal (2,7 %) e nos Outros gastos e perdas (2,2%).

Quanto aos Gastos com o Pessoal importa referir que a variação verificada deve-se, na sua quase totalidade, aos acertos inerentes à metodologia utilizada no estudo atuarial dos encargos futuros com pensões e ação social.

Em relação à estrutura financeira e patrimonial, entre 2015 e 2014, verificaram-se aumentos do Passivo em 65,4 milhões de euros (45,9%), do Ativo em 73,6 milhões de euros (15,1%) e do Capital Próprio em 8,2 milhões de euros (2,4%). Estes aumentos devem-se, essencialmente, ao reconhecimento de bens afetos às concessões que revertem para a A.P.S., S.A., no final do respetivo contrato.

Salienta-se que a estrutura financeira continua equilibrada, evidenciada designadamente pelos rácios de solvabilidade (1,7), autonomia financeira (63,0%) e liquidez (2,2), não existindo qualquer dívida remunerada.

É, ainda, realçada no Relatório a prossecução da política de qualidade, tendo sido mantidas as certificações nos Sistemas de Gestão da Qualidade, de Gestão Ambiental, de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e de Gestão de Segurança de Informação.

IV – Aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015, bem como aferição do cumprimento da exigência constante do n.º 1 do artigo 54 do RJSPEE (Relatório de Boas Práticas de Governo Societário)

a) Avaliação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declara este Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a A.P.S., S.A., deu, em regra, cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, justificando nos casos de incumprimento os motivos dessa não observância.

Não obstante o Conselho de Administração ter sido nomeado em 24 de junho de 2013, não foram contratualizados objetivos de gestão com os respetivos membros para o mandato de 2013-2015.

Assim, no relatório de gestão é apresentado o grau de cumprimento dos resultados apurados partindo de indicadores resultantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2015, aprovado pelo acionista.

No que se refere à gestão do risco financeiro, importa salientar que, no final de 2015, não existe passivo financeiro, tendo os investimentos nesse ano, no montante global de 13.160.416 euros, sido assegurados por recurso ao autofinanciamento no montante de 12.908.416 euros e a subsídios do FEDER no que concerne ao remanescente.

Relativamente à evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, conforme estipula a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, e atento o Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, em 2015 foi de 20 dias, mantendo-se igual ao verificado em 2014.

Quanto à divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, salienta-se que a sociedade no seu portal informa que não dispõe de dívidas por pagar há mais de 90 dias, o que é também referido no Relatório de Gestão e Contas.

Quanto ao cumprimento das recomendações do acionista, destacam-se as decorrentes da Assembleia Geral realizada em 15 de outubro de 2015, já referidas no ponto I, quanto a um eventual empréstimo de 15 milhões de euros e à eventual decisão quanto à não aplicação aos trabalhadores da empresa do regime de exceção relativo às reduções remuneratórias, factos estes que ao não se terem verificado não houve necessidade de dar seguimento às recomendações.

No que respeita às restantes recomendações salienta-se que foi cumprida a referente a comunicações (-7,6% em relação a 2014), mas que não foram cumpridas as relativas a despesas deslocações e ajudas de custo, porquanto se verificam aumentos de 20,8% e de 53,8% face a 2014, explicados pelo aumento da atividade da Sociedade e pelas despesas inerentes à integração dos Portos do Algarve.

Quanto ao princípio da unidade de tesouraria, refere-se que foram mantidas contas abertas junto de instituições bancárias, cujo saldo no final do ano representava 1,5% do total de disponibilidades, salientando-se que a Sociedade efetuou diligências no sentido de obtenção da dispensa parcial do cumprimento deste princípio, a qual foi apenas autorizada para prestação de garantias bancárias, e procedeu em março de 2016 à entrega de 0,81 euros ao Estado correspondente aos juros auferidos em resultado dos depósitos à ordem mantidos fora do IGCP.

Salienta-se que não foram aplicadas aos trabalhadores da A.P.S., S.A., as reduções remuneratórias determinadas pelo artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, por ter sido entendido pelas Administrações Portuárias que se mantêm os pressupostos que conduziram à exceção concedida em 2013, conforme despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05.06.2013, e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações, de 07.06.2013.

Quanto às remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi tido em conta o determinado no n.º 4 da Deliberação Unânime por Escrito de

24 de junho de 2013, relativamente ao Conselho de Administração, e o determinado na Assembleia Geral de 2 de julho de 2013, relativamente ao Conselho Fiscal, no sentido de que as remunerações a auferir efetivamente não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

No que diz respeito à contratação pública, a A.P.S., S.A., publica adjudicações no portal dos contratos públicos. A Sociedade dispõe de procedimento interno específico, no âmbito do seu Plano de Qualidade, o qual foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos. No relatório da Sociedade é referido que ao abrigo desse procedimento interno, em 2015 a empresa instaurou dezassete procedimentos, tendo sido efetuadas catorze adjudicações e que foi celebrado um contrato para remoção dos materiais depositados na bacia e regularização de fundos no montante de 9,56 milhões de euros, o qual foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.

No que se refere ao parque automóvel, o mesmo passou de 64 viaturas em 2014 para 66 viaturas em 2015, em virtude de terem sido adquiridas, com financiamento do FEDER, 2 viaturas polivalentes para os Portos do Algarve.

Quanto às medidas de redução de gastos operacionais, e mais concretamente ao cumprimento da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, uma vez que se trata de uma empresa com EBITDA positivo, como referido anteriormente, a empresa deu cumprimento a esta orientação, na medida em que se verificam as percentagens de 35,3% em 2015 e de 37,6% em 2014.

Em matéria de redução do número de efetivos e cargos dirigentes, constata-se que o número de efetivos passou de 184 em 2014, para 182 em 2015, incluindo estes totais os 3 membros do Conselho de Administração o que representa um decréscimo de 1,1%, explicado pela aposentação de 2 colaboradores.

Como se referiu supra, salienta-se que no final do ano a A.P.S., S.A., dispunha de conta aberta junto do IGCP cujas disponibilidades à ordem, no montante de 3,1 milhões de euros, e em CEDIC, no montante de 30 milhões de euros representam 98,5% do total das disponibilidades da sociedade em 31.12.2015, conforme já referido.

Por último, e no que concerne à divulgação de informação no sítio da Internet do SEE, verifica-se que a informação divulgada foi atualizada em novembro de 2015.

b) Aferição do cumprimento da exigência constante do n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE - Relatório de Boas Práticas de Governo Societário

A A.P.S., S.A., apresentou um Relatório de Governo Societário, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE.

Do referido Relatório do Governo Societário constam as obrigações e responsabilidades da empresa, conforme estatuem os artigos 43.º a 50.º do RJSPE, assim como a divulgação de informação no site da A.P.S., S.A., prevista no artigo 53.º do mesmo diploma. Em anexo constam ainda as declarações dos membros do Conselho de Administração de independência e de participações patrimoniais, previstas nos artigos 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

V – Certificação Legal de Contas

Na Certificação Legal de Contas o ROC entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, bem como que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

VI – Conclusão

Tendo em conta os elementos disponibilizados, bem como o teor da Certificação Legal das Contas, com o qual este Órgão expressa a sua concordância, conclui este Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências que o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2015, bem como o Relatório de Governo Societário, responde às exigências legais aplicáveis, relevando a situação da sociedade, pelo que é de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2015 apresentado pelo Conselho de Administração da A.P.S. – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.;

- b) A proposta de aplicação de resultados, no montante 16.674.531,29 euros, da seguinte forma:


			un: euros
APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	2015	% do RL	% do RD
Resultado líquido (RL)	16.674.531,29		
a transferir para reserva indisponível - bens reversíveis	2.563.555,95	15,37%	
a transferir para reserva legal	1.667.453,13	10,00%	
Resultado distribuível (RD)	12.443.522,21	74,63%	
a transferir para outras reservas	8.088.289,44	48,51%	65,00%
dividendos para o acionista	4.355.232,77	26,12%	35,00%

VII – Nota final

Finalmente, manifestamos o nosso apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos colaboradores da Sociedade, bem como do Revisor Oficial de Contas.

Em 27-06-2016

A Presidente do Conselho Fiscal,


(Ana Paula Azurara)

Os Vogais do Conselho Fiscal,


(Teresa Morais)



(Dino Santos)

PARTE E

Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 562.007 milhares de euros e um total de capital próprio de 353.937 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 16.675 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

7 de junho de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

ERRATA

Página	Onde se lê	Deverá ler-se
12	14.548 passageiros	14.786 passageiros

ADENDA – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Diversamente do proposto pelo Conselho de Administração e no uso dos poderes legais e estatutários, a Assembleia Geral realizada em 15 de dezembro de 2016 aprovou a seguinte aplicação do resultado líquido apurado de 16.674.531,29€:

– Reservas Legais	–	10,00%	1.667.453,13€
– Reservas não Distribuíveis	–	15,37%	2.563.555,95€
– Distribuição de Dividendos	–	40,00%	6.669.813,00€
– Reservas de Investimento	–	34,63%	5.773.709,21€